

Entenda por que governo tem dificuldades em indicar nomes à Petrobras

A confusão na troca de comando da Petrobras é vista pelo mercado como um indicativo de que as regras de governança da companhia têm funcionado, garantindo o cumprimento de regras mais rígidas de nomeações adotadas durante o governo Michel Temer.

Indicados pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) para presidir a companhia e seu conselho de administração, Adriano Pires e Rodolfo Landim declinaram dos convites nos últimos dias, levando o governo a iniciar uma nova rodada de conversas com o mercado atrás de novos nomes.

Pires alegou que não teria tempo hábil para se desligar de sua consultoria, o CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), que presta serviços para concorrentes e clientes da estatal. Landim disse que precisa se dedicar ao Flamen-

go, clube de futebol que preside.

Análises internas de currículo e antecedentes apontaram incompatibilidades nas indicações: no primeiro caso, pela prestação de serviços a empresas relacionadas à estatal; no segundo, por denúncia de suposta gestão fraudulenta de investimentos que teria provocado perdas a fundos de pensão.

Conhecida como "background check de integridade" a análise de indicações para a alta administração da Petrobras inclui não só o currículo dos candidatos, mas também investiga se eles são alvos de processos, têm dívidas ou tiveram atuação em partidos políticos, por exemplo.

Baseado na Lei das Estatais sancionada por Temer, o estatuto da companhia define uma série de restrições para a nomeação de executivos de sua alta administração.

Eles não podem, por

exemplo, possui contra si processos judiciais com acórdão desfavorável em segunda instância, ter pendências comerciais ou financeiras que tenham sido alvo de protesto ou inclusão em cadastros oficiais, ou ter sofrido penalidade de trabalhista nos três anos anteriores.

Aos candidatos, é dado um prazo para que esclareçam eventuais dúvidas ou comprovem diligência para responder eventuais apontamentos sobre atividades anteriores feitas por órgãos de controle internos ou externos.

O estatuto veda ainda a nomeação de ministros, titulares de cargos comissionados no governo, dirigentes partidários, de pessoas que atuaram em campanha eleitoral, de pessoas que fizeram negócios com governo ou com a própria Petrobras nos três anos anteriores e que tenham parentes nessas condições.

Gustavo Soares/Folhapress



Economia



Receita adia para 31 de maio entrega do Imposto de Renda 2022

Página - 03

Política

Bolsonaro distribui títulos de terra sem registro em cartório a assentados no AC

Página - 04

'Eu mudei, o Alckmin mudou', diz Lula sobre seu provável vice nas eleições

Página -

Sem acordo com governo, servidores do BC falam em intensificar greve

Página - 03



Aquisições

Catarinense Selbetti anuncia aquisição da gaúcha Printmax

Pág - 05

KTM Sportbay dá start a plano de expansão com aquisição de loja no RS

Pág - 05



No Mundo

Zelenski cita corpos em Butcha como obstáculo para paz e considera conversa com Putin improvável



O presidente da Ucrânia disse nesta terça (5) que, embora o diálogo com a Rússia seja o único meio de encerrar a guerra que já dura 41 dias, uma conversa direta com Vladimir Putin estaria fora de cogitação.

Durante entrevista a jornalistas ucranianos, Volodymyr Zelenski voltou a citar o que chamou de genocídio em Butcha como um obstáculo nas negociações de paz. Em visita à cidade onde centenas de corpos foram encontrados nas ruas e em valas comuns após a retirada de tropas russas, o líder ucraniano já havia dito que era “difícil conversar” depois de ver o cenário de massacre.

“Todos nós, inclusive eu, perceberemos até mesmo a

possibilidade de negociações como um desafio”, disse Zelenski. “O desafio é interno, antes de tudo, o próprio desafio humano. Então, quando você se recompõe e tem que fazer isso, acho que não temos outra escolha.”

Mas depois de descrever os eventos de Butcha como imperdoáveis, Zelenski disse que Ucrânia e Rússia devem tomar a difícil decisão de prosseguir com as negociações, ainda que tenha sinalizado que só haverá avanços nesse sentido se Moscou reconhecer o que suas tropas fizeram.

Essa possível admissão por parte da Rússia é altamente improvável. Desde que as imagens dos cadáveres em Butcha começaram a circular no sábado (2), Mos-

cou culpou “radicais ucranianos”, chamou a divulgação de “provocação” e reforçou o discurso de que não atava civis de maneira deliberada.

A diplomacia russa afirmou ainda que encaminharia ao Conselho de Segurança das Nações Unidas evidências empíricas para comprovar “a farsa de Kiev e seus patrocinadores no Ocidente”.

Nesta terça, Moscou fez novas investidas contra o que chama de “fake news” da Ucrânia. “Estas são falsificações maturadas na imaginação cínica da propaganda ucraniana”, disse no Telegram Dmitri Medvedev, ex-presidente e atual vice-secretário do Conselho de Segurança da Rússia.

Folhapress

França abre 3 investigações de crimes de guerra em conflito da Ucrânia

A unidade de combate ao terrorismo da França anunciou nesta terça-feira (5) a abertura de três investigações sobre supostos crimes de guerra cometidos contra cidadãos franceses durante o conflito na Ucrânia.

De acordo com o comunicado da Procuradoria Nacional Antiterrorista, serão alvo de inquéritos eventos ocorridos em Mariupol, Hostomel e Tchernihiv.

Na definição do Ministério Público francês, crimes de guerra consistem em “ataques deliberados contra a

integridade psíquica”, ações contra civis ou “privação deliberada de bens essenciais à sobrevivência.

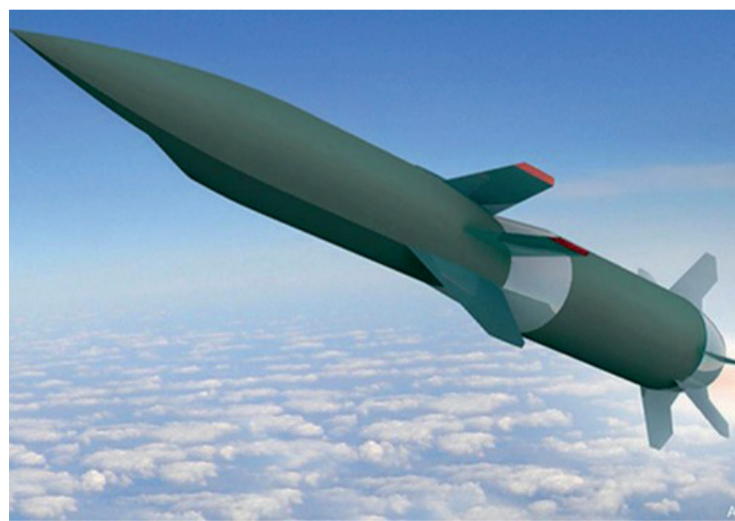
A Justiça francesa só permite a abertura de investigações fora de seu território caso autor ou vítima dos supostos crime seja cidadão francês ou tenha residência habitual no país.

A abertura dos inquéritos ocorre, porém, em meio a uma nova onda de acusações contra a Rússia devido ao cenário de horror em Butcha, onde centenas de cadáveres foram encontrados nas ruas e em valas comuns.

Folhapress



EUA e aliados farão novo míssil hipersônico contra Rússia e China



Após a Rússia e a China no campo dos mísseis hipersônicos, os Estados Unidos anunciaram com seus aliados militares Reino Unido e Austrália que irão desenvolver uma dessas armas, consideradas vitais nas guerras do futuro.

É a segunda iniciativa militar concreta anunciada pelo chamado pacto Aukus, anunciado para a surpresa de adversários e aliados da Otan (aliança militar ocidental) em setembro do ano passado. A primeira foi a promessa de equipar a Austrália com submarinos de propulsão nuclear, alterando o balanço futuro de forças no Indo-Pacífico de olho na expansão chinesa.

Isso irritou a China, que buscou aprofundar sua cooperação com a aliada Rússia e inclusive promoveu provocações navais na região, mas também países ocidentais como a França —que perdeu um negócio multibilionário de fornecimento de submarinos aos australianos.

Os chineses reagiram nesta terça. Seu embaixador na ONU, Zhang Jun, disse que a medida pode alimentar “crises como a da Ucrânia em outras partes do mundo”, sem citar o contencioso de seu país com Taiwan, usualmente comparado ao entre Moscou e Kiev.

O anúncio é direcionado à China e à Rússia, que testou pela primeira vez em comba-

te um míssil hipersônico na guerra da Ucrânia. Há três semanas, foram empregados modelos Kinjal, basicamente mísseis balísticos que podem voar a 10 vezes a velocidade do som.

Segundo o analista aeroespacial sênior do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, Douglas Barrie, não há explicação militar para o uso senão o de querer testar a capacidade num ambiente de combate real e, também, fazer propaganda para o Ocidente. Isso porque os ucranianos não têm defesas aéreas efetivas contra mísseis hipersônicos com capacidade de manobra.

Igor Giellow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Receita adia para 31 de maio entrega do Imposto de Renda 2022



A Receita Federal prorrogou para 31 de maio de 2022 o prazo de entrega da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas, da Declaração Final de Espólio e Declaração de Saída Definitiva do País.

O imposto a pagar apurado também teve seu vencimento adiado para o final do mês de maio, mas as restituições seguirão o cronograma anterior, sem alteração.

As datas permitidas para o débito automático passam a ser 10 de maio, para a primeira cota, e até 31 de maio para as demais, ou seja, para as declarações enviadas após o dia 10 de maio, o pagamento da primeira cota deverá ser realizado com DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais).

Segundo a Receita, a prorrogação visa mitigar eventuais efeitos decorrentes da pandemia de Covid que possam dificultar o preenchimento correto e envio das declarações, visto que alguns órgãos e empresas ainda não estão com seus serviços de atendimento totalmente normalizados.

Os novos prazos foram publicados no Diário Oficial da União desta terça-feira (5), na instrução normativa nº 2.077.

Como ficam os prazos Declaração de Ajuste Anual (declaração normal): prazo até 31 de maio de 2022.

Declaração Final de Espólio (pessoa falecida): prazo até 31 de maio de 2022 e imposto pago até a mesma data, quando:

I - a decisão judicial da partilha, sobrepilha ou

adjudicação dos bens inventariados, ocorreu até 2021 e que tenha transitado em julgado até o último dia do mês de fevereiro de 2022;

II - a lavratura da escritura pública de inventário e partilha ocorreu em 2021; ou

III - o trânsito em julgado da decisão judicial da partilha, sobrepilha ou adjudicação dos bens inventariados ocorreu entre 1º de março e 31 de dezembro de 2021.

Declaração de Saída Definitiva do País: prazo até 31 de maio de 2022 e imposto pago até a mesma data, quando a pessoa se retira do país:

I - permanentemente em 2021; ou

II - temporariamente e completou 12 meses consecutivos de ausência durante 2021.

Sem acordo com governo, servidores do BC falam em intensificar greve

Os servidores do BC (Banco Central) seguirão em greve por tempo indeterminado, após uma reunião com o governo terminar sem que houvesse uma proposta oficial, informou nesta terça-feira (5) o Sinal (Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central). Eles reivindicam reestruturação de carreira e recomposição salarial de 26,3%.

Representantes do sindicato disseram que se reuniram na manhã de hoje com Leonardo Sultani, titular da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia. “Como não houve proposta oficial, a nossa resposta vai ser a manutenção e a intensificação da greve”, diz nota divulgada pelo Sinal.

Segundo Fábio Faiad, presidente do sindicato, a intensificação deverá atingir a equipe que dá apoio à reunião do Copom (Comitê de Política Monetária). “Vamos atuar agora em cima das equipes

que fazem coleta e análise de dados para subsidiar a reunião do Copom”, afirmou ao UOL. A próxima reunião está prevista para a segunda quinzena de abril.

Conforme o sindicato, a expectativa de adesão da greve está em torno de 60%, e a greve poderá afetar o Pix, além da distribuição de moedas e cédulas.

Na semana passada, o BC informou que, em razão da greve dos servidores da autarquia, não divulgaria o relatório Focus, com projeções do mercado para indicadores econômicos, como rotineiramente acontece.

Até o momento, 725 dos servidores que têm função comissionada entregaram os cargos, diz ainda o sindicato. As exonerações, entretanto, ainda não foram publicadas no DOU (Diário Oficial da União), segundo o sindicato, porque a diretoria do BC tenta “segurar” o movimento.

Folhapress



Folhapress

Problemas com acesso à internet atingem 68% dos trabalhadores por apps



Apesar do aumento do acesso à internet no Brasil durante a pandemia, a qualidade dos serviços de conexão ainda não é homogênea. A maior parte dos trabalhadores por apps enfrentou dificuldades relacionadas à web em 2021, segundo a pesquisa TIC Covid, divulgada nesta terça-feira (5).

Para a categoria, ficar sem acesso à internet é como um trem tentar operar sem trilhos. A realização do serviço torna-se impossível, e ainda com o agravante de não haver formas de contornar o impacto no rendimento diário dos entregadores e motoristas.

A pesquisa, elaborada pelo Cetic.br (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da

Informação), mostra que 68% dos usuários que trabalharam por meio de aplicativos no ano passado passaram por esse tipo de situação.

A digitalização promovida pela pandemia, ao mesmo tempo que fez aumentar o acesso à internet entre os mais pobres, esbarra na falta de infraestrutura e evidencia a desigualdade digital existente no país.

Segundo Fabio Senne, coordenador de pesquisas do Cetic.br/NIC.br, a pandemia aumentou a demanda por conexões de maior qualidade e estabilidade. “Não basta mais um acesso a cada três meses, mas sim um acesso a todo momento, sem interrupções e sem problemas de cobertura”, diz.

Um índice que resume a

disparidade do acesso à internet no Brasil é o que se refere ao dispositivo usado para fazê-lo. Enquanto o celular é o principal meio em todas as classes, o acesso pelo computador é restrito a 22% da classe D/E, frente a 93% da A/B.

A proporção reflete a qualidade da experiência do usuário com a web à medida que trabalhar com planilhas, escrever textos e criar apresentações em um computador é muito mais produtivo do que em um smartphone.

Além disso, enquanto 91% da classe A/B fez consultas, pagamentos ou outras transações financeiras pela internet em 2021, o índice cai para 53% na classe D/E.

Gustavo Soares/Folhapress

Política

Bolsonaro distribui títulos de terra sem registro em cartório a assentados no AC



Em viagem ao Acre que incluiu a inauguração de uma TV evangélica, o presidente Jair Bolsonaro (PL) protagonizou evento de distribuição de cerca de 500 títulos de regularização fundiária para assentados e moradores de glebas federais mesmo antes de serem registradas em cartório.

A entrega contradiz a IN (Instrução Normativa) 99, de dezembro de 1999. A regra prevê que, no caso de assentados, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) encaminhe ao cartório todos os títulos emitidos para fins de registro ou averbação na matrícula do imóvel.

A IN estabelece ainda que a via original do título só pode ser entregue ao assentado após registro em cartório. A suposta irregularidade foi revelada pelo site Notícias da

Hora e confirmada pela Folha.

Apesar da falta de registro, Bolsonaro comparou o título à “alforria”: “Hoje, vocês conseguem o que seria uma carta de alforria. Conseguem a liberdade”, afirmou no evento que ocorreu em 18 de março.

Sem esse registro em cartório, o beneficiário não pode contrair empréstimos no banco, por exemplo, já que legalmente não é o proprietário da área cedida.

De acordo com a tabela fixada pelo TJ (Tribunal de Justiça) do Acre, o custo para registro varia de R\$ 90,30 a R\$ 6.709,40, a depender do valor do imóvel. Para ser assentado, é preciso comprovar baixa renda.

Historicamente, o Incra fornece os títulos definitivos, registrados em cartório, para populações de baixa renda ou vulneráveis, como é o caso de

comunidades quilombolas.

No ato, o presidente entregou diversos títulos beneficiários, incluindo idosos e uma família com cadeirante.

Além do evento do Incra, Bolsonaro cortou a fita de inauguração da sede da rádio e TV Boas Novas, ligada ao deputado federal Silas Câmara (Republicanos-AM), liderança da bancada evangélica. A cicerone do presidente foi a esposa do parlamentar, a missionária Antônia Lúcia, pré-candidata a deputada federal pelo PR do Acre.

Procurado, o Incra informou, por meio da assessoria de imprensa, que, apesar de a IN estar em vigor, “a diretoria responsável pelos assentamentos autorizou a entrega dos títulos, já que os documentos não foram assinados previamente pelas famílias para registro em cartório pela superintendência regional do instituto.” Fabiano Maisonnave/Folhapress

‘Eu mudei, o Alckmin mudou’, diz Lula sobre seu provável vice nas eleições

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta terça-feira (5) que se reunirá com o PSB na próxima sexta-feira (8) para definir se o ex-governador Geraldo Alckmin (PSB) será seu vice na disputa à Presidência neste ano.

Em entrevista à rádio paranaense Lagoa Dourada, ele afirmou que o PSB deve propor oficialmente o nome do paulista para a chapa no encontro.

“Eu e Alckmin podemos estar juntos na chapa. Vou ter reunião na sexta-feira em que o PSB vai propor o Alckmin de vice, e isso nós vamos levar para discutir no PT”, afirmou.

Sobre as desavenças dos dois no passado, o ex-presi-

dente disse que ambos mudaram.

“Eu mudei, o Alckmin mudou e acho que o Brasil precisa dessa mudança para que a gente possa reconstruir. Eu fui adversário do Alckmin, não fui inimigo, e feliz era o Brasil no tempo em que a disputa era entre dois partidos democráticos [...], porque tinha um debate civilizado, sobre programa de governo.”

Lula também se mostrou otimista sobre uma eventual aliança com o ex-tucano. “Se estivermos juntos, vamos reconstruir o Brasil, porque somos dois democratas. Gostamos da democracia, exercemos a democracia e temos como prova o exercício dos nossos mandatos”, declarou.

Folhapress



Prefeitos relatam a senadores pedidos de propina em ‘balcão de negócios’ do MEC



Em depoimento a senadores, prefeitos de diferentes regiões do país confirmaram indícios de tráfico de influência na distribuição de verbas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), citando reunião na casa do ex-ministro Milton Ribeiro, a participação de pastores na intermediação e pedido de propina em ouro.

O pedido de propina em ouro foi confirmado pelo prefeito de Luis Domingues (MA), Gilberto Braga (PSDB), segundo quem um dos pastores cobrou “um quilo de ouro” em um restaurante de Brasília. Já José Manoel de Souza, de Boa Esperança do Sul (SP), disse que a liberação de recursos para uma

escola profissionalizante foi condicionada ao adiantamento de R\$ 40 mil “na conta da igreja evangélica”.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado realizou nesta terça-feira (5) uma audiência para ouvir prefeitos que apontaram as irregularidades nas negociações para distribuição de recursos.

Os prefeitos foram convidados após confirmarem indícios da existência de um balcão de negócios para a distribuição de recursos no âmbito do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

As negociações seriam intermediadas por dois pastores, Arilton Moura e Gilmar Santos, que não tinham ne-

nhuma conexão com o Ministério da Educação.

Os dois pastores, próximos ao presidente Jair Bolsonaro (PL), priorizariam a liberação de valores para gestores próximos a eles e a prefeituras indicadas pelo centrão, bloco político de sustentação ao governo.

A crise ganhou novas proporções com a divulgação de um áudio pelo jornal Folha de S.Paulo, no qual o então ministro Milton Ribeiro afirma que prioriza amigos e indicações do pastor Gilmar Santos, a pedido do presidente Jair Bolsonaro.

Ele ainda indica haver uma contrapartida supostamente direcionada à construção de igrejas.

Renato Machado/Folhapress

Fusões & Aquisições

Catarinense Selbetti anuncia aquisição da gaúcha Printmax



Dando continuidade ao seu processo de expansão e diversidade de produtos em seu portfólio, a Selbetti, maior integradora de Outsourcing em TI do Brasil, anuncia sua segunda compra de operações em 2022, a 24ª da empresa. A Printmax, sediada em Erechim (RS), se une à Selbetti para, juntas, ampliarem as suas soluções focadas em softwares, outsourcing e impressão 3D. O valor da negociação não foi divulgado pelas empresas.

Com a nova aquisição, a companhia, que possui escritórios também em Santa Catarina, Paraná e São Paulo, agrega mais de 6.600 equipamentos e uma carteira com 190 clientes para a Selbetti nos segmentos: varejo (lojas

de departamento), saúde (redes de farmácias e hospitais), serviços (aeroportos) e grandes indústrias.

Para o CEO da Selbetti, José Nauro Selbach Júnior, a nova aquisição representa um importante passo na consolidação da Selbetti como principal fornecedora de seus clientes. “Nossa ideia é ampliar o repertório para atender diferentes demandas de negócios. Nós queremos agilizar as necessidades dos clientes, nos antecipando às suas demandas e possibilitando a oportunidade de encontrar as soluções que precisam em um único lugar”, destaca o executivo, em nota.

Em 2021, a Selbetti, sediada em Joinville (SC), alcançou seu melhor resultado, com crescimento de 52% e

um faturamento que superou os R\$ 300 milhões. Para 2022, a companhia, projeta um novo recorde, com um salto de 50% e faturamento de R\$ 450 milhões, somando as divisões de MPS (Managed Print Services); DaaS (Device as a Service), com a locação de notebook, desktop, tablet e outros ativos de TI.

Fundada em 1977, a Selbetti iniciou sua história comercializando calculadoras, máquinas de escrever e móveis para escritório. Foi com constantes inovações e evoluções que a Selbetti passou a incorporar novos produtos e serviços ao seu portfólio, como inteligência artificial, assinatura digital e eletrônica de documentos, entre outras tecnologias.

KTM Sportbay dá start a plano de expansão com aquisição de loja no RS

A KTM Sportbay acaba de adquirir uma das mais importantes concessionárias da marca austríaca no Rio Grande Sul. A KTM M3 Racing, em Caxias do Sul, passa a ser administrada agora pelo Grupo Pro Tork, que nos últimos dois anos deu início ao projeto com a compra da Sacramento, em Curitiba (PR), e posteriormente a Sacramento SerrAzul, em Itupeva (SP).

Fernando Rossetti passa a chave do negócio para Marlon Bonilha, que confia a gerência geral das lojas para o pentacampeão Brasileiro de Enduro de Regularidade, Emerson Loth. “Foram sete anos de história. Neste momento optamos por nos dedicarmos a outras marcas que já atuamos. Tenho certeza que será feito um bom trabalho pela equipe, está em boas

mãos”, afirma Rossetti.

A flagship KTM / Sportbay já é reconhecida como referência pelos amantes do motociclismo no país. Com investimento agressivo, contam com grande estoque para pronta entrega de motos, ofertam uma infinidade de equipamentos e acessórios e ainda oferecem o melhor pós-venda do mercado, com linha completa de peças de reposição.

Bonilha explica que a ação faz parte de um plano de expansão da rede, que em breve também contará com uma concessionária no estado de Santa Catarina. “Mais do que um negócio, a KTM é uma das minhas paixões, minha escolha pessoal de motocicleta. A marca vem crescendo em todo o mundo e aqui não será diferente, estamos animados”, finaliza.

Fusões&Aquisições



Grupo Tim negocia venda da rede de fibra à Estatal Italiana CPD



O grupo italiano TIM, que é dono da TIM Brasil, começou negociações privadas com o fundo de investimento do banco estatal da Itália CDP para vender o controle da rede de fibra.

O Grupo TIM, dono da TIM Itália e da TIM Brasil, assinou acordo de confidencialidade com o braço de investimento do banco estatal italiano CDP. Juntas, as empresas vão estudar a união da rede óptica da TIM no país da bota à da rival Open Fiber.

As empresas assinaram o acordo de confidencialidade a pedido da Consob, a autarquia que regula o mercado de capitais no país.

Pela proposta, o CDP pagará ao Grupo TIM para unir ativos com os da Open Fiber. A CDP terá 60% do capital da nova empresa de infraestrutura óptica. Atualmente, o CDP já é dono de iguais 60% da Open Fiber.

O acordo de confidencialidade prevê assinatura de um memorando de entendimento em 30 de abril. O MoU trará objetivos, perímetro da separação de ativos do Grupo TIM, estrutura da nova empresa, “critérios e parâmetros” do projeto de integração.

O Grupo TIM, por sua vez, é sócio do fundo KKR na Fibercop, sua empresa de infraestrutura de última milha em fibra. O KKR, que tem 37,5% da Fibercop é o mesmo fundo que fez uma oferta pelo controle de todo o Grupo TIM ano passado.

Oficialmente as negociações entre TIM e KKR estão em trâmite neste exato momento. Mas o mercado considera difícil que a venda seja selada. O jornal Financial Times diz que as partes não se entendem. O fundo insiste em uma detalhada due diligence antes de apresentar sua oferta final vinculante.

O Grupo TIM, por sua vez, estaria reticente por temer redução da oferta informal apresenta até o momento, de quase € 12 bilhões. A companhia perdeu 60% de valor de mercado nos últimos cinco anos, e poderia perder mais, dizem analistas ouvidos pelo jornal, se a conclusão das negociações for a perda de interesse do KKR.

Vale lembrar que o Grupo TIM tem um plano industrial definido recentemente pelo ex-CEO da TIM Brasil, Pietro Labriola, que foi chamado em novembro para remediar a crise em que a holding chegou. Após apresentar prejuízos de € 8 bilhões em 2021, o conselho deu carta branca para que Labriola execute uma estratégia de segregação de ativos para venda de alguns deles, buscar novos sócios e sanar as contas.

Fusões&Aquisições

Tecnologia

Samsung lança vídeos tutoriais em Libras para clientes



Reforçando o atendimento para consumidores surdos e pessoas com deficiência auditiva, a Samsung lançou vídeos tutoriais na Língua Brasileira de Sinais (Libras). Os conteúdos ficam disponíveis a partir desta terça-feira (05) na área de acessibilidade do site da fabricante.

Desenvolvidos com base nas principais dúvidas dos clientes com deficiência auditiva, os materiais inéditos incluem dicas para a instalação de produtos, ajudam a configurar alguns dispositivos e esclarecem o significado de códigos presentes em certos tipos de aparelhos, entre outras coisas. São seis novos conteúdos adicionados, inicialmente.

Nos primeiros vídeos, são tratados assuntos como “Dicas para um bom uso da Lava & Seca”, “O que é

a função Auto-Clean do ar condicionado?” e “Como calibrar a minha Lava e Seca”, além de outros. A linha de geladeiras inteligentes da marca também é abordada na nova seção da página.

O diretor sênior de Customer Service da Samsung Brasil, Luiz Xavier, ressaltou a importância dos tutoriais em Libras lançados. “Cada pessoa é única e com necessidades específicas. Com essa iniciativa, queremos que todos os consumidores possam aproveitar o potencial máximo dos produtos presentes em nosso portfólio”, afirmou.

Onde acessar?

A iniciativa, que objetiva facilitar a vida da comunidade com deficiência auditiva e surda, pode ser acessada na página de suporte em Libras da Samsung. São seis vídeos com tutoriais e dicas disponíveis no momento, bastando

clique no assunto desejado para abrir o conteúdo.

Há ainda outras opções de acessibilidade oferecidas pela gigante sul-coreana, como os serviços de videoconferência e tradução simultânea para Libras nos canais de atendimento ao consumidor. Este serviço funciona de segunda a sexta das 9h às 22h e aos sábados das 9h às 15h, na mesma página de suporte da marca.

Também vale destacar a ferramenta de inteligência artificial Hand Talk, capaz de fazer a tradução simultânea para Libras durante o atendimento aos clientes. O recurso pode ser ativado clicando no ícone azul que fica na lateral direita da página, selecionando a seguir o texto que deseja traduzir.

André Luiz Dias/TecMundo

Duolingo anuncia parceria com Nubank para presentear clientes

A plataforma educacional de idiomas Duolingo anunciou uma parceria com o Nubank para oferecer dois meses gratuitos de acesso à versão paga do serviço de idiomas. Apesar de o Duolingo oferecer uma opção grátis, a versão Plus disponibiliza recursos extras e experiência de aprendizado aprimorada.

Até o dia 30 de maio, os clientes do Nubank podem acessar a área de Shopping do aplicativo, clicar no ícone do Duolingo e validar o voucher no site oficial. Então, basta aceitar a oferta e completar as informações necessárias — no app são oferecidos mais de 100 cursos em 40 idiomas diferentes.

“Esta parceria com o Nubank é uma oportunidade de apresentar a plataforma para mais pessoas e de reforçarmos nosso compromisso com o acesso à educação de idiomas gratuita e de qualida-

de. Para isso, contamos com o Duolingo Plus, que ajuda a financiar este propósito, além de apoiar nossos produtos no Brasil e no mundo”, disse a diretora de marketing do Duolingo no Brasil, Analigia Martins.

Após o fim dos dois meses gratuitos, os clientes podem continuar usando a versão Plus do Duolingo por R\$ 29,99 no plano mensal, R\$ 14,99/mês no plano anual, R\$ 179,99 em pagamento único ou R\$ 269,99 no plano para até seis pessoas.

A publicidade é a principal forma de monetização do Duolingo, mas a versão Plus oferece uma experiência sem anúncios e cheia de recursos extras. De qualquer forma, é importante reiterar que o aplicativo educacional de idiomas também está disponível em versão gratuita.

Lucas Vinicius Santos/TecMundo



Twitter anuncia novas medidas para combater fake news eleitorais



O Twitter apresentou nesta segunda-feira (4) novas medidas que tomará para combater a disseminação de fake news sobre as eleições 2022. De acordo com a plataforma, a ideia é tornar as conversas mais “seguras, saudáveis e de qualidade”.

As iniciativas e atualizações na rede social também objetivam facilitar o acesso a informações mais confiáveis, fornecendo ferramentas que permitam aos usuários controlar a sua experiência. Entre as novidades, estão as etiquetas de identificação de candidatos.

Com esses marcadores, adicionados aos concorren-

tes oficialmente registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os internautas poderão saber com quem estão interagindo. De uso obrigatório, eles mostram o cargo em disputa e o estado (se for o caso), aparecendo em todas as postagens e retweets feitos pela conta sinalizada.

Outra novidade é a criação da Política de Integridade Cívica, que será aplicada durante todo o período eleitoral. Ela foi desenvolvida para prevenir a postagem e o compartilhamento de informações falsas sobre as eleições no Twitter, podendo resultar na marcação e/ou remoção do tweet com desinformação, além da suspensão do perfil.

Curadoria de conteúdos e

mais iniciativas

A rede social, que agora tem Elon Musk como acionista, também preparou ações desenvolvidas pelo seu time de curadoria. A equipe reunirá as conversas mais relevantes sobre as eleições 2022 na aba Explorar, ajudando a esclarecer notícias falsas recentes ou que voltaram a circular.

Esse mesmo time de curadores vai cuidar da nova seção a respeito do processo eleitoral, similar à existente sobre covid-19. Nela, estarão reunidos os Moments relacionados ao assunto, conversas de alta repercussão e listas de contas cujo assunto principal seja o pleito.

André Luiz Dias/TecMundo

Publicidade Legal

... continuação													
Catenco Engenharia S.A.													
Consolidado													
	Máquinas e Equipamentos – Imóveis	Ferramentas e Aparelhos e Apetrechos	Móveis e Utensílios	Instalações Móveis	Máquinas e Equipamentos de Escritório	Máquinas e Equipamentos de Informática	Aparelhos Instal. de Comunicações	Aparelhos de Engenharia	Benfeitorias Propriedades Terceiros	Imobilizado dos Consórcios	Imobilizado em Andamento	Total do Imobilizado	
Saldo em 31/12/2019	1.115.491	8.235.784	44.876	367.032	138.631	107.929	29.749	97.010	4.526	183	43.338	1.755.086	11.939.634
Custo total	26.338.864	46.183.410	225.536	8.794.974	788.967	160.863	109.552	1.173.053	147.095	146.331	127.758	7.894.540	92.090.942
Depreciação acumulada	(25.223.373)	(37.947.626)	(180.660)	(8.427.942)	(650.336)	(52.934)	(79.803)	(1.076.043)	(142.569)	(146.148)	(84.420)	(6.139.454)	(80.151.308)
Valor Residual	1.115.491	8.235.784	44.876	367.032	138.631	107.929	29.749	97.010	4.526	183	43.338	1.755.086	11.939.634
Aquisição	–	125.885	72.872	59.517	7.139	22.538	4.862	36.719	–	–	–	461.707	834.020
Ajuste de Depreciação	–	243.443	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	243.443
Baixa Custo	–	(137.366)	(11.039)	(244.238)	(4.304)	–	–	(440)	–	–	–	(2.972.403)	(3.369.790)
Baixa Depreciação	–	133.602	–	244.238	2.356	–	–	440	–	–	–	2.865.954	3.246.590
Depreciação	–	(1.890.610)	(12.424)	(123.008)	(26.339)	(8.322)	(7.777)	(37.385)	(1.922)	(183)	(4.160)	(56.702)	(2.168.832)
Saldo em 31/12/2020	1.115.491	6.710.738	94.285	303.541	117.483	122.145	26.834	96.344	2.604	–	39.178	2.053.642	10.725.066
Custo total	26.338.864	46.171.929	287.369	8.610.253	791.802	183.401	114.414	1.209.332	147.095	146.331	127.758	5.383.844	89.555.173
Depreciação acumulada	(25.223.373)	(39.461.191)	(193.084)	(8.306.712)	(674.319)	(61.256)	(87.580)	(1.112.988)	(144.491)	(146.331)	(88.580)	(3.330.202)	(78.830.107)
Valor Residual	1.115.491	6.710.738	94.285	303.541	117.483	122.145	26.834	96.344	2.604	–	39.178	2.053.642	10.725.066
Aquisição	70.387	88.553	–	191.000	3.004	9.600	1.228	53.770	1.285	–	–	612.914	1.352.568
Baixa Custo	(33.247)	(16.735)	–	(95.192)	(2.090)	–	(6.938)	(10.572)	–	–	–	(1.455.955)	(1.705.117)
Baixa Depreciação	33.247	12.439	–	25.192	1.843	–	6.938	10.572	–	–	–	1.199.690	1.289.921
Depreciação	–	(1.690.565)	(13.848)	(162.883)	(25.025)	(12.895)	(7.377)	(45.838)	(539)	–	(4.160)	(271.477)	(2.234.607)
Saldo em 31/12/2021	1.185.878	5.104.430	80.437	261.658	95.215	118.850	20.685	104.276	3.350	–	35.018	2.138.814	9.427.832
Custo total	26.376.004	46.243.747	287.369	8.706.061	792.716	193.001	108.704	1.252.530	148.380	146.331	127.758	4.540.803	89.202.625
Depreciação acumulada	(25.190.126)	(41.139.317)	(206.932)	(8.444.403)	(697.501)	(74.151)	(88.019)	(1.148.254)	(145.030)	(146.331)	(92.740)	(2.401.989)	(79.774.793)
Valor Residual	1.185.878	5.104.430	80.437	261.658	95.215	118.850	20.685	104.276	3.350	–	35.018	2.138.814	9.427.832

9. Empréstimos e Financiamentos – São representados por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Capital de Giro	110.800.182	100.577.958	110.800.182	100.577.958
Finame (a)	–	968.456	–	968.456
Crédito Direto Consumidor – CDC (b)	1.027.560	–	1.027.560	–
	111.827.742	101.546.414	111.827.742	101.546.414
	Não Circulante	Não Circulante	Não Circulante	Não Circulante
Capital de Giro	–	1.284.052	–	1.284.052
Crédito Direto Consumidor – CDC (b)	1.305.939	2.205.429	1.305.939	2.205.429
	1.305.939	3.489.481	1.305.939	3.489.481

a) Referem-se a financiamentos captados por meio de FINAME, de máquinas e equipamentos utilizados na execução das atividades da Companhia e registrados no ativo imobilizado. b) Referem-se a veículos adquiridos por meio de crédito direto ao consumidor.

10. Capital Social – O Capital Social é totalmente nacional e integralizado e representado por 800.750 ações sem valor nominal, sendo 731.750 ações ordinárias e 69.000 ações preferenciais.

11. Reserva de Lucros a Realizar – Evidência a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente.

12. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Refere-se ao imposto de renda apurado sobre receitas diferidas no exercício. 12.1. IRPJ/CSLL diferidos Refere-se a reversão parcial da provisão do IRPJ e da CSLL diferidos, devido a realização parcial da receita que os originaram.

13. Provisão para Demandas Judiciais – A Companhia possui as seguintes contingências: a) Processos trabalhistas – Referem-se a processos movidos contra a Companhia por ex-empregados, cuja a constituição de valores e os eventuais riscos levam em consideração o estágio atual dos processos. Foram estimados o montante de R\$ 5.425.813 em 31/12/2021 e de R\$ 4.767.296 em 31/12/2020. b) Prov. Contingências Diversas – Refere-se a processo com perda provável, foi estimado o montante de R\$ 3.484.652 em 31.12.2021 e em 31.12.2020.

14. Caixa e Equivalentes de Caixa – Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível, saldos de caixa e em poder de bancos. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e saldos em bancos	5.033.590	3.489.598	5.055.634	3.507.179
Aplicações Financeiras	1.978.150	6.620.002	2.079.775	6.782.314
Caixa e equivalentes de caixa	7.011.740	10.109.600	7.135.409	10.289.493

15. Seguros – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

16. Gestão de Risco Financeiro – Fatores de risco financeiro: (a) Considerações gerais: A Cia. participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e financiamentos. Os instrumentos financeiros operados pela Cia. tem, como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. (b) Risco de liquidez: Para administrar a liquidez da caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. 16.1. Gestão de Capital – Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade visando oferecer, futuramente, retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o respectivo custo.

Juros sobem com exterior após discurso 'hawkish' de dirigentes do Fed

Os juros fecharam alta expressiva, influenciados pelas forças do cenário externo, com destaque para as falas de dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), consideradas ainda mais "hawkish" do ponto de vista das restrições de liquidez a serem adotadas pelos Estados Unidos no combate à inflação. As declarações catapultaram os rendimentos dos Treasuries e fortaleceram o dólar, levando a reboque a curva doméstica, cujas taxas

subiram durante todo o dia. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 fechou a sessão regular na máxima de 12,715% (12,625% no ajuste anterior) e a do DI para janeiro de 2024 subiu de 11,825% para 12,000%. A taxa do DI para janeiro de 2025 terminou na máxima de 11,335%, de 11,094% na segunda-feira, e a do DI para janeiro de 2027, e 11,085%, de 10,854%. O gestor de renda fixa da Warren, Bruno Martins, explica que a curva vinha fechando bem sob a percepção

de que a política monetária restritiva do Banco Central já começou a ter efeito, mas nesta terça o risco externo se impôs, com o discurso mais firme do Fed. "A pressão vinda das commodities como efeito da guerra é algo que o BC pode manejar via juros, mas o Fed é uma variável difícil de controlar", disse Martins, para quem a autoridade monetária brasileira pode ter de esperar por um cenário mais claro do plano de voo do Fed. "Parece que vai se formando um consenso em torno da dose de alta de 50

pontos-base nos EUA", completou. A terça-feira contou com discursos vistos como "hawkish" de vários dirigentes, nesta véspera da divulgação da ata do Fed. Um dos que mais chamaram a atenção foi o da indicada a vice-presidente do Fed, Lael Brainard. Segundo ela, a instituição "continuará a apertar a política monetária de modo metódico, com uma série de altas nos juros". Disse ainda que o balanço do Fed deve ser reduzido "de modo consideravelmente mais rápido

agora", em comparação com processos anteriores do tipo. "Embora este cenário de ajuste monetário mais intenso já esteja em processo de precificação, o tom duro de uma dirigente considerada dovish chama a atenção dos mercados, sugerindo que o Federal Reserve não hesitará em adotar medidas contundentes para reverter o atual quadro de fortes pressões inflacionárias", escreveu o economista Silvio Campos Neto, da Tendências Consultoria.

Isto é Dinheiro

CRB – Operações Portuárias S.A.

CNPJ/MF nº 05.481.823/0001-08

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias apresentamos a V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020.

Balanco Patrimonial – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	5.263	766	Arrendamento	12	783	636
Aplicações financeiras	10	2.756	4.239	Fornecedores		129	111
Contas a receber de partes relacionadas	11	1.821	1.870	Tributos a recolher	15	123	15
Tributos a recuperar		10	15	Dividendos a pagar	11	364	360
Outros ativos		5	10	Outros passivos		118	112
		9.855	6.900			1.517	1.234
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Provisões	16	361	162
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	405	336	Arrendamento	12	3.245	3.907
Partes relacionadas	11	556	556			3.606	4.069
Tributos a recuperar		15	52	Total do passivo		5.123	5.303
		976	944	Patrimônio líquido	17		
Investimentos	14	5	2.593	Capital social		8.980	8.980
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	12	3.665	4.268	Reservas de lucros		76	62
		3.670	6.861	Ajuste de avaliação patrimonial		322	360
Total do ativo		14.501	14.705	Total do patrimônio líquido		9.378	9.402
				Total do passivo e patrimônio líquido		14.501	14.705

As notas explicativas da Administração parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)						
	Nota	Capital social	De incentivos fiscais	Legal	Retenção	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2020		8.980		9		9.056
Resultado abrangente do exercício						454
Lucro líquido do exercício						454
Destinação do lucro do exercício						(23)
Constituição de reserva legal				23		(108)
Dividendos deliberados						(30)
Retenção de lucros					30	
Em 31 de dezembro de 2020		8.980	9	23	30	9.402
Em 1º de janeiro de 2021		8.980	9	23	30	9.402
Resultado abrangente do exercício						18
Lucro líquido do exercício						18
Outros resultados abrangentes						(38)
Destinação do lucro do exercício						(1)
Constituição de reserva legal	17 (c)			1		(4)
Dividendos deliberados	17 (c)					(13)
Retenção de lucros					13	
Em 31 de dezembro de 2021		8.980	9	24	43	9.378

As notas explicativas da Administração parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício		18	454	Receita líquida dos serviços prestados		18	7.534
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para resultado				Custo dos serviços prestados		19	(6.726)
Participação em outros resultados abrangentes das investidas			(38)	Lucro bruto			808
Total do resultado abrangente do exercício		(20)	454	Receitas (despesas) operacionais			
				Gerais e administrativas		19	(590)
				Outras receitas operacionais, líquidas		20	50
							(540)
				Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro			268
				Resultado de participações societárias			
				Equivalência patrimonial		14	2
				Resultado financeiro líquido			(7)
				Receitas financeiras		21	240
				Despesas financeiras			(418)
							(57)
				Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social			(4)
				Imposto de renda e contribuição social			7
				Lucro líquido do exercício			18
				Quantidade média ponderada de ações, em milhares			8.980
				Resultado básico e diluído por lote de mil ações atribuíveis aos acionistas da Companhia, em reais		2,00	50,56

As notas explicativas da Administração parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(4)	447	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(4)	447
Equivalência patrimonial	14 (c)	(2)	7	Amortização	12 (b)	603	602
Reversões de provisões de processos cíveis e ambientais	16 (b)		(175)	Outros componentes do resultado financeiro		493	176
Outros componentes do resultado financeiro			15	Demais itens que não afetam caixa		1	1.105
Total do resultado abrangente do exercício		1.105	1.058	Decréscimo (acréscimo) em ativos			
				Contas a receber de clientes		49	138
				Tributos a recuperar		46	(45)
				Outros ativos		5	(10)
				Acréscimo (decréscimo) em passivos			
				Fornecedores		18	(48)
				Tributos a recolher		77	(123)
				Outros passivos		6	72
				Caixa gerado nas atividades operacionais		1.306	1.042
				Imposto de renda e contribuição social pagos		(16)	(106)
				Juros recebidos		233	133
				Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.523	1.069
				Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
				Aplicações financeiras		1.250	487
				Venda de participação da Fazenda São Miguel		3.1	2.537
				Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		3.787	487
				Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
				Liquidações de arrendamento		12 (c)	(813)
				Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			(813)
				Acrescimento em caixa e equivalentes de caixa		4.497	743
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		766	23
				Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.263	766

As notas explicativas da Administração parte integrante das demonstrações financeiras.

(e) Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos: Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização.

	Nota	Valor justo medido com base em preços cotados em mercado ativo	Técnica de valoração suportada por preços observáveis	2021	2020
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	9	5.263		5.263	2.756
Aplicações financeiras	10	2.756		2.756	8.019
		5.263		8.019	
Passivos					
Caixa e equivalentes de caixa	9	766		766	4.239
Aplicações financeiras	10	2.815		1.424	4.239
		3.581		1.424	5.005

Os demais instrumentos financeiros apresentados na Nota 7 (d), e não incluídos acima, são avaliados ao custo amortizados e a Companhia entende que o valor contábil se aproxima de seu valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é determinado por preços observáveis (Nível 2) em transações não forçadas entre participantes do mercado ou em condições equivalentes a estas, no caso de transações entre partes relacionadas.

8. Gestão de riscos financeiro – 8.1. Fatores de risco financeiro: A Companhia não identifica riscos financeiros inerentes ao negócio no tocante aos riscos de mercado (moeda e taxas de juros), riscos de crédito e riscos de liquidez. As operações da empresa são realizadas estritamente com partes relacionadas, considerando as condições de mercado, e a Companhia atualmente não apresenta saldos relevantes a pagar a terceiros.

9. Caixa e equivalentes de caixa – (a) Práticas contábeis: Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **(b) Composição**

	2021	2020
Moeda nacional	5.263	766
Caixa e bancos	5.263	766
	5.263	766

A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa é equivalente a 99,33% a.a. do CDI.

10. Aplicações financeiras – (a) Práticas contábeis: As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata e, portanto, são classificadas no ativo circulante. Não obstante, são classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e/ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos. **(b) Composição**

	2021	2020
Quotas de fundos de investimento		2.815
Letras Financeiras do Tesouro – LFTs	2.756	1.424
Certificados de Depósito Bancário – CDBs	2.756	4.239
	2.756	4.239

A companhia detém quotas de fundo de investimento exclusivo do Grupo Votorantim, e estas aplicações compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras e são

continua ...

Publicidade Legal

... continuação																																																																																																													
CRB – Operações Portuárias S.A.																																																																																																													
remuneradas entre 99,33% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.																																																																																																													
11. Partes relacionadas – (a) Práticas contábeis: As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se o preço e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas à compra e venda de produtos e serviços, empréstimos, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços. (b) Composição																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Contas a receber de clientes</th> <th colspan="2">Outros ativos</th> <th colspan="2">Dividendos a pagar</th> <th colspan="2">Vendas</th> </tr> <tr> <th>2021</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Sociedades controladoras</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Votorantim Cimentos S.A. (I)</td> <td>1.821</td> <td>1.870</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>8.786</td> <td>5.694</td> </tr> <tr> <td>Calmit Mineração Participação Ltda.</td> <td></td> <td></td> <td>556</td> <td>556</td> <td>364</td> <td>360</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>1.821</u></td> <td><u>1.870</u></td> <td><u>556</u></td> <td><u>556</u></td> <td><u>364</u></td> <td><u>360</u></td> <td><u>8.786</u></td> <td><u>5.694</u></td> </tr> </tbody> </table>											Contas a receber de clientes		Outros ativos		Dividendos a pagar		Vendas		2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	Sociedades controladoras									Votorantim Cimentos S.A. (I)	1.821	1.870					8.786	5.694	Calmit Mineração Participação Ltda.			556	556	364	360				<u>1.821</u>	<u>1.870</u>	<u>556</u>	<u>556</u>	<u>364</u>	<u>360</u>	<u>8.786</u>	<u>5.694</u>																																															
	Contas a receber de clientes		Outros ativos		Dividendos a pagar		Vendas																																																																																																						
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020																																																																																																					
Sociedades controladoras																																																																																																													
Votorantim Cimentos S.A. (I)	1.821	1.870					8.786	5.694																																																																																																					
Calmit Mineração Participação Ltda.			556	556	364	360																																																																																																							
	<u>1.821</u>	<u>1.870</u>	<u>556</u>	<u>556</u>	<u>364</u>	<u>360</u>	<u>8.786</u>	<u>5.694</u>																																																																																																					
(i) As operações com a controladora Votorantim Cimentos S.A. referem-se à prestação de serviços de apoio a operações portuárias, cujos preços são praticados de acordo com tabela de preços e prazos estabelecidos entre as partes.																																																																																																													
12. Direito de uso sobre contratos de arrendamento – (a) Práticas contábeis: A Companhia mantém controles para a identificação de contratos de arrendamento que permitam a avaliação da aplicabilidade da norma de arrendamentos mercantis para cada contrato firmado. Conforme permitido pela norma, são desconsiderados do escopo: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) contratos com montantes inferiores a USD 5 mil (R\$ 28). Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também são desconsiderados: (i) a parcela variável de pagamentos; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Companhia não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Companhia não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo. Para os arrendamentos considerados como fora de escopo, a contabilização ocorre mensalmente na competência da utilização do direito de uso do ativo arrendado, diretamente no resultado. Para os contratos considerados como escopo da norma de arrendamentos mercantis, a Companhia realiza o registro, na competência da assinatura do contrato, de um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso. O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato. O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador. A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido ou como despesa operacional, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro. (b) Composição e movimentação do ativo de direito de uso																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> <tr> <th>Imóveis e salas comerciais</th> <th>Imóveis e salas comerciais</th> <th>Imóveis e salas comerciais</th> <th>Imóveis e salas comerciais</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo no início do exercício</td> <td>4.268</td> <td>4.870</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Amortização (603)</td> <td>(603)</td> <td>(602)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo líquido</td> <td><u>3.665</u></td> <td><u>4.268</u></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo</td> <td>5.472</td> <td>5.472</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Amortização acumulada (1.807)</td> <td>(1.807)</td> <td>(1.204)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo líquido no final do exercício</td> <td><u>3.665</u></td> <td><u>4.268</u></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Taxa média anual de amortização – %</td> <td>4</td> <td>11</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											2021		2020		Imóveis e salas comerciais	Imóveis e salas comerciais	Imóveis e salas comerciais	Imóveis e salas comerciais	Saldo no início do exercício	4.268	4.870			Amortização (603)	(603)	(602)			Saldo líquido	<u>3.665</u>	<u>4.268</u>			Custo	5.472	5.472			Amortização acumulada (1.807)	(1.807)	(1.204)			Saldo líquido no final do exercício	<u>3.665</u>	<u>4.268</u>			Taxa média anual de amortização – %	4	11																																																										
	2021		2020																																																																																																										
	Imóveis e salas comerciais	Imóveis e salas comerciais	Imóveis e salas comerciais	Imóveis e salas comerciais																																																																																																									
Saldo no início do exercício	4.268	4.870																																																																																																											
Amortização (603)	(603)	(602)																																																																																																											
Saldo líquido	<u>3.665</u>	<u>4.268</u>																																																																																																											
Custo	5.472	5.472																																																																																																											
Amortização acumulada (1.807)	(1.807)	(1.204)																																																																																																											
Saldo líquido no final do exercício	<u>3.665</u>	<u>4.268</u>																																																																																																											
Taxa média anual de amortização – %	4	11																																																																																																											
(b) Composição																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Informações em 31 de dezembro de 2021</th> <th colspan="2">Resultado de equivalência patrimonial</th> <th colspan="2">Saldo</th> </tr> <tr> <th>Patrimônio líquido</th> <th>Prejuízo do exercício</th> <th>2021</th> <th>2020</th> <th>2021</th> <th>2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Investimentos avaliados por equivalência patrimonial</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Fazenda São Miguel Ltda. (Nota 3.1)</td> <td>33.332</td> <td>(234)</td> <td>2</td> <td>(7)</td> <td>2.584</td> <td>9</td> </tr> <tr> <td>Investimento avaliado a custo</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td><u>5</u></td> <td><u>2.593</u></td> </tr> </tbody> </table>											Informações em 31 de dezembro de 2021		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo		Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	2021	2020	2021	2020	Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							Fazenda São Miguel Ltda. (Nota 3.1)	33.332	(234)	2	(7)	2.584	9	Investimento avaliado a custo					<u>5</u>	<u>2.593</u>																																																																		
	Informações em 31 de dezembro de 2021		Resultado de equivalência patrimonial		Saldo																																																																																																								
	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício	2021	2020	2021	2020																																																																																																							
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial																																																																																																													
Fazenda São Miguel Ltda. (Nota 3.1)	33.332	(234)	2	(7)	2.584	9																																																																																																							
Investimento avaliado a custo					<u>5</u>	<u>2.593</u>																																																																																																							
(c) Movimentação																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo no início do exercício</td> <td>2.593</td> <td>2.601</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Equivalência patrimonial</td> <td>2</td> <td>(7)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cessão onerosa de participação da Fazenda São Miguel Ltda. (Nota 3.1)</td> <td>(2.557)</td> <td>(1)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>(33)</td> <td>(1)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo no final do exercício</td> <td><u>5</u></td> <td><u>2.593</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											2021		2020		Saldo no início do exercício	2.593	2.601			Equivalência patrimonial	2	(7)			Cessão onerosa de participação da Fazenda São Miguel Ltda. (Nota 3.1)	(2.557)	(1)			Outros	(33)	(1)			Saldo no final do exercício	<u>5</u>	<u>2.593</u>																																																																								
	2021		2020																																																																																																										
	Saldo no início do exercício	2.593	2.601																																																																																																										
Equivalência patrimonial	2	(7)																																																																																																											
Cessão onerosa de participação da Fazenda São Miguel Ltda. (Nota 3.1)	(2.557)	(1)																																																																																																											
Outros	(33)	(1)																																																																																																											
Saldo no final do exercício	<u>5</u>	<u>2.593</u>																																																																																																											
15. Tributos a recolher – (a) Práticas contábeis: Compreendem as obrigações referente a tributos federais e municipais, que são reconhecidos pelo valor que a Companhia espera desembolsar para a liquidação da obrigação presente, na competência do fato gerador da obrigação. (b) Composição																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS</td> <td>60</td> <td>8</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Imposto Sobre Serviços – ISS</td> <td>41</td> <td>5</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Programa de Integração Social – PIS</td> <td>13</td> <td>2</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Instituto Nacional do Seguro Social – INSS</td> <td>5</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Impostos de Renda e Contribuição Social – IR/CS</td> <td>4</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>123</u></td> <td><u>15</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											2021		2020		Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	60	8			Imposto Sobre Serviços – ISS	41	5			Programa de Integração Social – PIS	13	2			Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	5				Impostos de Renda e Contribuição Social – IR/CS	4					<u>123</u>	<u>15</u>																																																																			
	2021		2020																																																																																																										
	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	60	8																																																																																																										
Imposto Sobre Serviços – ISS	41	5																																																																																																											
Programa de Integração Social – PIS	13	2																																																																																																											
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	5																																																																																																												
Impostos de Renda e Contribuição Social – IR/CS	4																																																																																																												
	<u>123</u>	<u>15</u>																																																																																																											
16. Provisões – (a) Práticas contábeis: (i) Provisões de ações judiciais de natureza cível e ambiental: A Companhia é parte em processos em andamento de natureza cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões cíveis e ambientais são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. (b) Composição e movimentação																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> <tr> <th>Ambientais</th> <th>Cíveis</th> <th>Ambientais</th> <th>Cíveis</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo no início do exercício</td> <td>68</td> <td>94</td> <td>162</td> <td>398</td> </tr> <tr> <td>Adições</td> <td>150</td> <td></td> <td>150</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reversões</td> <td></td> <td></td> <td>(175)</td> <td>(175)</td> </tr> <tr> <td>Atualização monetária, líquida das reversões</td> <td>199</td> <td>199</td> <td>(155)</td> <td>(155)</td> </tr> <tr> <td>Saldo no final do exercício</td> <td><u>267</u></td> <td><u>94</u></td> <td><u>361</u></td> <td><u>68</u></td> </tr> </tbody> </table>											2021		2020		Ambientais	Cíveis	Ambientais	Cíveis	Saldo no início do exercício	68	94	162	398	Adições	150		150		Reversões			(175)	(175)	Atualização monetária, líquida das reversões	199	199	(155)	(155)	Saldo no final do exercício	<u>267</u>	<u>94</u>	<u>361</u>	<u>68</u>																																																																		
	2021		2020																																																																																																										
	Ambientais	Cíveis	Ambientais	Cíveis																																																																																																									
Saldo no início do exercício	68	94	162	398																																																																																																									
Adições	150		150																																																																																																										
Reversões			(175)	(175)																																																																																																									
Atualização monetária, líquida das reversões	199	199	(155)	(155)																																																																																																									
Saldo no final do exercício	<u>267</u>	<u>94</u>	<u>361</u>	<u>68</u>																																																																																																									
(c) Processos com probabilidade de perdas consideradas como possíveis																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Cíveis</td> <td>7</td> <td>63</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ambientais</td> <td>927</td> <td>625</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>934</u></td> <td><u>688</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											2021		2020		Cíveis	7	63			Ambientais	927	625				<u>934</u>	<u>688</u>																																																																																		
	2021		2020																																																																																																										
	Cíveis	7	63																																																																																																										
Ambientais	927	625																																																																																																											
	<u>934</u>	<u>688</u>																																																																																																											
(c) Composição e movimentação do passivo de arrendamento																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo no início do exercício</td> <td>4.543</td> <td>5.024</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Liquidação (813)</td> <td>(813)</td> <td>(813)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ajuste a valor presente</td> <td>298</td> <td>332</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo no final do exercício</td> <td><u>4.028</u></td> <td><u>4.543</u></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td>783</td> <td>636</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td>3.245</td> <td>3.907</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>4.028</u></td> <td><u>4.543</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											2021		2020		Saldo no início do exercício	4.543	5.024			Liquidação (813)	(813)	(813)			Ajuste a valor presente	298	332			Saldo no final do exercício	<u>4.028</u>	<u>4.543</u>			Circulante	783	636			Não circulante	3.245	3.907				<u>4.028</u>	<u>4.543</u>																																																														
	2021		2020																																																																																																										
	Saldo no início do exercício	4.543	5.024																																																																																																										
Liquidação (813)	(813)	(813)																																																																																																											
Ajuste a valor presente	298	332																																																																																																											
Saldo no final do exercício	<u>4.028</u>	<u>4.543</u>																																																																																																											
Circulante	783	636																																																																																																											
Não circulante	3.245	3.907																																																																																																											
	<u>4.028</u>	<u>4.543</u>																																																																																																											
13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos – (a) Práticas contábeis: O imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço dos países em que a Companhia atua e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. O IRPJ e CSLL correntes, além de afetarem o resultado do exercício, são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. A Companhia reconhece também o IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre os saldos recuperáveis de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL. Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente analisados, em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro estimado, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. (b) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL: Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação, com base na alíquota nominal brasileira:																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, da contribuição social</td> <td>(4)</td> <td>447</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Alíquotas nominais</td> <td>34%</td> <td>34%</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Arrendamento</td> <td>1</td> <td>(152)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Equivalência patrimonial</td> <td>1</td> <td>(2)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor não tributado pelo adicional do imposto de renda (i)</td> <td>20</td> <td>24</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ajustes de exercícios anteriores</td> <td></td> <td>137</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>IRPJ e CSLL apurados</td> <td><u>22</u></td> <td><u>7</u></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Correntes</td> <td>(47)</td> <td>1</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Diferidos</td> <td>69</td> <td>6</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>IRPJ e CSLL no resultado</td> <td><u>22</u></td> <td><u>7</u></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Taxa efetiva – %</td> <td>550,00</td> <td>(1,57)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>(i) O montante de R\$ 20 mil refere-se a não tributação do adicional de 10% do IRPJ, pois a base de cálculo não excedeu ao valor isento do limite de R\$ 240 mil anual. (c) Composição dos saldos patrimoniais de IRPJ e CSLL diferidos</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td>2021</td> <td>2020</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa</td> <td>158</td> <td>187</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Créditos tributários sobre diferenças temporárias</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Provisões</td> <td>123</td> <td>55</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Arrendamento</td> <td>124</td> <td>94</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Impostos diferidos ativos</td> <td><u>405</u></td> <td><u>336</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											2021		2020		Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, da contribuição social	(4)	447			Alíquotas nominais	34%	34%			Arrendamento	1	(152)			Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos					Equivalência patrimonial	1	(2)			Valor não tributado pelo adicional do imposto de renda (i)	20	24			Ajustes de exercícios anteriores		137			IRPJ e CSLL apurados	<u>22</u>	<u>7</u>			Correntes	(47)	1			Diferidos	69	6			IRPJ e CSLL no resultado	<u>22</u>	<u>7</u>			Taxa efetiva – %	550,00	(1,57)			(i) O montante de R\$ 20 mil refere-se a não tributação do adicional de 10% do IRPJ, pois a base de cálculo não excedeu ao valor isento do limite de R\$ 240 mil anual. (c) Composição dos saldos patrimoniais de IRPJ e CSLL diferidos						2021	2020			Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	158	187			Créditos tributários sobre diferenças temporárias					Provisões	123	55			Arrendamento	124	94			Impostos diferidos ativos	<u>405</u>	<u>336</u>		
	2021		2020																																																																																																										
	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, da contribuição social	(4)	447																																																																																																										
Alíquotas nominais	34%	34%																																																																																																											
Arrendamento	1	(152)																																																																																																											
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos																																																																																																													
Equivalência patrimonial	1	(2)																																																																																																											
Valor não tributado pelo adicional do imposto de renda (i)	20	24																																																																																																											
Ajustes de exercícios anteriores		137																																																																																																											
IRPJ e CSLL apurados	<u>22</u>	<u>7</u>																																																																																																											
Correntes	(47)	1																																																																																																											
Diferidos	69	6																																																																																																											
IRPJ e CSLL no resultado	<u>22</u>	<u>7</u>																																																																																																											
Taxa efetiva – %	550,00	(1,57)																																																																																																											
(i) O montante de R\$ 20 mil refere-se a não tributação do adicional de 10% do IRPJ, pois a base de cálculo não excedeu ao valor isento do limite de R\$ 240 mil anual. (c) Composição dos saldos patrimoniais de IRPJ e CSLL diferidos																																																																																																													
	2021	2020																																																																																																											
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	158	187																																																																																																											
Créditos tributários sobre diferenças temporárias																																																																																																													
Provisões	123	55																																																																																																											
Arrendamento	124	94																																																																																																											
Impostos diferidos ativos	<u>405</u>	<u>336</u>																																																																																																											
14. Investimentos – (a) Práticas contábeis: Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controla ou não tem controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.																																																																																																													
17. Patrimônio líquido – (a) Práticas contábeis: (i) Capital social: É representado por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido. (ii) Distribuição de dividendos: É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos. (iii) Lucro (prejuízo) básico por ação: É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. (iv) Reserva legal e de retenção de lucros: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. (v) Reserva de incentivos fiscais: A reserva de incentivos fiscais é creditada com os benefícios de incentivos fiscais, que são reconhecidos na demonstração do resultado do ano e alocados de lucros acumulados para esta reserva. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório. (b) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 8.980, e composto por 8.980.000 ações ordinárias, sem valor nominal. (c) Dividendos: O cálculo dos dividendos é assim demonstrado:																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>18</td> <td>454</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reserva legal – 5%</td> <td>(1)</td> <td>(23)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo dos dividendos</td> <td>17</td> <td>431</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dividendos mínimos obrigatórios – 25% conforme estatuto</td> <td>4</td> <td>108</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Quantidade total de ações</td> <td>8.980.000</td> <td>8.980.000</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Dividendos por ação – R\$</td> <td>0,0004</td> <td>0,0120</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											2021		2020		Lucro líquido do exercício	18	454			Reserva legal – 5%	(1)	(23)			Base de cálculo dos dividendos	17	431			Dividendos mínimos obrigatórios – 25% conforme estatuto	4	108			Quantidade total de ações	8.980.000	8.980.000			Dividendos por ação – R\$	0,0004	0,0120																																																																			
	2021		2020																																																																																																										
	Lucro líquido do exercício	18	454																																																																																																										
Reserva legal – 5%	(1)	(23)																																																																																																											
Base de cálculo dos dividendos	17	431																																																																																																											
Dividendos mínimos obrigatórios – 25% conforme estatuto	4	108																																																																																																											
Quantidade total de ações	8.980.000	8.980.000																																																																																																											
Dividendos por ação – R\$	0,0004	0,0120																																																																																																											
18. Receita líquida dos serviços prestados – (a) Práticas contábeis: A receita é determinada com base no valor que a Companhia espera receber pela venda de produtos e serviços prestados no curso normal dos negócios da entidade, já deduzidos de perdas esperadas e quaisquer eventos que possam impactar a mensuração do valor da transação. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas. A Companhia reconhece uma receita quando: (i) existe um contrato e/ou qualquer acordo para que a Companhia satisfaça uma obrigação de performance; (ii) a obrigação de performance do contrato é identificável; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com segurança e este possa ser alocado para cada obrigação de performance; (iv) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; (v) as obrigações de desempenho acordadas com a contraparte sejam cumpridas e o controle sobre os bens ou serviços sejam transferidos para a contraparte; e (vi) critérios específicos tenham sido atendidos para cada um dos contratos e/ou acordos. (b) Composição																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receita bruta</td> <td>8.786</td> <td>5.694</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Receita de serviços prestados (Nota 11 (b))</td> <td>(1.252)</td> <td>(811)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Impostos sobre serviços prestados</td> <td><u>7.534</u></td> <td><u>4.883</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											2021		2020		Receita bruta	8.786	5.694			Receita de serviços prestados (Nota 11 (b))	(1.252)	(811)			Impostos sobre serviços prestados	<u>7.534</u>	<u>4.883</u>																																																																																		
	2021		2020																																																																																																										
	Receita bruta	8.786	5.694																																																																																																										
Receita de serviços prestados (Nota 11 (b))	(1.252)	(811)																																																																																																											
Impostos sobre serviços prestados	<u>7.534</u>	<u>4.883</u>																																																																																																											
19. Abertura de despesas por natureza																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesa de serviços diversos</td> <td>5.467</td> <td>3.419</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Utilidades</td> <td>1.043</td> <td>684</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Amortização</td> <td>602</td> <td>602</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Impostos, taxas e contribuições</td> <td>105</td> <td>128</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aluguéis</td> <td>87</td> <td>61</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Seguros</td> <td>11</td> <td>17</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td></td> <td>12</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>7.316</u></td> <td><u>4.923</u></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reconciliação</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Custo dos serviços prestados</td> <td>6.726</td> <td>4.674</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas gerais e administrativas</td> <td><u>590</u></td> <td><u>249</u></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>7.316</u></td> <td><u>4.923</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											2021		2020		Despesa de serviços diversos	5.467	3.419			Utilidades	1.043	684			Amortização	602	602			Impostos, taxas e contribuições	105	128			Aluguéis	87	61			Seguros	11	17			Outros		12				<u>7.316</u>	<u>4.923</u>			Reconciliação					Custo dos serviços prestados	6.726	4.674			Despesas gerais e administrativas	<u>590</u>	<u>249</u>				<u>7.316</u>	<u>4.923</u>																																					
	2021		2020																																																																																																										
	Despesa de serviços diversos	5.467	3.419																																																																																																										
Utilidades	1.043	684																																																																																																											
Amortização	602	602																																																																																																											
Impostos, taxas e contribuições	105	128																																																																																																											
Aluguéis	87	61																																																																																																											
Seguros	11	17																																																																																																											
Outros		12																																																																																																											
	<u>7.316</u>	<u>4.923</u>																																																																																																											
Reconciliação																																																																																																													
Custo dos serviços prestados	6.726	4.674																																																																																																											
Despesas gerais e administrativas	<u>590</u>	<u>249</u>																																																																																																											
	<u>7.316</u>	<u>4.923</u>																																																																																																											
20. Outras receitas operacionais, líquidas																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Reconhecimento de crédito de ação cível</td> <td>48</td> <td>340</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reversões judiciais líquidas</td> <td></td> <td>175</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Perda na venda de investimentos (Nota 3.1)</td> <td></td> <td>(20)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outras receitas operacionais líquidas</td> <td><u>22</u></td> <td><u>36</u></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>50</u></td> <td><u>551</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											2021		2020		Reconhecimento de crédito de ação cível	48	340			Reversões judiciais líquidas		175			Perda na venda de investimentos (Nota 3.1)		(20)			Outras receitas operacionais líquidas	<u>22</u>	<u>36</u>				<u>50</u>	<u>551</u>																																																																								
	2021		2020																																																																																																										
	Reconhecimento de crédito de ação cível	48	340																																																																																																										
Reversões judiciais líquidas		175																																																																																																											
Perda na venda de investimentos (Nota 3.1)		(20)																																																																																																											
Outras receitas operacionais líquidas	<u>22</u>	<u>36</u>																																																																																																											
	<u>50</u>	<u>551</u>																																																																																																											
21. Resultado financeiro líquido – (a) Práticas contábeis: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Rendimentos e atualização monetária; A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. (b) Composição																																																																																																													
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">2021</th> <th colspan="2">2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Rendimentos sobre aplicações financeiras</td> <td>233</td> <td>133</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Juros sobre ativos financeiros</td> <td>4</td> <td>1</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Reversão de atualização de provisões</td> <td>3</td> <td>227</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>240</u></td> <td><u>361</u></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Ajuste a valor presente de contratos – IFRS 16 (Nota 12 (c))</td> <td>(298)</td> <td>(332)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Atualização monetária sobre provisões e outros passivos</td> <td>(202)</td> <td>(73)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>PIS e COFINS sobre resultado financeiro</td> <td>(11)</td> <td>(6)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outras despesas financeiras</td> <td>(3)</td> <td>(7)</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>(514)</u></td> <td><u>(418)</u></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td></td> <td><u>(274)</u></td> <td><u>(57)</u></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>											2021		2020		Receitas financeiras					Rendimentos sobre aplicações financeiras	233	133			Juros sobre ativos financeiros	4	1			Reversão de atualização de provisões	3	227				<u>240</u>	<u>361</u>			Despesas financeiras					Ajuste a valor presente de contratos – IFRS 16 (Nota 12 (c))	(298)	(332)			Atualização monetária sobre provisões e outros passivos	(202)	(73)			PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(11)	(6)			Outras despesas financeiras	(3)	(7)				<u>(514)</u>	<u>(418)</u>				<u>(274)</u>	<u>(57)</u>																																					
	2021		2020																																																																																																										
	Receitas financeiras																																																																																																												
Rendimentos sobre aplicações financeiras	233	133																																																																																																											
Juros sobre ativos financeiros	4	1																																																																																																											
Reversão de atualização de provisões	3	227																																																																																																											
	<u>240</u>	<u>361</u>																																																																																																											
Despesas financeiras																																																																																																													
Ajuste a valor presente de contratos – IFRS 16 (Nota 12 (c))	(298)	(332)																																																																																																											
Atualização monetária sobre provisões e outros passivos	(202)	(73)																																																																																																											
PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(11)	(6)																																																																																																											
Outras despesas financeiras	(3)	(7)																																																																																																											
	<u>(514)</u>	<u>(418)</u>																																																																																																											
	<u>(274)</u>	<u>(57)</u>																																																																																																											
22. Seguros – A Companhia mantém seguros de riscos patrimoniais e responsabilidade civil, dentre outros, proporcionando proteção relacionada a possíveis perdas com interrupção na operação, danos a terceiros, patrimônio e responsabilidade civil dos executivos e diretores. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites considerados pela Administração adequados ao porte e riscos inerentes a natureza da sua atividade.																																																																																																													
23. Compromisso de longo prazo – A Companhia possui um contrato de arrendamento operacional de um terminal no Porto de Imbituba, onde realiza as operações de importação e exportação de granéis sólidos, com vigência até janeiro de 2028. O contrato em questão está reconhecido conforme descrito na Nota 12(a).																																																																																																													
Diretoria					Contadora																																																																																																								
Diretor Presidente: Osvaldo Ayres Filho					Diretor: Hugo Sogayar Armelin																																																																																																								
					Célia Midori Narita – CRC PR 051.809/O-8 “S” SP																																																																																																								

Bolsas de NY fecham em queda, com novas sanções à Rússia e comentários do Fed

As bolsas de Nova York fecharam em queda nesta terça-feira, 5, em dia de cautela no mercado. A aversão ao risco foi impulsionada pelo anúncio de novas sanções à Rússia pela União Europeia, na esteira da guerra na Ucrânia, e por comentários hawkish de dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano).

O Dow Jones fechou em baixa de 0,80%, em 34.641,18 pontos, o S&P 500

caiu 1,26%, a 4.525,12 pontos, e o Nasdaq teve recuo de 2,26%, a 14.204,17 pontos.

No começo do pregão, as bolsas de Nova York operavam mistas, enquanto o mercado digeria novas sanções à Rússia propostas pela União Europeia (UE). As novas medidas incluem o embargo à importação de carvão russo, no valor de 4 bilhões de euros por ano, e preveem veto a transações com quatro bancos russos, entre eles o VTB, o segundo maior do

país. Mais tarde, os índices perderam fôlego, acelerando perdas, e passaram a operar no vermelho, em meio a declarações dos presidente do Federal Reserve (Fed) de Kansas City, Esther George, e da diretora Lael Brainard.

George, em entrevista à Bloomberg, pontuou que um aumento de 50 pontos-base “é uma opção que consideraremos entre outras coisas”. Já Brainard afirmou que a instituição “continuará a apertar a política monetária de modo

metódico, com uma série de altas nos juros”. Durante discurso em evento virtual do Fed Minneapolis, ela disse que a instituição “está preparada para adotar ações mais fortes” nesse aperto, caso o quadro na inflação demande, enfatizando a “importância crucial” de levar os preços para baixo, mas sem deixar de apoiar a economia.

Para Craig Orlam da Oanda, entretanto, os mercados reagem à incerteza sobre pontos como as negociações

Ucrânia-Rússia e as sanções, taxas de juros, avisos de recessão, bloqueios etc. “Não há fim para a incerteza, o que torna a resiliência que estamos vendo nos mercados de ações mais impressionante. Em um cenário de inflação alta, expectativas de taxas de juros em rápido aumento, alertas de recessão e preços muito altos de commodities, os índices dos EUA estão a apenas 5% dos máximos de todos os tempos”, destaca a Oanda.

Isto é Dinheiro

Juntos Somos Mais Fidelização S.A.

CNPJ/MF nº 29.894.630/0001-39

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias apresentamos a V.Sas., as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020.

A Administração

Balanco Patrimonial – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Ativo	Nota	Controladora	Consolidado	Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora	Consolidado
		2021	2020			2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	39.981	327	Arrendamento		418	
Aplicações financeiras	8	78.949	37.574	Fornecedores		5.724	6.094
Contas a receber de clientes	9	9.233	14.770	Tributos a recolher		1.883	826
Outros ativos		3.847	3.849	Salários e encargos sociais		13.686	7.888
		132.010	56.520	Receita diferida	15	63.905	42.808
				Outros passivos		4.972	289
Não circulante						90.588	57.905
Imposto de renda e contribuição social	14	6.641	6.641	Não circulante			
diferidos				Provisões		238	
Investimento	11		11.080	Patrimônio líquido	17		
Imobilizado	12	1.045	338	Capital social		136.000	36.000
Intangível	13	25.302	3.458	Prejuízos acumulados		(61.544)	(15.868)
Direito de uso		284		Total do patrimônio líquido		74.456	20.132
		33.272	21.517	Total do passivo e patrimônio líquido		165.282	79.153
Total do ativo		165.282	79.153				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora	Consolidado	Prejuízo do exercício	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
		2021	2020		2021	2020	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(45.676)	(8.626)	(45.676)	36.000	(9.191)	26.809
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa				(6.677)		(6.677)	(6.677)
Depreciações e amortizações	12 (b) e			(15.868)		(15.868)	20.132
Equivalência patrimonial	13 (b)	920	864	36.000		(15.868)	20.132
Incorporação da Triider	11 (b)	3.694	1.998			(45.676)	(45.676)
Ágio incorporação da Triider	11 (b)	7.386				(6.677)	(6.677)
Provisão de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	11 (b)	(10.518)				(6.677)	(6.677)
Componentes do resultado financeiro		(4.854)	(1.195)			(6.677)	(6.677)
Constituição de provisões de processos trabalhistas		224				(6.677)	(6.677)
Demais itens que não afetam caixa		(34)	(97)			(6.677)	(6.677)
		(48.434)	(8.948)			(6.677)	(6.677)
Acréscimo (decréscimo) em ativos						(6.677)	(6.677)
Aplicações financeiras		(36.507)	13.583			(6.677)	(6.677)
Contas a receber de clientes		26.210	8.717			(6.677)	(6.677)
Outros ativos		2	(1.769)			(6.677)	(6.677)
Acréscimo (decréscimo) em passivos						(6.677)	(6.677)
Fornecedores		(370)	(2.332)			(6.677)	(6.677)
Tributos a recolher		1.057	201			(6.677)	(6.677)
						(6.677)	(6.677)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Considerações gerais – A Juntos Somos Mais Fidelização S.A. (“Companhia” ou “Juntos Somos”) é uma *Joint venture* constituída pela Votorantim Cimentos S.A. (“VCSA”), Tigre S.A. Participações (“Tigre”) e Gerdaul Aços Longos S.A. (“Gerdaul”) e tem como objeto social: (i) o desenvolvimento e o gerenciamento de programa de fidelização de clientes em razão do consumo de bens e serviços oferecidos por indústrias da construção civil; (ii) a cessão e comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito do programa de fidelização de clientes por meio da emissão de pontos; (iii) a operacionalização de programa de fidelização, incluindo, mas não se limitando, a gestão de domínios, a criação e desenvolvimento de programas de computador e tecnologias correlatas; (iv) a criação e administração de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas; (v) a representação de outras sociedades; (vi) a geração de relatórios consolidados e agregados de dados de mercado; (vii) a definição e execução de ações de *marketing*; e (viii) a prestação de serviços auxiliares ao comércio de bens e produtos, incluindo, mas não se limitando, à aquisição de itens e produtos relacionados, direta e indiretamente, a consecução das atividades acima descritas, entre outros. Como a Juntos Somos Mais é uma *startup* e está focada no crescimento das suas unidades de negócio, é natural que ela apresente prejuízos acumulados em seus primeiros anos de operação. Nesse contexto, seus acionistas (VCSA, Tigre e Gerdaul) estão comprometidos em manter o financiamento da Companhia para que ela continue atuando no desenvolvimento e crescimento de seus produtos através do investimento em tecnologia até que haja uma reversão nesse cenário e a Companhia passe a ter resultados positivos nos próximos anos.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2021: (a) Incorporação da Triider S.A. (“Triider”): Em março de 2021, a Companhia realizou a incorporação da empresa Triider, adquirida em setembro de 2020, que passou a operar sob o CNPJ da filial da Juntos Somos Mais localizada na cidade de Porto Alegre. Além da operação da Triider, essa filial será responsável por consolidar todas as iniciativas de *marketplace* da Juntos Somos Mais, dentre elas Habitissimo, Pronta Reforma e Loja Virtual. Considerando que o único investimento que a Companhia possuía controle e consolidava era a Triider, com a incorporação realizada, a Companhia não apresentou os saldos consolidados para o exercício de 2021, conforme Nota 11 (b). Adicionalmente, o ágio registrado anteriormente no grupo de “Investimentos”, foi reclassificado para o grupo de “Intangível”. **(b) Efeitos da pandemia provocada pelo novo coronavírus (COVID-19)** A pandemia mundial da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), está trazendo riscos à saúde pública e à economia do Brasil e de diversos países do mundo. Nesse cenário, a Juntos Somos Mais continua tomando as medidas preventivas necessárias para minimizar a disseminação do vírus e os impactos relacionados à saúde e segurança dos nossos empregados, familiares, parceiros, varejistas e demais profissionais do mercado da construção civil, assegurando a continuidade das nossas operações. A Companhia avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia do COVID-19, as suas principais obrigações contratuais foram cumpridas. A Companhia possui uma sólida posição de liquidez, o que proporciona condições para mitigar, ainda que não totalmente conhecidos, os impactos desse cenário adverso. Considerando a análise das informações e dados acima mencionados, até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas não identificaram outros impactos relevantes a serem divulgados. Contudo continuaremos monitorando os desdobramentos causados pela pandemia do COVID-19 e, a depender da evolução, novas medidas podem ser necessárias.

(c) Aquisição ativos intangíveis Habitissimo Brasil Ltda. (“Habitissimo”) Em 30 de junho de 2021, a Companhia adquiriu os ativos intangíveis da operação brasileira da Habitissimo, empresa sediada em Palma de Mallorca na Espanha, pelo montante de R\$ 11.912, conforme Nota 13. O Habitissimo é uma plataforma de serviços que integra clientes a profissionais qualificados para a realização de obras e reformas. Sua aquisição visa fortalecer o ecossistema da Companhia, pois esse novo ativo intangível será integrado à plataforma do Triider, complementando o portfólio do *marketplace* de serviços da Juntos Somos Mais com obras e reformas de maior complexidade. **(d) Aumento de capital:** Em abril de 2021, a Companhia recebeu o aumento de capital de no montante de R\$ 100.000 dos seus acionistas, que contribuíram com montantes equivalente às suas respectivas participações na Juntos Somos Mais.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis – **2.1. Base de apresentação:** **(a) Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2021, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e conforme as normas internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo IASB. A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, mensurados ao valor justo. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios anteriores, exceto se indicado de outra maneira. As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas

e estimativas são mais significativas, estão divulgadas na Nota 4. **(b) Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas para publicação em 18 de março de 2022 pelo Conselho de Administração. A aprovação final é concedida na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, de acordo com as leis estatutárias. **(c) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Juntos Somos + é o Real (“R\$” ou “Reais”). **2.2. Demonstração do fluxo de caixa:** Os fluxos de caixa apresentam as mudanças de caixa e equivalentes de caixa durante o exercício nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos financeiros altamente líquidos, ou seja, investimentos cujos vencimentos são de curto prazo a contar da data de aquisição. O fluxo de caixa das atividades operacionais é apresentado pelo método indireto. O lucro ou prejuízo antes dos impostos é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou pelas apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com os fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento. Todas as receitas e despesas decorrentes de operações não monetárias, atribuíveis ao investimento e de financiamento, são eliminadas.

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações – (a) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Companhia: As seguintes alterações de normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) foram adotadas pela primeira vez no exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2021. Reforma da *Interbank offered rates* (IBORs): alterações no CPC 48/IFRS 9 “Instrumentos financeiros”, CPC 38/IAS 39 “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração CPC 40/IFRS 7 “Instrumentos financeiros: evidênciação”, CPC 11/IFRS 4 “Contratos de seguro” e CPC 06/IFRS 16 “Arrendamentos”. A Companhia analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis. **(b) Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia:** Novas normas, interpretações e emendas às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não estão vigentes. Pretendemos adotar as novas normas, interpretações e emendas, se aplicáveis, quando se tornarem vigentes. A Companhia realizou uma análise preliminar sobre a aplicabilidade dessas alterações e identificou possíveis impactos em suas políticas contábeis decorrentes da alteração do CPC 32/IAS 12 “Tributos sobre o lucro”. A alteração requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos. A alteração é efetiva para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023 e a Companhia está atualmente analisando detalhadamente os possíveis impactos, de acordo com a regulamentação tributária local.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos – Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente revisados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As

(d) Composição

Ativos	Nota	2021		Controladora	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	9	9.233	9.233	14.770	14.770
		9.233	9.233	14.770	14.770
Caixa e equivalentes de caixa (i)	7	39.981	39.981	327	327
Aplicações financeiras	8	78.949	78.949	37.574	37.574
		118.930	118.930	37.901	37.901
Passivos					
Fornecedores		5.724	5.724	6.094	6.094
Arrendamento		418			
Salários e encargos sociais		13.686	7.888		
		19.828	13.982		6.094
Ativos					
Contas a receber de clientes	9	14.858			14.858
		14.858			14.858
Caixa e equivalentes de caixa (i)	7		656		656
Aplicações financeiras	8		37.743		37.743
			38.399		38.399
Passivos					
Fornecedores		6.101			6.101
Salários e encargos sociais		7.993			
		14.094			6.101

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos equivalentes de caixa.

continua ...

... continuação

Juntos Somos Mais Fidelização S.A.

(e) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização.

Ativos	Nota	Valor justo medido com base em		2021		Valor justo medido com base em		Controladora		2020	
		Preços cotados em mercado ativo	Técnica de valoração suportada por preços observáveis	Nível 1	Nível 2	Preços cotados em mercado ativo	Técnica de valoração suportada por preços observáveis	Nível 1	Nível 2	Valor justo	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	7	29.265	10.716	39.981		327		327	327		
Aplicações financeiras	8	11.758	67.191	78.949		12.205	25.369	37.574	37.574		
		41.023	77.907	118.930		12.532	25.369	37.901	37.901		

Ativos	Nota	Valor justo medido com base em		2021		Valor justo medido com base em		Controladora		2020	
		Preços cotados em mercado ativo	Técnica de valoração suportada por preços observáveis	Nível 1	Nível 2	Preços cotados em mercado ativo	Técnica de valoração suportada por preços observáveis	Nível 1	Nível 2	Valor justo	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	7	656		656				656	656		
Aplicações financeiras	8	12.237		12.237		25.506		37.743	37.743		
		12.893		12.893		25.506		38.399	38.399		

Os demais instrumentos financeiros apresentados na Nota 5 (d), e não incluídos acima, são avaliados ao custo amortizados e a Companhia entende que o valor contábil se aproxima de seu valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é determinado por preços observáveis (Nível 2) em transações não forçadas entre participantes do mercado ou em condições equivalentes a estas, no caso de transações entre partes relacionadas.

6. Gestão de risco financeiro – 6.1. Fatores de risco financeiro: A Companhia não identifica riscos financeiros inerentes ao negócio no tocante aos riscos de mercado (moeda e taxas de juros), riscos de crédito e riscos de liquidez. As operações da empresa são realizadas com partes relacionadas e demais empresas aderentes ao programa de fidelização, considerando as condições de mercado.

7. Caixa e equivalentes de caixa – (a) Práticas contábeis: Incluem o caixa e os depósitos bancários, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(b) Composição

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Moeda nacional			
Caixa e bancos	39.981	327	656

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa é equivalente a 101,31% a.a. do CDI.

8. Aplicações financeiras – (a) Práticas contábeis: As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata e, portanto, são classificadas no ativo circulante. Não obstante, são classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e/ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

(b) Composição

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Valor justo por meio do resultado			
Certificado de Depósito Bancário – CDBs	61.272	25.369	25.538
Operações compromissadas – Títulos públicos	4.171	2.490	2.490
Letras Financeiras do Tesouro – LFTs	13.506	9.715	9.715
	78.949	37.574	37.743

As aplicações compreendem quotas de fundos de investimentos com carteira composta por títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. A rentabilidade média para os montantes alocados em aplicações financeiras é equivalente a 100,38% a.a. do CDI.

9. Contas a receber de clientes – (a) Práticas contábeis: As contas a receber de clientes correspondem aos direitos decorrentes às operações de venda de pontos, serviços de utilização de *softwares* loja virtual, adesão de novos clientes ao programa de fidelidade e comissionamento sobre a venda de mercadorias em *marketplaces* próprios e terceiros. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva. A provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de caixa a receber.

(b) Composição

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Partes relacionadas (Nota 10 (b))	3.770	11.864	11.864
Clientes nacionais	5.987	3.006	3.094
	9.757	14.870	14.958
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(524)	(100)	(100)
	9.233	14.770	14.858

10. Partes relacionadas – (a) Práticas contábeis: Os saldos e transações com partes relacionadas refletem substancialmente os contratos assinados entre a Companhia e suas acionistas, referente a cessão de direito de resgates, medidos em pontos. Os preços dos pontos emitidos para as partes relacionadas são os mesmos praticados com as demais empresas que realizaram a adesão ao programa de fidelização, e variam de acordo com o volume de pontos creditados aos lojistas.

(b) Saldos patrimoniais

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Societades controladoras e coligadas (Nota 9 (b))			
Votorantim Cimentos S.A.	2.398	2.201	2.201
Gerdau Aços Longos S.A.	1.086	9.382	9.382
Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda.	286	281	281
	3.770	11.864	11.864

(c) Resultado

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Societades controladoras e coligadas			
Votorantim Cimentos S.A.	29.150	28.297	28.297
Gerdau Aços Longos S.A.	25.965	24.269	24.269
Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda.	25.965	16.842	16.842
	81.080	69.408	69.408

As transações com partes relacionadas referem-se a aquisições de direitos de resgate realizadas através de pontos emitidos pela utilização do programa Juntos Somos +, os quais são reconhecidos no contas a receber, e possuem contrapartida na receita diferida (Nota 15). **(d) Contratos operacionais:** A Companhia possui contratos com partes relacionadas referentes a aquisições de direitos de resgate realizadas através de pontos emitidos pela utilização do programa Juntos Somos +, os quais são reconhecidos no contas a receber, e possuem contrapartida na receita diferida. Os contratos firmados com Votorantim Cimentos S.A., Gerdau Aços Longos S.A. e Tigre Materiais e Soluções para Construção Ltda., foram firmados em 08 de outubro de 2018 e tem duração de 5 anos. Tais transações são compostas por: a) Venda de pontos; b) Comissionamento por intermediação; c) Serviços compartilhados.

11. Investimentos – (a) Práticas contábeis: A Companhia consolida a entidade sobre a qual detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Saldos e transações entre empresas investidas da Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre as empresas investidas da Companhia, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Quando a Companhia deixa de ter controle sobre controladas, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança do valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", são reclassificados no resultado.

(b) Composição e movimentação

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Percentual de participação (%)			100%
Saldo no início do exercício			11.080
Adição		7.575	7.575
Resultado de equivalência patrimonial	(3.694)	(1.998)	(1.998)
Reclassificação para o grupo de ágio (Nota 1.1 (a))		(11.508)	(11.508)
Aumento de capital		5.503	5.503
Incorporação da Triider (i)	(7.386)		(7.386)
Saldo no final do exercício			(428)
Ágio (Nota 1.1 (a))			11.508
Saldo líquido no final do exercício			11.080

(i) A Companhia não possui investimentos em 2021, visto que sua controlada direta Triider S.A. foi incorporada em março de 2021, conforme Nota 1.1 (a).

(c) Informações sobre a empresa investida

	2020
Percentual de participação (%)	100%
Ativo	
Ativo circulante	597
Ativo não circulante	91
Total do ativo	688
Passivo e patrimônio líquido	
Passivo circulante	1.116
Patrimônio líquido	(428)
Total do passivo e patrimônio líquido	688
Receita	661
Lucro operacional	661
Despesas operacionais	(4.404)
Resultado financeiro	(514)
Prejuízo do exercício (i)	(4.257)

(i) O resultado apresentado na tabela acima, corresponde ao período de 12 meses. Para fins de equivalência patrimonial, a Companhia considera os resultados após a aquisição.

12. Imobilizado – (a) Práticas contábeis: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustado, caso necessário. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia adota para *impairment* de ativos não financeiros.

(b) Composição e movimentação

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Móveis e utensílios			
Equipamentos de informática			
Imobilizado em andamento			
Saldo no início do exercício			
Adição	7	338	338
Efeito de controlada incorporada	2	166	168
Depreciação	(1)	(55)	(56)
Transferência		338	(338)
Saldo no final do exercício	1	456	588
Custo	2	554	588
Depreciação acumulada	(1)	(98)	(99)
Saldo líquido no final do exercício	1	456	588
Taxas médias anuais de depreciação - %	10	20	

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Saldo no início do exercício			
Adição			338
Efeito de controlada incluída na consolidação		97	97
Depreciação		(6)	(6)
Saldo no final do exercício		91	338
Custo		128	338
Depreciação acumulada		(37)	(37)
Saldo líquido no final do exercício		91	338
Taxas médias anuais de depreciação - %		20	

13. Intangível – (a) Práticas contábeis: (i) Ágio: O ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrentes de aquisições de controladas, é reconhecido na data de aquisição e mensurado pelo montante que exceder a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, para a qual geralmente se exige o valor justo na data da aquisição; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida; (iii) no caso de combinação de negócios realizada em estágios, o valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; e (iv) o valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. O ágio de controlada é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas e como "Investimento" nas demonstrações financeiras individuais. **(ii) Softwares:** A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de desenvolvimento interno, somente quando o mesmo gere benefícios econômicos futuros decorrentes ao seu uso, após comprovação de sua viabilidade técnica, e que seu custo possa ser mensurado com segurança. Os custos com o desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Atualmente a Companhia possui dois *softwares* referentes à Loja Virtual e à plataforma de *Loyalty*.

(b) Composição

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Direitos sobre marcas e patentes			
Saldo no início do exercício			
Adição	279	10.518	11.911
Amortização		(864)	(864)
Saldo no final do exercício	279	10.518	14.505
Custo	279	10.518	14.505
Amortização acumulada		(1.729)	(1.729)
Saldo líquido no final do exercício	279	10.518	14.505
Taxas médias anuais de depreciação - %		20	

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Saldo no início do exercício			
Adição	11.508		11.508
Amortização		(864)	(864)
Saldo no final do exercício	11.508		14.966
Custo	11.508		15.830
Amortização acumulada		(864)	(864)
Saldo líquido no final do exercício	11.508		14.966
Taxas médias anuais de depreciação - %		20	

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos – (a) Práticas contábeis: O Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço do país em que a Companhia atua e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Os impostos e contribuições sobre o lucro, além de afetarem o resultado do exercício, são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas

demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. **(b) Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A provisão para IRPJ e CSLL diferidos é calculada com base nas alíquotas e regras fiscais vigentes na data do balanço. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A política sobre a avaliação de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos está apresentada na Nota 14 (e). **(c) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL:** O valor de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresenta a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(45.676)	(8.626)	(8.626)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	15.530	2.933	2.933
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos			
Equivalência patrimonial	(1.101)	(680)	(680)
Gratificações a diretores	(733)	(283)	(283)
Doações		(10)	(10)
Auxílio paternidade e maternidade empresa cidadã	(18)	(7)	(7)
Brindes	(1)	(2)	(2)
Cursos e bolsas de estudo	(20)	(2)	(2)
Prejuízo fiscal sem constituição de diferido	(13.657)		
IRPJ e CSLL apurados		1.949	1.949
Diferidos		1.949	1.949
IRPJ e CSLL no resultado		1.949	1.949
Taxa efetiva - %		(22,59)	(22,59)

(d) Composição dos saldos patrimoniais de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	4.766	4.766	4.766
Créditos tributários sobre diferença temporária			
Provisão de participação no resultado	1.813	1.813	1.813
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	34	34	34
Outros créditos	28	28	28
Débitos tributários sobre diferenças temporárias			
Amortização de ágio			
Impostos diferidos	6.641	6.641	6.641

(e) Realização dos impostos e contribuições diferidos sobre o prejuízo fiscal e base negativa de CSLL: A recuperabilidade dos saldos é avaliada anualmente, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros da Companhia, sendo constituídos ativos somente para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal de base negativa sobre os quais a Companhia possui projeções de utilização dentro de um prazo condizente com as projeções operacionais da Administração, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Após 12 meses			4.766

A expectativa atual da Companhia é compensar integralmente o saldo de créditos e prejuízos fiscais e base negativa registrado até 31 de dezembro de 2021 até o ano de 2026.

15. Receita diferida – (a) Práticas contábeis: A Companhia tem como principal atividade a cessão de direito de resgate, medido em pontos, os quais poderão ser resgatados por prêmios e produtos dentro do âmbito do programa de fidelização conforme conveniência de seus clientes, e desta forma, a Companhia registra em seu passivo circulante uma obrigação decorrente aos pontos emitidos e não resgatados. O passivo de pontos é realizado à medida em que os clientes efetuam os resgates, ou, quando ocorre o vencimento da validade do ponto. O programa considera um prazo de 12 meses para a validade dos pontos, após esse período a Companhia reconhece a receita de *breakage*. **Receita de breakage:** A receita de *breakage* é determinada com base em cálculo de pontos expirados após 12 meses de sua emissão devido a não utilização dos mesmos pelos participantes do programa da Juntos Somos +. O cálculo é feito com base nos pontos emitidos vencidos após o período acima mencionado, dando origem à receita de *breakage*, considerando o valor original do saldo total dos pontos vendidos.

(b) Composição e movimentação

	Controladora		Consolidado
	2021	2020	2020
Saldo no início do exercício	42.808	26.589	26.589
Obrigações decorrentes à cessão de direitos de resgates	99.259	81.995	81.995
Resgate de pontos	(64.376)	(54.777)	(54.777)
Breakage	(13.786)	(10.999)	(10.999)
Saldo no final do exercício	63.905	42.808	42.808

16. Compromissos – A Companhia firmou um contrato de prestação de serviços para a manutenção e controle dos resgates de produtos e serviços, oferecidos pelas empresas parceiras do programa (varejistas/parceiros/fornecedores) aos clientes do programa de fidelidade da Juntos Somos +. Este contrato foi firmado pelo prazo de 24 meses contados a partir de 01 de setembro de 2019, vigorando por prazo indeterminado desde setembro de 2021. Novos termos estão sendo negociados, dentre eles um novo prazo de contrato, e um aditamento deverá ser assinado no início de 2022, tão logo as negociações sejam concluídas.

17. Patrimônio líquido – (a) Práticas contábeis: (i) Capital social: É representado por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido. **(ii) Distribuição de dividendos:** A política de dividendos da Companhia observará o disposto no Acordo de Acionistas, a qual considera a previsão de um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual, a ser reavaliado a partir de dezembro de 2022, conforme previamente ajustado entre os acionistas. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos. **(iii) Lucro (prejuízo) básico por ação:** É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. **(iv) Reserva legal e de retenção de lucros:** A reserva legal é constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia. **(b) Capital social:** Em 31

Publicidade Legal

CSD CENTRAL DE SERVIÇOS DE REGISTRO E DEPÓSITO AOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS S.A.

CNPJ nº 30.498.377/0001-83

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. *A Administração*

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)		Demonstração do resultado		Demonstração do fluxo de caixa			
	2021	2020	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)		
Ativo		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação)		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)			
Circulante		2021		2021			
Caixa e equivalentes de caixa	16.661	29.828	Receita líquida de serviços prestados	728	94		
Contas a receber	89	-	Custo dos serviços prestados	(2.310)	-		
Impostos a recuperar	185	110	Lucro bruto	(1.582)	94		
Créditos diversos	550	74	Despesas gerais e administrativas	(11.246)	(3.414)		
Total do ativo circulante	17.485	30.012	Resultado antes das receitas/despesas financeiras e impostos	(12.828)	(3.320)		
Não circulante		2020		2020			
Caucões	-	9	Receitas e despesas financeiras, líquidas	968	510		
Imobilizado	1.019	861	Prejuízo do exercício	(11.860)	(2.810)		
Intangível	6.675	5.263	Quantidade de ações integralizadas	60.000,001	60.000,001		
Total do ativo não circulante	7.694	6.133	Prejuízo por ação (expresso em reais)	(0,20)	(0,05)		
Total do ativo	25.179	36.145	Demonstração do resultado abrangente				
Passivo e patrimônio líquido		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)		Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)			
Circulante		2021		2020			
Fornecedores	312	92	Prejuízo do exercício	(11.860)	(2.810)		
Obrigações trabalhistas e sociais	1.249	572	Outros resultados abrangentes	-	-		
Obrigações tributárias	16	6	Resultado abrangente total	(11.860)	(2.810)		
Adiantamento de clientes	112	250	Demonstração da mutação do patrimônio líquido				
Outras contas a pagar	125	-	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em milhares de reais)				
Total do passivo circulante	1.814	920	Capital (-) Capital a		Prejuízos		
Patrimônio líquido		2020		social integralizar acumulados		Total	
Capital social	40.510	40.510	Saldos em 31 de dezembro de 2019	40.510	(20.000)	(2.475)	18.035
Prejuízos acumulados	(17.145)	(5.285)	Integralização de capital social	-	20.000	-	20.000
Total do patrimônio líquido	23.365	35.225	Prejuízo do exercício	-	(2.810)	(2.810)	-
Total do passivo e patrimônio líquido	25.179	36.145	Saldos em 31 de dezembro de 2020	40.510	-	(5.285)	35.225
Membros da Administração		2021		2020		2021	
Edívar Vilela de Queiroz Filho - Diretor Presidente		2020		2020		2020	
Daniel Miranda - Diretor Executivo		2021		2021		2021	
José Alexandre Kirstein - Contador CRC 1SP 242.256/0-0		2020		2020		2020	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

As acionistas e administradores da CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. ("Companhia" ou "CSD") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente

de se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a au-**

ditória para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/0-6
Rui Borges
Contador CRC-1SP207135/0-2



Custo de embarque de diesel dos EUA para a América Latina aumenta com escassez

O custo para os países latino-americanos importarem diesel por navios dos Estados Unidos está aumentando devido à oferta limitada e ao aumento dos custos de frete, de acordo com fontes de transporte e dados do setor.

Os Estados Unidos exportam mais de 1 milhão de barris de derivados todos os dias, sendo México, Brasil e Chile os principais destinos, segundo dados do Departamento de Energia dos EUA. No entanto, a crescente escassez de derivados em todo o mundo, principalmente na Europa, impulsionou a demanda e os preços.

As exportações de diesel dos EUA para a Europa representam uma reversão dos fluxos comerciais normais. Ao mesmo tempo, os exportadores estão tentando manter contratos de diesel de longo prazo com a América Latina, segundo dois corretores do setor.

"Ainda temos que fornecer para a América Latina e cumprir contratos de longo prazo", disse uma fonte de uma corretora de navios.

Traders dizem que os custos do frete e do prêmio para enviar diesel em embarcações aquáticas também aumentaram devido à demanda europeia.

Muitas exportações de diesel dos EUA estão sendo enviadas para o Brasil, segundo dados de embarque do Eikon e uma fonte familiarizada com o assunto. O Brasil importa entre 20% e 30% de sua demanda de diesel.

As importações dos Estados Unidos para o Brasil devem continuar altas até que o mercado se normalize, segundo uma fonte com conhecimento sobre o assunto.

Reuters

Viação Piracicabana S.A.

CNPJ/ME nº 54.360.623/0001-02 - NIRE 35.300.490.169

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de dezembro de 2021
Data, Hora e Local: Em 06/12/2021, às 14h00min, na sede social da Companhia, localizada na Estrada Antônio Abdalla nº 235, bairro Jardim Califórnia, na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, CEP 13424-700 ("Companhia"). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), em vista da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Ricardo Constantino que convidou a mim, Sr. Joaquim Constantino Neto, para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a reeleição dos atuais membros da Diretoria da Companhia. **Deliberações:** Declarada aberta a sessão, os Conselheiros apreciaram a matéria da ordem do dia e deliberaram, sem quaisquer restrições ou reservas, aprovar a reeleição dos atuais membros da Diretoria, para um novo mandato de 03 anos, com início em 17/02/2022 e término previsto para 16/02/2025, a saber: **(a) Maria Zélia Rodrigues de Souza França**, brasileira, casada, gestora financeira, portadora da CI/RG nº 37.521.997-3 SSP/SP e inscrita no CPF/ME nº 442.337.286-04, domiciliada na Rua Funchal, nº 551, 10º andar, bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04551-060; **(b) Paulo Sérgio Coelho**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da CI/RG nº 426.172 IIPC/MG e inscrito no CPF/ME nº 162.329.256-53, domiciliado na Rua Funchal, nº 551, 10º andar, bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04551-060; e **(c) José Efraim Neves da Silva**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da CI/RG nº 3.800.555-4 SSP/SP e inscrito no CPF/ME nº 080.434.698-49, domiciliado na Rua Funchal, nº 551, 10º andar, bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04551-060; eleitos para o cargo de Diretores Administrativos integrantes do Bloco "A"; **(d) Fausto Mansur**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da CI/RG nº MG-1.615.882 IIPC/MG e inscrito no CPF/ME nº 351.945.886-15, domiciliado no ST SGO, Quadra 06, Lote Único, Bloco A, Setores Complementares, na cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 70610-660; **(e) Tomaz Ferreira Nunes**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da CI/RG nº 09.091.589-59 SSP/BA e inscrito no CPF/ME 950.598.225-91, domiciliado na Avenida Dom Jaime de Barros Câmara, nº 300, bairro Planalto, na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, CEP 09895-400; **(f) Alceu Cremonesi Junior**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da CI/RG nº 7.875.953-5 SSP/SP e inscrito no CPF/ME 049.412.598-58, domiciliado na Rua Francisco Emílio de Sá Junior, nº 335, Parte, bairro Vila Jockey Clube, na cidade de São Vicente, estado de São Paulo, CEP 11360-150; **(g) José Mendes**, brasileiro, casado, contador, portador da CI/RG nº 12.770.994-0 SSP/SP e inscrito no CPF/ME 038.229.838-10, domiciliado na Avenida Dom Jaime de Barros Câmara, nº 300, bairro Planalto, na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, CEP 09895-400; e **(h) Moisés de Lima e Silva**, brasileiro, casado, contador, portador da CI/RG nº 637.056 SSP/DF e inscrito no CPF/ME sob o nº 170.625.191-20, domiciliado no ST SGO, Quadra 06, Lote Único, Bloco A, Setores Complementares, na cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 70610-660; **(i) Fernando José Vincenzo**, brasileiro, casado, tecnólogo mecânico, portador da CI/RG nº 8.833.907-5 SSP/SP e inscrito no CPF/ME 770.756.928-87, domiciliado na Avenida Dom Jaime de Barros Câmara, nº 300, bairro Planalto, na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, CEP 09895-400; **(j) Ricardo Rodriguez Canton**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da CI/RG nº 23.694.341-8 SSP/SP e inscrito no CPF/ME 173.452.038-83, domiciliado na Avenida Dom Jaime de Barros Câmara, nº 300, bairro Planalto, na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, CEP 09895-400; **(k) Henry Hardt**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da CI/RG nº 19.148.738-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME 213.251.068-79, domiciliado na Avenida Dom Jaime de Barros Câmara, nº 300, bairro Planalto, na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, CEP 09895-400; **(l) Edival Delamuta**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da CI/RG nº 18.408.544-5 SSP/SP e inscrito no CPF/ME 105.844.118-39, domiciliado na Rua Francisco Emílio de Sá Junior, nº 335, Parte, bairro Vila Jockey Clube, na cidade de São Vicente, estado de São Paulo, CEP 11360-150, eleitos para ocuparem o cargo de Diretores Operacionais integrantes do Bloco "B". Os Diretores ora eleitos declaram que aceitam as respectivas nomeações e, tendo conhecimento das disposições do artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e demais dispositivos legais aplicáveis, declaram que não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou de propriedade. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrado os trabalhos, suspendendo a sessão para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e aprovada em sua integralidade, foi assinada, pelos Conselheiros da Companhia: Joaquim Constantino Neto, Constantino de Oliveira Junior e Ricardo Constantino; por mim Secretário - Joaquim Constantino Neto e pelo Presidente - Ricardo Constantino. A presente é cópia fiel da ata que se encontra lavrada em livro próprio. Piracicaba (SP), 06/12/2021. Mesa: **Ricardo Constantino** - Presidente; **Joaquim Constantino Neto** - Secretário. Conselheiros Presentes: **Ricardo Constantino**, **Joaquim Constantino Neto** e **Constantino de Oliveira Junior**. Diretores Reeleitos: **Maria Zélia Rodrigues de Souza França**, **Paulo Sérgio Coelho**, **José Efraim Neves da Silva**, **Fausto Mansur**, **Tomaz Ferreira Nunes**, **Alceu Cremonesi Junior**, **José Mendes**, **Moisés de Lima e Silva**, **Fernando José Vincenzo**, **Ricardo Rodriguez Canton**, **Henry Hardt** e **Edival Delamuta**. JUCESP - Registrado sob o nº 213/22-6 em 03/01/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Esferatur Passagens e Turismo S.A.

CNPJ/ME nº 76.530.260/0001-30 - NIRE 35.300.463.889

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de fevereiro de 2022
1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 25 de fevereiro de 2022, às 10h00, na sede social da Esferatur Passagens e Turismo S.A. ("Companhia"), localizada no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, Sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-400. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em decorrência de estar presente a única acionista da Companhia, detentora da totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Marcelo Kopel, e secretariados pelo Sr. Edson Micali Junior. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre (i) a destituição do Sr. Fabio Mader Cintrao do cargo de Diretor da Companhia; e (ii) a eleição de membro para a Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, a única acionista da Companhia, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberou o quanto segue: **5.1.** Aprovar, sem quaisquer ressalvas ou restrições, a destituição do Sr. Fabio Mader Cintrao, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 22.531.443-2 e inscrito no CPF/ME sob o nº 188.060.558-95, com endereço comercial no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, Sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-400, do cargo de Diretor Presidente da Companhia. **5.2.** O Diretor ora eleito será empossado em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse e desimpedimento (Anexo I à presente ata), desde já declarando sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade empresarial em virtude de condenação criminal, que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em Lei ou nas restrições legais que possam impedi-lo de exercer atividades empresariais, em observância ao disposto no inciso II do art. 37, da Lei nº 8.934 de 18 de novembro de 1994, com redação dada pela Lei nº 10.194 de 14 de fevereiro de 2001 e no art. 1.011, § 1º, da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **5.4.** Em razão das eleições acima, o acionista consigna que a Diretoria Executiva da Companhia passa a ser composta pelos seguintes indivíduos: **(I) Diretor Presidente - Leonel Dias de Andrade Neto**, brasileiro, casado, historiador, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.735.214-54 SSP/BA e inscrito no CPF/ME sob o nº 291.647.615-68, com endereço comercial no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, Sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-400; e **(II) Diretor Financeiro - Marcelo Kopel**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 8.686.694-1 e inscrito no CPF/ME sob o nº 059.369.658-13, com endereço comercial no Município de Santo André, Estado de São Paulo, na Rua Catequese, nº 227, 11º andar, Sala 111, Bairro Jardim, CEP 09090-400. **5.5.** Registrar que a ata que se refere a presente Assembleia Geral será lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o § 1º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a Assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o art. 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Santo André/SP, 25 de fevereiro de 2022. Conferir com o original lavrado em livro próprio. Edson Micali Junior - Secretário. JUCESP - Registrado sob o nº 168.318/22-2 em 30/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

BRVias Holding TBR S.A.

CNPJ/ME nº 09.347.081/0001-75 – NIRE 35.300.352.165

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2022

1. **Data, Hora e Local:** Aos 25 (vinte e cinco) dias de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 12h00 horas, realizada na sede da BRVias Holding TBR S.A. ("Companhia" ou "Fiadora"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de SP, na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conj. 142/143, sala "W", CEP 04551-000. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinaturas constantes do livro de Presença de Acionistas. 3. **Mesa:** Presidência por Dorival Pagani Júnior e secretariado por Marcela Chaves Simões Palma. 4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (I) a aprovação da outorga, pela Companhia, de (a) alienação fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade das ações de sua titularidade e de emissão da TBR, representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.074.183/0001-64 ("TBR" e "Ações Alienadas Fiduciariamente da Emissora", respectivamente), nos termos do "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária sob Condição Suspensiva em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário (conforme abaixo definido) ("Alienação Fiduciária de Ações da Emissora" e "Contrato de Garantia BRVias", respectivamente), e (b) cessão fiduciária, sob condição suspensiva, de (1) todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes da participação societária que esta detém no capital social da TBR, bem como qualquer distribuição de capital feita e efetivamente paga pela TBR à Companhia, incluindo, sem limitação, valores pagos por meio de distribuições realizadas na forma de dividendos (incluindo o dividendo mínimo obrigatório), reduções de capital, juros sobre capital próprio, resgate, recompra ou amortização de ações, ou cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), bem como pagamentos decorrentes de eventuais mútuos celebrados entre a TBR e a Companhia, que sejam ou venham a ser depositados e mantidos, no futuro, na Conta Vinculada da BRVias da Alienação Fiduciária TBR (conforme a ser definida no Contrato de Garantia BRVias), bem como quaisquer valores relacionados a tais valores, observado os termos a serem previstos no Contrato de Garantia BRVias; (2) todos os direitos creditórios detidos pela BRVias contra o OI Sociedade de Crédito Direto S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 32.402.502/0001-35, em relação à titularidade da Companhia sobre a Conta Vinculada da BRVias da Alienação Fiduciária TBR, bem como os rendimentos relacionados à integralidade dos valores depositados na referida conta ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente da BRVias" e "Cessão Fiduciária da BRVias", respectivamente, sendo a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora e a Cessão Fiduciária da BRVias, em conjunto, denominadas de "Garantias da BRVias") em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela TBR, pelas Fiadoras (conforme abaixo definido) e pela Mercúrio Participações e Investimentos S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.042.857/0001-44 ("Mercúrio"), no âmbito da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da TBR, no valor total de R\$ 275.400.000,00 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) ("Debêntures TBR" e "Emissão TBR", respectivamente), nos termos nos termos a serem previstos no "Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A." ("Escritura de Emissão TBR"), a ser celebrado entre a TBR, na qualidade de emissora, a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (CNPJ/ME nº 03.014.553/0001-91) ("TPI"), a Companhia e a Juno Participações e Investimentos S.A. (CNPJ/ME nº 18.252.691/0001-86) ("Juno" e, quando em conjunto com a Companhia e a TPI, as "Fiadoras"), na qualidade de fiadoras, e, ainda, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (CNPJ/ME nº 15.277.994/0004-01) ("Agente Fiduciário" e "Obrigações Garantidas TBR"); (II) a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória, na forma de fiança ("Fiança"), em garantia das Obrigações Garantidas TBR; (III) a autorização à Diretoria da Companhia e/ou aos seus procuradores a praticar todo e qualquer ato necessário à negociação, celebração, estruturação, operacionalização e formalização das Garantias da Juno, e adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação e formalização das deliberações tomadas nesta Assembleia, incluindo a celebração (a) do Contrato de Garantia BRVias; (b) da Escritura de Emissão TBR; (c) do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da BRVias Holding TBR S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora, a Juno, a TPI e a Dable Participações Ltda. (CNPJ/ME nº 14.264.549/0001-06), na qualidade de fiadoras, o Agente Fiduciário e o FIDC BRV ("Aditamento da Escritura de Emissão BRVias"); e (d) quaisquer eventuais aditamentos a tais instrumentos, bem como a celebração de demais contratos, declarações, requerimentos, formulários e outros instrumentos necessários e/ou convenientes para a constituição das Garantias da BRVias, da outorga da Fiança e formalização da Emissão TBR; e (IV) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores relacionados às deliberações "(i)" a "(iv)" acima. 5. **Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária e discutidas as matérias, as acionistas da Companhia, representando a totalidade do capital social, resolveram, autorizando expressamente, de forma irrevogável e irretirável, o seguinte: 5.1. Aprovar a outorga, pela Companhia, das Garantias da BRVias; 5.2. Aprovar a outorga, pela Companhia, da Fiança; 5.3. A autorização à Diretoria da Companhia e/ou aos seus procuradores a praticar todo e qualquer ato necessário à negociação, celebração, estruturação, operacionalização e formalização das Garantias da Juno, e adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação e formalização das deliberações tomadas nesta Assembleia, incluindo a celebração (a) do Contrato de Garantia BRVias; (b) da Escritura de Emissão TBR; (c) do Aditamento da Escritura de Emissão BRVias; e (d) quaisquer eventuais aditamentos a tais instrumentos, bem como a celebração de demais contratos, declarações, requerimentos, formulários e outros instrumentos necessários e/ou convenientes para a constituição das Garantias da BRVias, da outorga da Fiança e formalização da Emissão TBR; e 5.4. Por fim, ficam ratificados todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores relacionados às deliberações acima. 6. **Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a os trabalhos, do qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Dorival Pagani Júnior (Presidente) e Marcela Chaves Simões Palma (Secretária) Acionistas: Dable Participações Ltda. (p. Dorival Pagani Júnior). **Confere com a original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 25 de março de 2022. Mesa: Dorival Pagani Júnior – Presidente; Marcela Chaves Simões Palma – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 159.576/22-2 em 30/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Ouro fecha em baixa, pressionado por alta dos juros dos Treasuries e do dólar

O contrato mais líquido do ouro fechou em baixa nesta terça-feira, 5, em sessão na qual o metal é pressionado pelo avanço do dólar, moeda na qual é cotado, e uma alta nos rendimentos dos Treasuries, ativos que costumam competir com a commodity. Neste cenário, a postura do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) é especialmente observada, levando em conta as perspectivas para alta de taxas e o comportamento

da inflação. Na quarta-feira, 6, investidores irão analisar com atenção a publicação da ata da última reunião de política monetária do Fed.

Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange, o ouro com entrega para junho encerrou a sessão em baixa de 0,34%, a US\$ 1.927,50 a onça-troy.

Para o Commerzbank, o dólar firme e os juros dos Treasuries mais altos "parecem estar impedindo qualquer aumento no preço do ouro no momento".

ONS: previsão de carga de energia no SIN deve ficar em 70.739 MW médios em 2022

A previsão para a carga de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) deste ano foi revisada pelas autoridades do setor elétrico brasileiro para 70.739 megawatts médios (MWm), o que representa uma redução de 1,7% ou 1.217 MWm em relação à estimativa anterior de 71.955 MWm.

O dado faz parte da 1ª revisão quadrimestral da carga de energia para o período de 2022 a 2026, realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Em relatório divulgado

hoje, as entidades destacam que a projeção considera a elevada incerteza tanto no ambiente externo, quanto doméstico. Destaca também que o conflito na Ucrânia deve elevar ainda mais a inflação, que já se encontrava em patamar elevado. "Inflação elevada vem exigindo uma política monetária mais restritiva, o que deve impactar negativamente a atividade econômica em 2022 e 2023", diz trecho do documento.

Outros elementos considerados no cálculo da demanda de energia é que o mercado de trabalho segue em recuperação gradual, e que a indústria deve ser impactada pelo ambiente de incerteza e pelo prolongamento dos gargalos

na cadeia de suprimentos. O documento destaca ainda que a situação fiscal continua sendo um ponto de atenção.

Para os próximos anos, os órgãos estimam que a carga deve ficar em 73.440 MWm em 2023, redução de 1,5% ante a estimativa anterior. Para 2024 o consumo de energia no SIN tende a ser de 75.792 MWm, redução de 1,8% frente à última revisão, em 2025 espera-se que a carga seja de 78.272 MWm, 2,1% menor. Já para 2026, a expectativa é que a carga alcance 80.818 MWm. Como essa é a primeira previsão para este período, não há base de comparação.

Reuters

Vale inicia obras para primeira unidade da Tecnoled no Pará

A Vale iniciou obras para implantação da primeira unidade comercial de sua subsidiária Tecnoled, em Marabá (PA), passo considerado importante para a empresa na área de soluções tecnológicas para descarbonização, disse a mineradora em comunicado nesta terça-feira.

A tecnologia Tecnoled permite produzir, a partir da

substituição de carvão metalúrgico por biomassa, o chamado ferro gusa verde, reduzindo em até 100% as emissões de carbono.

A capacidade inicial de produção da unidade será de 250 mil toneladas de ferro gusa verde por ano, com expectativa de chegar até 500 mil toneladas por ano, no futuro.

O início da produção está previsto para 2025 e o inves-

timento será de aproximadamente 1,6 bilhão de reais, disse a Vale.

"Em função do menor número de etapas, como a ausência da sinterização e coqueificação, estima-se que a tecnologia Tecnoled possui investimento e custo operacional 10 a 15% inferior à rota tradicional de produção via alto-forno", afirmou a companhia.

Reuters

Gigantes de internet terão que pagar taxa de supervisão em novo regramento europeu

Grandes plataformas online vão ter de pagar comissão de até 0,1% do lucro líquido anual para cobrirem custos de monitoramento de regras da União Europeia que vão exigir que façam mais para fiscalizarem o conteúdo em suas redes sociais.

A proposta de criação do Ato de Serviços Digitais (DSA) tende a ser aprovada por países da UE e pelos parlamentares do bloco no final deste mês. A legislação marcará a primeira vez que a Comissão Europeia terá uma

cobrança do tipo.

"A quantia geral das tarifas de supervisão serão baseadas em custos estimados incorridos pela Comissão em relação as suas tarefas de monitoramento sob esta nova legislação", afirma um documento com a medida visto pela Reuters.

"A tarifa não deverá exceder 0,1% do lucro líquido anual global de plataformas online muito grandes (ou mecanismo de busca muito grande) obtido no ano financeiro anterior", segundo o texto.

Isto é Dinheiro

A chefe antitruste da União Europeia, Margrethe Vestager, afirmou a parlamentares e Estados membros que a tarifa deve arrecadar entre 20 milhões e 30 milhões de euros por ano, afirmou uma fonte com conhecimento direto do assunto à Reuters.

Plataformas e motores de busca sem fins lucrativos serão excluídos da cobrança, segundo o documento, uma decisão que vai beneficiar grupos como Wikipedia e instituições de pesquisa.

Reuters

Publicidade Legal

Juno Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 18.252.691/0001-86 – NIRE 35.300.453.441

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2022

1. Data, Hora e Local: Aos 25 (vinte e cinco) dias de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 12h30 horas, realizada na sede da Juno Participações e Investimentos S.A. ("Companhia" ou "Fiadora"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de SP, na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conj. 142/143, sala "L", CEP 04551-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinaturas constantes do livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidida por Carlo Alberto Bottarelli e secretariada por Marcela Chaves Simões Palma. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a aprovação da outorga, pela Companhia, (a) de alienação fiduciária da totalidade das ações de sua titularidade e de emissão da Tiojá Participações e Investimentos S.A., inscrita no CNPJ/ME, sob o nº 14.522.198/0002-69 ("Tiojá"), representativas de, aproximadamente, 50,1% (cinquenta inteiros e um décimo por cento) do capital social da Tiojá ("Ações Alieniadas Fiduciariamente da Tiojá"), nos termos do "Primeiro Aditamento, sob Condição Resolutiva, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária sob Condição Suspensiva em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário (conforme abaixo definido), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures TBR (conforme abaixo definido), dos titulares das Debêntures TPI (conforme abaixo definido) e dos titulares das Debêntures BRVias (conforme abaixo definido), e o FIDC BRV – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 42.043.665/0001-22 ("FIDC BRV", "Contrato de Garantia Juno" e "Alienação Fiduciária de Ações da Tiojá", respectivamente), e (b) cessão fiduciária, nos termos do Contrato de Garantia da Juno (1) de todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes da participação societária que a Companhia detém no capital social da Tiojá, bem como qualquer distribuição de capital feita e efetivamente paga pela Tiojá à Companhia, incluindo, sem limitação, valores pagos por meio de distribuições realizadas na forma de dividendos (incluindo o dividendo mínimo obrigatório), reduções de capital, juros sobre capital próprio, resgate, recompra ou amortização de ações, ou cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), bem como pagamentos decorrentes de eventuais mútuos celebrados entre a Tiojá e a Companhia, que sejam ou venham a ser depositados e mantidos, no futuro, na Conta Vinculada da Juno (conforme termo a ser definido no Contrato de Garantia Juno), bem como quaisquer rendimentos relacionados a tais valores; (2) da totalidade dos recursos que venham a ser devidos à Companhia em razão de eventual venda das Ações Alieniadas Fiduciariamente da Tiojá, incluindo, mas não se limitando, a eventual venda forçada das Ações Alieniadas Fiduciariamente da Tiojá para a Furnas Centrais Elétricas S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.274.194/0001-19, em decorrência de decisão judicial ou arbitral, conforme a ser detalhado no Contrato de Garantia Juno, os quais deverão ser depositados e mantidos na Conta Vinculada da Juno; e (3) todos os direitos creditórios detidos pela Companhia contra o QI Sociedade de Crédito Direto S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 32.402.502/0001-35, em relação à titularidade da Companhia sobre a Conta Vinculada da Juno, bem como os rendimentos relacionados a tais valores ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente da Juno" e "Cessão Fiduciária da Juno", respectivamente, sendo a Alienação Fiduciária de Ações da Tiojá e a Cessão Fiduciária da Juno, em conjunto, denominadas de "Garantias da Juno") a serem outorgadas no âmbito do Contrato de Garantia Juno, em garantia das Obrigações Garantidas TBR (conforme abaixo definido), em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (CNPJ/ME nº 09.074.183/0001-64) ("TBR"), no âmbito da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da TBR, no valor total de R\$ 275.400.000,00 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) ("Debêntures TBR" e "Emissão TBR", respectivamente), nos termos nos termos a serem previstos no "Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A." ("Escritura de Emissão TBR"), a ser celebrado entre a Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (CNPJ/ME nº 09.074.183/0001-64) ("TBR"), na qualidade de emissora, a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (CNPJ/ME nº 03.014.553/0001-91) ("TPI"), a BRVias Holding TBR S.A. (CNPJ/ME nº 09.347.081/0001-75) ("BRVias"), e quando em conjunto com a TPI e a Companhia, as "Fiadoras" e a Companhia, na qualidade de fiadoras, e, ainda, a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (CNPJ/ME nº 15.277.994/0004-01) ("Agente Fiduciário"). Para fins da presente ata: (a) "Debêntures TPI" significam as debêntures da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, da TPI ("Debêntures TPI"); e (b) "Debêntures BRVias" significam as debêntures da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, da BRVias; (ii) aprovação do compartilhamento das Garantias da Juno entre as Debêntures TBR, as Debêntures BRVias e as Debêntures TPI ("Compartilhamento"); (iii) a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória, na forma de fiança ("Fiança"), em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela TBR, pela Companhia, pela TPI, pela BRVias e pela Mercúrio Participações e Investimentos S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.042.857/0001-44, relativas às Debêntures TBR e demais obrigações a serem assumidas no âmbito da Emissão TBR, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão TBR; (iv) a autorização à Diretoria da Companhia e/ou aos seus procuradores a praticar todo e qualquer ato necessário à negociação, celebração, estruturação, operacionalização e formalização das Garantias da Juno, da Fiança e do Compartilhamento, e adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação e formalização das deliberações tomadas nesta Assembleia, incluindo a celebração (a) do Contrato de Garantia Juno; (b) da Escritura de Emissão TBR; (c) do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.", a ser celebrado entre a TPI, na qualidade de emissora, a Companhia, na qualidade de fiadora, o Agente Fiduciário e o FIDC BRV ("Aditamento da Escritura de Emissão TPI"); (d) do "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da BRVias Holding TBR S.A.", a ser celebrado entre a BRVias, na qualidade de emissora, a Companhia, a TPI e a Dable Participações Ltda. (CNPJ/ME nº 14.264.549/0001-06), na qualidade de fiadoras, o Agente Fiduciário e o FIDC BRV ("Aditamento da Escritura de Emissão BRVias"); e (e) quaisquer eventuais aditamentos a tais instrumentos, bem como a celebração de demais contratos, declarações, requerimentos, formulários e outros instrumentos necessários e/ou convenientes para a constituição das Garantias da Juno, do Compartilhamento, da outorga da Fiança e formalização da Emissão TBR; e (v) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores relacionados às deliberações "(i)" a "(iv)" acima. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária e discutidas as matérias, as acionistas da Companhia, representando a totalidade do capital social, resolveram, autorizando expressamente, de forma irrevogável e irretirável, o seguinte: **5.1.** Aprovar a outorga, pela Companhia, das Garantias Juno; **5.2.** Aprovar o Compartilhamento; **5.3.** Aprovar a outorga, pela Companhia, da Fiança; **5.4.** A autorização à Diretoria da Companhia e/ou aos seus procuradores a praticar todo e qualquer ato necessário à negociação, celebração, estruturação, operacionalização e formalização das Garantias da Juno, da Fiança e do Compartilhamento, e adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação e formalização das deliberações tomadas nesta Assembleia, incluindo a celebração (a) do Aditamento ao Contrato de Garantia Juno; (b) da Escritura de Emissão TBR; (c) do Aditamento da Escritura de Emissão TPI; (d) do Aditamento da Escritura de Emissão BRVias; e (e) quaisquer eventuais aditamentos a tais instrumentos, bem como a celebração de demais contratos, declarações, requerimentos, formulários e outros instrumentos necessários e/ou convenientes para a constituição das Garantias da Juno, do Compartilhamento, da outorga da Fiança e formalização da Emissão TBR; e **5.5.** Por fim, ficam ratificados todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores relacionados às deliberações acima. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a os trabalhos, do qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Carlo Alberto Bottarelli (Presidente) e Marcela Chaves Simões Palma (Secretária) Acionistas: TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (p. Carlo Alberto Bottarelli) e Mercúrio Participações e Investimentos S.A. (p. Marcos Paulo Fernandes Pereira e Luiz Eduardo Barros Manara). **Confere com a original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 25 de março de 2022. Mesa: Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Marcela Chaves Simões Palma – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 159.577/22-6 em 30/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Clínicas do Brasil Holding S.A.

CNPJ/ME nº 23.670.693/0001-25 – NIRE 35.300.484.592

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

REUNIÃO DIGITAL: Acesso pelo Link: https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_Zic1ZDJYjllNnMjOS00MjA4LWl3OWUjNzNmYjA2ZjFmMjEx%40thread_v2?context=%7b%22id%22%3a%221b4ff8a1-90f8-4ca6-854d-c5c61aff2ecb%22%2c%22oid%22%3a%22679f73c5-1584-49a6-9e4e-d7bd89d05d43%22%7d. Ficam convocados os acionistas da **Clínicas do Brasil Holding S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia") a ser realizada no dia **14 de abril de 2022, às 11 horas**, em 1ª (primeira) convocação, **por meio de videoconferência**, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"), e do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia:** (i) a proposta da administração para a incorporação, pela Companhia, da **Visão BR Participações Ltda.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ sob o nº 45.360.833/0001-00 ("Incorporada") ("Incorporação"); (ii) os termos e condições do "Protocolo e Justificação de Incorporação da **Visão BR Participações Ltda.**", celebrado em 11 de março de 2022 entre a Companhia e a Incorporada ("Protocolo"); (iii) a ratificação da nomeação e contratação da BR Efforts Serviços Contábeis S/S, sociedade simples inscrita no CNPJ sob o nº 39.255.457/0001-82 e inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP043.416/O-1, como a empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Incorporada; (iv) o laudo de avaliação; (v) a realização da Incorporação; (vi) o aumento do capital da Companhia, em decorrência da Incorporação, com a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (vii) a renúncia de atual membro do Conselho de Administração e a eleição de novo membro do Conselho de Administração da Companhia; e (viii) A autorização e ratificação de todos os atos dos administradores da Companhia necessários à implementação e efetivação da Incorporação, se aprovadas as matérias anteriores. Nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Patrícia Passos (Jurídico), e-mail patricia.passos@oply.com.br com, no mínimo, **72 (setenta e duas) horas** de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; (b) ato societário de eleição do administrador que (b.1) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica; ou (b.2) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi outorgada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. Conforme estabelecido na Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, os documentos mencionados acima deverão ser apresentados pelos acionistas à Companhia até, no máximo, 30 (trinta) minutos anteriores ao horário da abertura dos trabalhos. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto a distância ("Boletim"), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, (a) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (b) orientações sobre o seu envio à Companhia, (c) indicação dos documentos que devem acompanhá-lo para verificação da identidade do sócio, bem como de eventual representante e (d) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 (dois) dias úteis do recebimento do Boletim: (a) comunicar o recebimento do boletim de voto a distância, confirmando que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (b) informar sobre a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Por fim, lembramos que os acionistas minoritários vinculados ao Acordo de Acionistas Minoritários da Companhia celebrado em 15.05.2021 deverão observar as disposições relacionadas ao Voto em Bloco, devidamente descritas nas Cláusulas 3.1 e seguintes de referido Acordo. Desta forma, considera-se convocada nesta data a Reunião Prévia, que deverá ser realizada em até 2 (duas) horas antes do horário da Assembleia, na qual os Acionistas Minoritários deverão apresentar voto, dissidência e/ou protesto por escrito, de modo a estabelecer a orientação de voto do Bloco de Acionistas Minoritários. Após o encerramento da Reunião Prévia, deverá ser lavrada a ata com a orientação de voto adotada pelos Acionistas Minoritários, que será entregue pelo Sr. Ruy Cunha ao presidente ou secretário da Assembleia. Isto posto, a Companhia informa que, nos termos do § 8º do art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, não serão computados os votos proferidos na Assembleia que estejam em desacordo com o disposto no Acordo de Acionistas, notadamente com relação à dinâmica do Voto em Bloco. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social a Companhia. São Paulo, 06 de abril de 2022. Fernando Henrique de Aldemundo Pereira - **Presidente do Conselho de Administração.** (06, 07 e 08/04/2022)

Shein pode valer US\$ 100 bilhões com novos investimentos

A startup chinesa de fast fashion Shein está avaliando uma rodada de financiamento que pode fazer a empresa valer cerca de US\$ 100 bilhões (R\$ 461,6 bilhões no câmbio de hoje, 05). A varejista online está em negociações com potenciais investidores para levantar o valor US\$ 1 bilhão (R\$ 4,6 bilhões).

A varejista online está em negociações com potenciais investidores, incluindo a General Atlantic. Alcançar a marca de US\$ 100 bilhões a tornaria a terceira startup mais valiosa do mundo, depois da ByteDance Ltd. e da SpaceX, de acordo com o provedor de dados CB Insights e notícia da Bloomberg.

Isto é Dinheiro

Cotado para Petrobras é suspeito de acesso indevido a dados fiscais; ele nega

O secretário especial da Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Caio Paes de Andrade, um dos cotados para assumir o comando da Petrobras, é apontado por uma empresa privada como suspeito de usar os sistemas do ministério para investigar a situação fiscal da companhia.

Em uma ação judicial movida pela empresa Conclusiva Consultoria e que foi apresentada à Justiça Federal da 3ª Região no dia 9 de março, Caio Andrade é apontado como principal suspeito de utilizar os sistemas do Ministério da Economia para checar, junto ao Serasa, a situação cadastral da Conclusiva.

Questionado sobre o assunto pelo Estadão, Andrade negou que seja o autor da pesquisa. Ele afirmou, por meio de sua assessoria, que nunca acessou o sistema do Serasa para fazer qualquer tipo de consulta, nem fez esse pedido a terceiros.

A Conclusiva Consultoria trava uma longa disputa judicial contra outra empresa, a HSL, um braço de investimentos do grupo Captalys, que tem como principal executiva e co-controladora a empresária Margot Alyse Greenman, que foi esposa de Andrade entre 2012 e o ano passado, quando se separaram.

A suspeita levantada pela Conclusiva Consultoria é a

de que Caio Andrade teria utilizado os recursos do Ministério da Economia para pesquisar assuntos privados e de interesse pessoal. A Conclusiva atua no ramo imobiliário e que hoje possui como único ativo um empreendimento em Minas Gerais.

Em 2012, a empresa firmou um acordo com a HSL (do grupo Captalys) para exploração de terrenos nos municípios de Sete Lagoas e Esmeraldas (MG). A companhia, porém, afirma que "reiterados ilícitos praticados pela Captalys fizeram eclodir um ferrenho litígio entre as partes". Desde 2016, os sócios da sociedade travam uma batalha judicial.

Isto é Dinheiro

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Facchini S.A.

CNPJ/MF nº 03.509.978/0001-71

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2021		2020	
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	611.993	465.801		
Contas a receber de clientes	6	127.602	92.989		
Estoques	7	700.577	388.591		
Impostos a recuperar	10	228.297	45.082		
Outros ativos		26.408	18.827		
Total do ativo circulante		1.694.877	1.011.290		
Não circulante					
Impostos a recuperar	10	13.060	8.218		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	5.815	2.543		
Outros ativos		4.985	4.830		
Imobilizado	8	555.725	424.825		
Intangível		-	21		
Ativos de direito de uso	9	133.018	111.812		
Total do ativo não circulante		712.693	552.249		
Total do ativo		2.407.480	1.563.539		
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	103.996	95.437		
Arrendamento mercantil	13	10.628	7.702		
Fornecedores		424.871	267.255		
Contas a pagar – partes relacionadas	14	8.000	8.000		
Obrigações trabalhistas		61.481	43.447		
Parcelamentos de tributos	15	3.456	3.394		
Obrigações fiscais		54.613	7.153		
Faturamento antecipado	16	137.523	121.984		
Adiantamentos de clientes	17	86.300	114.618		
Dividendos a pagar	14	54.418	11.874		
Arrendamento a pagar	9	1.858	1.606		
Arrendamento a pagar – partes relacionadas	9	30.052	19.727		
Imposto de renda e contribuição social	11	40.230	-		
Outros passivos		27.044	18.982		
Total do passivo circulante		1.044.470	721.179		
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	223.728	111.683		
Arrendamento mercantil	13	11.479	9.738		
Partes relacionadas	14	986	1.021		
Parcelamentos de tributos	15	7.624	10.811		
Arrendamento a pagar	9	2.563	3.821		
Arrendamento a pagar – partes relacionadas	9	108.594	91.310		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civis	18	6.830	6.725		
Outros passivos		2.963	2.995		
Total do passivo não circulante		364.767	238.104		
Patrimônio líquido	19				
Capital social		350.000	227.680		
Reserva de lucros		648.243	376.576		
Total do patrimônio líquido		998.243	604.256		
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.407.480	1.563.539		

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Facchini S.A. (“Companhia”), com sede no município de Guarulhos-SP tem por objeto social a produção e distribuição, bem como a prestação de serviços de reformas, de linha completa de implementos rodoviários para todos os segmentos de mercado. A Companhia dispõe de incentivo fiscal em seus estabelecimentos localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Pernambuco (PE), Bahia (BA) e Pará (PA), conforme a seguir: (i) No Estado de Mato Grosso do Sul (MS), o incentivo denomina-se “MS Forte – Indústria”, conforme Lei Estadual nº 4.049/11 e Termos de Acordo nº 031/03 e nº 125/03 vigentes até 31 de dezembro de 2032, conforme terceiro Aditivo de 09 de outubro de 2018. O benefício é deduzido diretamente da apuração de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estabelecimentos localizados nas cidades de Aparecida do Taboado (MS) e Campo Grande (MS), sendo aplicados 67% como redução do ICMS nas operações intraestadual e 80% nas operações interestadual. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado de Mato Grosso do Sul. Vide Nota Explicativa nº 19(d); (ii) No Estado de Mato Grosso (MT), o incentivo denomina-se “PRODEIC” – Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso, foi criado por meio da Lei Estadual nº 7.958/03, regulamentada pelo Decreto 1.432/03, Lei nº 631/2019. O benefício é deduzido diretamente da apuração do ICMS dos estabelecimentos localizados nas cidades de Cuiabá (MT) e Rondonópolis (MT), sendo aplicada autorização de crédito outorgado. Os respectivos incentivos possuem vigência de 1º de janeiro de 2020 à 31 de dezembro de 2032, respectivamente; (iii) No Estado de Pernambuco (PE), o incentivo denomina-se “PROIND” – Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco instituído pelo Decreto nº 44.766, de 20 de julho de 2017, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da atividade industrial no Estado de Pernambuco por meio da concessão de crédito presumido relativo ao ICMS, com um redutor de 75% no caso de estabelecimento localizado na Mesorregião Metropolitana do Recife e devendo obedecer ao montante mínimo anual de recolhimento conforme o Decreto, este benefício é deduzido diretamente da apuração do ICMS do estabelecimento localizado na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE). O referido incentivo possui vigência até 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido no Convênio ICMS nº 190, até 15 de dezembro de 2017; (iv) No Estado da Bahia (BA), o incentivo denomina-se “Programa Desenvolve”, regido pela Lei nº 7.980/2001 e pelo Decreto nº 8.205/2002. A Resolução nº 156/2010 concede o prazo de doze anos para fruição dos benefícios contados a partir de 1º de outubro de 2010. O benefício é deduzido diretamente da apuração de ICMS do estabelecimento localizado na cidade de Simões Filho (BA), sendo que o saldo devedor a ser alcançado pelo incentivo deve ser gerado em função das operações próprias do estabelecimento industrial, gerando aproximadamente uma redução de 81% no ICMS nas operações intra e interestaduais. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado da Bahia; (v) No Estado do Pará (PA), o incentivo é administrado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, regido pelo artigo 1º da Medida Provisória 2.199-14/2001, com redação dada pelo artigo 32 da Lei nº 11.196/2005, artigos 5º e 13º do Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela SUDAM, conforme Laudo constitutivo nº 133/2013 o benefício tem término previsto para o ano calendário de 2022. O benefício é deduzido diretamente da apuração do imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), sendo que o saldo devedor a ser alcançado pelo incentivo deve ser gerado em função das operações próprias do estabelecimento industrial, gerando uma redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis. Conforme Laudo constitutivo nº 0174/2012 o período de vigência dar-se-á até 31 de dezembro de 2021, sendo que atualmente a administração da Companhia está discutindo junto a SUDENE a renovação desse benefício. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa implantar o empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Vide Nota Explicativa nº 19(d). **Covid-19:** A Companhia tomou várias medidas para monitorar e prevenir os efeitos da COVID-19, incluindo medidas de saúde e segurança para os seus colaboradores (redução do fluxo de pessoas em suas instalações industriais, férias antecipadas, limitação das salas de reunião, aumento do horário das refeições, entre outros). Intensificou o protocolo de higienização e desinfecção periódica em áreas com maior circulação, realizou plano de protocolo de teste e prevenção, aumentou as campanhas de conscientização com todos os colaboradores. Colaborou com a comunidade, através de doações ao hospital que atende a maioria de nossos funcionários e região em São José do Rio Preto, doação de máscaras, kits de higiene a entidades beneficentes. E buscamos auxiliar o nosso principal cliente, o motorista através da cessão de marmittas no período em que os restaurantes de beira de estradas encontravam-se fechados. A Companhia continua acompanhando de perto os impactos da COVID-19 em suas atividades operacionais, porém até o momento não identificou nenhum impacto operacional ou financeiro significativo decorrente da COVID-19, apesar de lembrar que os efeitos colaterais da pandemia ainda estão presentes no ambiente de negócios, a exemplo do aumento da inflação e escassez de matérias-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de capital de giro	Reserva de incentivos fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		224.278	13.547	221.385	3.836	-	463.046
Aumento de capital	19 (b)	3.402	-	-	(3.402)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	160.510	160.510
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	19 (c)	-	8.026	-	-	(8.026)	-
Reserva de incentivos fiscais	19 (d)	-	-	-	45.086	(45.086)	-
Dividendos aprovados	19 (f)	-	-	(18.226)	-	(1.074)	(19.300)
Reserva de capital de giro	19 (e)	-	-	106.324	-	(106.324)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		227.680	21.573	309.483	45.520	-	604.256
Aumento de capital	19 (b)	122.320	-	(77.433)	(44.887)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	446.708	446.708
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	19 (c)	-	19.683	-	-	(19.683)	-
Reserva de incentivos fiscais	19 (d)	-	-	(53.321)	106.317	(53.051)	(55)
Dividendos aprovados	19 (f)	-	-	(48.926)	-	(3.740)	(52.666)
Reserva de capital de giro	19 (e)	-	-	370.234	-	(370.234)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		350.000	41.256	500.037	106.950	-	998.243

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2021		2020	
Receita operacional líquida	20	2.918.248	1.622.397		
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	(2.207.840)	(1.212.576)		
Lucro bruto		710.408	409.821		
(Despesas) receitas operacionais					
Comerciais	21	(151.148)	(108.084)		
Administrativas e gerais	21	(90.496)	(72.488)		
Honorários da administração	21	(6.510)	(5.595)		
Outras receitas operacionais, líquidas	22	96.686	9.474		
		(151.468)	(176.693)		
Lucro operacional antes do resultado financeiro		558.940	233.128		
Resultado financeiro	23				
Receitas financeiras		78.251	8.953		
Despesas financeiras		(41.782)	(23.524)		
Variação monetárias e cambiais, líquidas		(45)	(2.083)		
		36.424	(16.654)		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		595.364	216.474		
Imposto de renda e contribuição social	11				
Correntes		(106.259)	(37.780)		
Diferidos		(42.397)	(18.184)		
Lucro líquido do exercício		446.708	160.510		
Média ponderada de ações do capital social no exercício		2.192.600	2.192.600		
Lucro básico e diluído por ação – R\$		203.73	73,21		

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	446.708	160.510
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	446.708	160.510

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

-primas, que estão impactando na oferta de alguns dos principais insumos da cadeia automotiva, como aços, borrachas e embalagens. As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A Administração, considerando o equilíbrio observado de sua liquidez corrente, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das principais práticas contábeis – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo contra o resultado do exercício. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 22 de março de 2022, considerando os eventos subsequentes até esta data. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. b) **Contas a receber de clientes:** Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente e segregados entre curto e longo prazos de acordo com seus vencimentos, se aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber em atraso, considerando ainda a expectativa de perda sobre as contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir perdas na sua realização. c) **Estoques:** Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou produção. O valor líquido realizável corresponde ao preço estimado de venda dos estoques, deduzido dos custos de produção e das despesas de venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. d) **Imobilizado:** Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e, quando aplicável, por perda por redução ao valor recuperável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

Anos	
25	Edifícios e construções
10	Máquinas e equipamentos
5	Veículos
5	Instalações industriais
10	Ferramentas e utensílios

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021		2020	
Lucro líquido do exercício		446.708	160.510		
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa originário das atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	36.958	18.184		
Subvenções para investimentos	19 (d)	-	44.887		
Depreciação imobilizado e ativo de direito de uso	8 e 9	78.155	61.557		
Amortização de intangível		21	21		
Perda (Ganho) na venda baixa de ativo imobilizado		(2.118)	(1.789)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	111	372		
Provisão para comissões sobre vendas		1.770	1.112		
Provisão para perda na realização de estoques		3.934	-		
Provisão (reversão) de provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civis	18	105	(1.401)		
Provisão para garantia		8.442	773		
Diferença de variação cambial líquida		729	4.828		
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e tributos parcelados e arrendamentos		36.979	18.198		
		611.794	307.252		
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(34.724)	(21.468)		
Partes relacionadas		-	298		
Estoques		(315.920)	(140.595)		
Impostos a recuperar		(188.057)	(32.323)		
Outros ativos		(7.736)	(6.988)		
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		157.616	109.215		
Partes relacionadas		(35)	(1.490)		
Obrigações fiscais		139.336	4.958		
Pacelamento de tributos		(3.628)	12.878		
Faturamento antecipado		15.539	88.216		
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outros		(12.591)	96.677		
Caixa gerado nas atividades operacionais		361.596	416.630		
Juros pagos durante o exercício		(23.490)	(12.485)		
Imposto de renda e contribuição social pagos		(91.879)	(48.646)		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		246.227	355.499		
Fluxo de caixa de operações de investimentos:					
Valor recebido na venda de imobilizado		9.130	4.907		
Adições ao ativo imobilizado	8	(173.889)	(133.734)		
Caixa aplicado nas atividades de investimentos		(164.759)	(128.827)		
Fluxo de caixa					

... continuação

Facchini S.A.

relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. g) **Ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras ou sujeitos à atualização monetária:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor na data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício, exceto quando se referirem a resultados abrangentes que são registrados diretamente no patrimônio líquido. h) **Tributos:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. h.1) **Tributos correntes:** A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada trimestre, ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. h.2) **Tributos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor do que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade e do montante a ser registrado de ativo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado na data do balanço e reduzido quando não for mais provável que haja lucro tributável disponível para permitir que todo o ativo, ou parte dele, seja recuperado. h.3) **Tributos sobre vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. i) **Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i.1) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. i) **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)** A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado estão divulgados na Nota 25. ii) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros da Companhia mensurados ao valor justo estão divulgados na Nota 25. i.2) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão divulgados na Nota 25. i.3) **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. j) **Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. j.1) **ICMS:** Representado pela dedução obtida nas apurações mensais de ICMS dos estabelecimentos localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia, o qual é registrado diretamente no resultado do exercício, na rubrica "Deduções de vendas", considerando que o benefício obtido está diretamente relacionado ao ICMS sobre as vendas. O incentivo do Estado de Pernambuco, somente é registrado no resultado após cumprido o montante mínimo anual de recolhimento, antes disso ele é registrado na conta do passivo. Para manter estes incentivos, a Companhia tem o compromisso de manter o faturamento, além de determinado número de empregados e nível de investimentos naqueles Estados. A Companhia destina o valor deste incentivo fiscal até o limite do lucro líquido do exercício à rubrica "Reserva para incentivos fiscais". No caso de a Companhia apurar prejuízo no exercício ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente do incentivo e, nesse caso, este não puder ser destinado à rubrica "Reserva para incentivos fiscais", sua destinação, de forma cumulativa até que seja destinado, ocorrerá em exercícios subsequentes (Nota 19). j.2) **Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ:** A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM visando à Implantação de empreendimento industrial na área de sua atuação expediu Laudo constitutivo do direito a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro de exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano-calendário de 2022, o qual é calculado com base no lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ em atividades diretamente ligadas a produção ou operação na área de atuação da SUDAM. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE visando à Implantação de empreendimento industrial na área de sua atuação expediu Laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro de exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2021, o qual é calculado com base no

lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ somente nos produtos determinados no anexo I do Laudo Constitutivo. k) **Reconhecimento de receita:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia concluiu que é o principal em seus contratos de receita porque controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. k.1) **Vendas de produtos:** O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os implementos rodoviários tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. k.2) **Prestação de serviços:** A receita referente à prestação de serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais, conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas. k.3) **Componente de financiamento significativo:** Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência do bem ou serviço prometido para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos. l) **Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. m) **Capital social – Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. n) **Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade ponderada de ações do capital social no exercício.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)** A Companhia determina o prazo do arrendamento com o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui alguns contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão, sendo aplicado julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetar a sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de imóveis com períodos não canceláveis mais longos (os quais são de 5 a 10 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de máquinas não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia (como o rating de crédito). **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)** O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor, levando em consideração os benefícios fiscais, conforme mencionados na Nota 1. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro. **Provisão para perdas**

de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato com clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso e indicadores externos para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outros). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

4. Normas, alterações e interpretações de normas – a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência:** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluente, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado; e • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19 mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma. **b) Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 – Contratos de Seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituída o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia que não haverá impacto na apresentação com a emissão da alteração. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção

de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

	2021	2020
5. Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	926	322
Aplicações financeiras – fundos de renda fixa (a)	611.067	465.479
Caixa e equivalentes de caixa	611.993	465.801
(a) Aplicações financeiras – renda fixa: referem-se substancialmente a fundos de investimentos em renda fixa, mantidos em instituições financeiras de baixo risco de crédito. São registradas pela Companhia ao valor justo contra resultado que é compatível com o custo, acrescido dos rendimentos pós-fixados auferidos até a data do balanço a taxas que variam de 100% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essas aplicações possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.		
6. Contas a receber de clientes		
Clientes – mercado interno	122.920	91.849
Clientes – mercado externo (i)	8.744	5.143
Cheques em cobrança	97	45
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas	(4.159)	(4.048)
	127.602	92.989
(i) Os saldos sob a rubrica "Contas a receber de clientes – mercado externo" representam faturas comerciais ("invoices") que estão denominadas originalmente em dólares norte-americanos e atualizadas por variação cambial até a data do balanço. Em 31 de dezembro, os saldos de contas a receber estão compostos, por vencimento, como seguem:		
	2021	2020
A vencer	77.811	69.758
Vencidos até 60 dias	43.605	17.422
Vencidos de 61 a 90 dias	1.117	2.327
Vencidos de 91 a 180 dias	4.623	2.368
Vencidos de 181 a 360 dias	449	470
Vencidos há mais de 360 dias	4.156	4.692
	131.761	97.037
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação das contas a receber em aberto, considerando análise individual dos clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Diretoria do mercado de atuação da Companhia, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não há saldos de contas a receber de clientes cedidos em garantia. A seguir demonstramos a movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas:		
	2021	2020
Saldo no início do exercício	4.048	3.676
Valores recuperados durante o exercício	(495)	(1.445)
Adições de novas provisões	606	1.817
Saldo no fim do exercício	4.159	4.048
7. Estoques		
Produtos acabados	2.847	2.205
Produtos semi-acabados	228.000	123.483
Produtos intermediários	148.377	79.654
Matérias-primas	193.237	126.380
Produtos em processo	76.410	29.507
Estoque em poder de terceiros	10.351	6.722
Outros materiais diversos	45.289	20.640
(-) Provisão para perda na realização de estoques	(3.934)	–
	700.577	388.591
A provisão para perda na realização de estoques faz a identificação dos itens que estão sem movimentação a mais de 360 dias em função do tempo, do avanço tecnológico ou de outros fatores tenham se deteriorado e eles são reportados às áreas responsáveis para que seja realizado uma análise dos casos a fim de buscar uma ação para os casos identificados.		
8. Imobilizado		
Terrenos	1.352	1.468
Edifícios e construções	8.043	8.467
Máquinas e equipamentos	288.747	209.220
Veículos	32.747	25.828
Instalações industriais	15.909	12.380
Ferramentas e utensílios	19.007	13.476
Móveis e utensílios administrativos e industriais	6.772	5.031
Equipamentos de informática	3.613	3.616
Benfeitorias em propriedade de terceiros	26.340	22.832
Imobilizado em andamento	123.607	102.289
	526.137	404.607
Imobilizado adquirido por arrendamento financeiro: (i)		
Máquinas e equipamentos	22.988	17.168
Veículos	4.349	459
Ferramentas e utensílios	1.103	1.226
Móveis e utensílios	83	140
Sistemas e equipamentos de informática	1.065	1.225
	29.588	20.218
Total	555.725	424.825
(i) Esses ativos foram reconhecidos com base nas determinações do CPC 06 (R2), além das disposições do ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, que estabeleceram os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos.		

A movimentação do custo do ativo imobilizado é como segue:

	2020	Adições	Baixa	Transferência	2021
Terrenos	1.468	–	(116)	–	1.352
Edifícios e construções	10.489	–	–	–	10.489
Máquinas e equipamentos	400.028	24.167	(9.990)	99.650	513.855
Veículos	60.533	17.711	(4.449)	–	73.795
Instalações industriais	34.228	1.658	(190)	2.349	38.045
Ferramentas e utensílios	37.842	4.040	(1.335)	4.799	45.346
Móveis e utensílios administrativos e industriais	19.078	2.092	(366)	768	21.572
Sistemas e equipamentos de informática	12.483	1.132	(172)	(140)	13.303
Benfeitorias em propriedade de terceiros	44.132	–	–	5.003	49.135
Imobilizado em andamento	102.289	136.773	(3.026)	(112.429)	123.607
Total	722.570	187.573	(19.644)	–	890.499
	2019	Adições	Baixa	Transferência	2020
Terrenos	1.468	–	–	–	1.468
Edifícios e construções	10.489	–	–	–	10.489

continua ...

... continuação

Facchini S.A.

	2019	Adições	Baixa	Transferência	2020
Máquinas e equipamentos	336.136	17.444	(6.973)	53.421	400.028
Veículos	54.519	10.053	(4.039)	-	60.533
Instalações industriais	31.315	173	(83)	2.823	34.228
Ferramentas e utensílios	31.932	3.655	(417)	2.672	37.842
Móveis e utensílios administrativos e industriais	17.888	930	(119)	379	19.078
Sistemas e equipamentos de informática	11.053	1.886	(456)	-	12.483
Benfeitorias em propriedade de terceiros	44.132	-	-	-	44.132
Imobilizado em andamento	51.023	111.855	(1.294)	(59.295)	102.289
Total	589.955	145.996	(13.381)	-	722.570

A movimentação da depreciação é como segue:

	Taxa de depreciação % (a.a.)	2020	Adições	Baixas	Transferências	2021
Edifícios e construções	4	(2.022)	(424)	-	-	(2.446)
Máquinas e equipamentos	10	(173.640)	(33.501)	6.478	(1.457)	(202.120)
Veículos	20	(34.246)	(6.596)	4.142	1	(36.699)
Instalações industriais	10	(21.848)	(1.871)	189	1.394	(22.136)
Ferramentas e utensílios	10	(23.140)	(3.416)	1.320	-	(25.236)
Móveis e utensílios administrativos e industriais	10	(13.907)	(1.161)	348	3	(14.717)
Sistemas e equipamentos de informática	20	(7.642)	(1.200)	157	60	(8.625)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4	(21.300)	(1.494)	-	(1)	(22.795)
Total		(297.745)	(49.663)	12.634	-	(334.774)

	Taxa de depreciação % (a.a.)	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
Edifícios e construções	4	(1.601)	(421)	-	-	(2.022)
Máquinas e equipamentos	10	(152.725)	(26.407)	5.760	(268)	(173.640)
Veículos	20	(33.388)	(4.420)	3.562	-	(34.246)
Instalações industriais	10	(20.154)	(2.045)	83	268	(21.848)
Ferramentas e utensílios	10	(20.802)	(2.627)	289	-	(23.140)
Móveis e utensílios administrativos e industriais	10	(12.861)	(1.136)	90	-	(13.907)
Sistemas e equipamentos de informática	20	(7.083)	(962)	403	-	(7.642)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4	(18.911)	(2.389)	-	-	(21.300)
Total		(267.525)	(40.407)	10.187	-	(297.745)

As imobilizações em andamento correspondem adiantamento à fornecedores referentes a compra de máquinas, benfeitorias em andamento, entre outros, substancialmente relacionados com a construção da nova área de fundição. As taxas de depreciação são calculadas com base na vida útil estimada de cada ativo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.3.d. Em 2021 em conformidade com o CPC 27, a Companhia realizou avaliação da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente. A determinação da vida útil dos ativos leva em consideração não só o tipo de ativo, mas também seu regime de utilização e as condições às quais este ativo é submetido durante seu uso.

9. Ativo de direito de uso e Passivos de arrendamentos (direito de uso) – (a) Ativo de direito de uso

	2021	2020
Ativo de Direito de Uso – Terceiros:		
Edifícios	3.904	4.892
Equipamentos	67	169
Total	3.971	5.061
Ativo de Direito de Uso – Partes relacionadas:		
Edifícios	129.047	106.751
Equipamentos	129.047	106.751
Total	133.018	111.812

A movimentação do custo do ativo direito de uso é como segue:

	2020	Adições	Baixa	2021
Edifícios	124.180	50.108	(460)	173.828
Equipamentos	374	-	-	374
Total	124.554	50.108	(460)	174.202
Edifícios	44.991	110.537	(31.348)	124.180
Equipamentos	374	-	-	374
Total	45.365	110.537	(31.348)	124.554

A movimentação da depreciação é como segue:

	Taxa de depreciação % (a.a.)	2020	Adições	Baixas	2021
Edifícios	10,53 a 41,38%	(12.537)	(28.390)	50	(40.877)
Equipamentos	28,57%	(205)	(102)	-	(307)
Total		(12.742)	(28.492)	50	(41.184)
Edifícios	10,53 a 41,38%	(17.751)	(21.048)	26.262	(12.537)
Equipamentos	28,57%	(103)	(102)	-	(205)
Total		(17.854)	(21.150)	26.262	(12.742)

As taxas de depreciação são calculadas com base no ativo de direito de uso, desde a data de início do contrato até o que ocorrer primeiro entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento. Em 01 de outubro de 2020, a Companhia renovou substancialmente os contratos de aluguel de imóveis com partes relacionadas, os quais possuíam vencimento original em 31 de dezembro de 2020. Considerando que essa renovação de contratos alterou substancialmente o fluxo de caixa futuro e o prazo do contrato, os valores anteriormente reconhecidos foram integralmente baixados contra o resultado do exercício. Adicionalmente, a administração da Companhia reconheceu o passivo de arrendamento e o direito de uso desses novos contratos pelo novo período contratual, de 10 anos, estimando o valor presente na data início desses novos contratos, utilizando a taxa incremental de juros de 11,04%. (b) Passivo de arrendamento (direito de uso) Valor contábil líquido ao fim do exercício

Tipo	Taxa de juros ao ano (%)	Vencimento final	2021	2020
Arrendamento em moeda nacional	10,00% a 11,00%	09/2028	143.067	116.464
Circulante			143.067	116.464
Não circulante			31.910	21.333
			111.157	95.131
			143.067	116.464

O valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, classificado como não circulante, tem seus vencimentos conforme a seguir:

	2021	2020
2022	-	-
2023	38.659	22.439
2024	37.859	24.261
2025	34.639	48.431
Total	111.157	95.131

Refere-se, substancialmente, a operações de arrendamento conforme o CPC 06 R2 com a finalidade de aluguel de edificações, terrenos e equipamentos industriais. Referidas operações são registradas pelo seu valor presente, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada. Em 31 de dezembro de 2021, o custo do ativo de direito de uso, líquido de depreciação, referente às operações de "aluguéis" é de R\$133.018 (2020 – R\$111.812). A movimentação dos arrendamentos é como a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	116.464	30.443
Novos arrendamentos	50.049	110.539
Baixas	(421)	(5.131)
Apropriação dos juros	12.986	5.209
Parcelas de arrendamento pagas	(36.011)	(24.596)
Saldo final	143.067	116.464

10. Impostos a recuperar

O saldo é composto como segue:

	2021	2020
IRPJ e CSLL – antecipações	-	14.603
Imposto sobre produtos industrializados – IPI	31.661	18.775
ICMS	32.672	17.829
PIS/COFINS (a)	171.354	2.090
Outros	5.670	3
Total	241.357	53.300
Circulante	228.297	45.082
Não circulante	13.060	8.218
Total	241.357	53.300

Os saldos classificados como não circulantes referem-se a créditos na compra de ativo imobilizado (CIAP) e contraprestações de operações de arrendamento mercantil financeiro. Os créditos de IPI referem-se a créditos originados sobre aquisição de matéria-prima, dentre outros, que vêm sendo utilizados pela Companhia mediante pedidos de ressarcimentos realizados trimestralmente. (a) ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins: Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, em julgamento com repercussão geral, que o ICMS não compõe a base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS, sendo a decisão válida a partir de 15 de março de 2017, data que foi fixada a tese de repercussão geral, quando do julgamento do recurso extraordinário (RE) 574.706, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que foi proferido o julgamento. O estabelecido nessa decisão também esclareceu que a tese trata do ICMS destacado em nota fiscal. A Companhia ajuizou ação em dezembro de 2008, obtendo trânsito em julgado de sua ação de forma favorável em novembro de 2021 com data retroativa a setembro de 2021. Como consequência do trânsito em julgado de sua ação, a Companhia

constitui mera indenização pelo atraso no pagamento da dívida, e não representa acréscimo patrimonial que é o fato gerador para a tributação do IRPJ e da CSLL. A decisão do STF reformou decisão pretérita do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em sentido oposto, cujo entendimento era de que os juros de mora teriam natureza de indenização na modalidade de lucros cessantes e, portanto, representariam acréscimo patrimonial para fins de tributação do IRPJ e da CSLL. Referida decisão do STJ havia sido proferida em sede de repetitivo. O acórdão do STF ainda não foi publicado e, portanto, não é conhecido como a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) se manifestará quanto a esta decisão. Não obstante esse fato, em cumprimento ao art. 1.035, § 11º, do Código de Processo Civil, a súmula da decisão da repercussão geral foi publicada em 30 de setembro de 2021, no sentido de dar publicidade à sociedade do entendimento do STF sobre a matéria. Em casos similares, o histórico das decisões do STF tem sido no sentido de preservar o direito dos contribuintes que ingressaram com ação judicial própria até a data da conclusão do julgamento de mérito, com modulação de efeitos após a data da decisão de mérito. A Companhia ingressou com ação judicial pleiteando a referida tese em 05 de agosto de 2021 e, portanto, não tributou a atualização monetária sobre o processo transitado em julgado relacionado a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins (Nota 10). b) Em 31 de dezembro a composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos, no ativo não circulante e no passivo não circulante, é como segue:

	2021	2020
Imposto de renda diferido sobre Ativo:		
Prejuízos fiscais a compensar	-	229
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.708	1.681
Provisão para garantia	4.832	2.721
Provisão para participação nos resultados	1.055	430
Provisão para comissões s/ vendas	1.371	929
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.040	1.012
Provisão para perda de estoque	984	-
Ajuste CPC 04 – Software	124	70
Ativo de direito de uso	1.081	274
Total	12.195	7.346
Passivo:		
Despesas com "leasing"	(2.787)	(1.588)
Ajustes de depreciações – avaliação da vida útil	(5.132)	(3.887)
Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins (i)	(29.581)	-
Total	(37.500)	(5.475)

12. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Indexador	Taxa de juros a.a. (%)	Vencimento final	2021	2020
Imobilizado em moeda nacional (a)	TJLP	1,04 a 11,70%	08/2028	42.978	37.858
Imobilizado em moeda estrangeira (b)	US\$	3,39 a 4,50%	09/2023	12.293	15.704
Capital de giro e outros (c)	Pré + CDI	7,00 a 15,13%	05/2027	272.171	151.436
Empréstimo exportação	US\$	4,53%	01/2022	282	2.122
Circulante				327.724	207.120
Não circulante				103.996	95.437
Total				223.728	111.683

Os empréstimos e financiamentos classificados como não circulantes têm seus vencimentos conforme a seguir:

	2021	2020
2022	-	65.500
2023	97.468	33.409
2024	57.862	8.416
2025	38.680	2.776
2026 e após	29.718	1.582
Total	223.728	111.683

Resumo das características dos empréstimos:

a) Ativo imobilizado em moeda nacional: Representado por Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais – FINAME garantido por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos financiados no valor de R\$42.978 (R\$37.858 em 31 de dezembro de 2020). Possui taxa pré-fixada de juros e prazo de amortização médio de 80 meses. b) Ativo imobilizado em moeda estrangeira: Refere-se à operação de financiamento para aquisição de máquinas utilizadas no processo produtivo da Companhia, garantido por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos financiados. Referidas operações são registradas pelo custo amortizado, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada. c) Capital de giro e outros: Referem-se a linhas de crédito contratadas com instituições financeiras nacionais. Possuem taxas de juros prefixadas e prazo de amortização médio de 24 meses, em sua maioria com 12 meses de carência. Esses são garantidos por avais e fianças pela controladora no valor de R\$272.171 (R\$151.436 em 31 de dezembro de 2020), não há notas promissórias e cartas fiança. A Companhia não possui em seus contratos de empréstimos vigentes cláusulas restritivas. A movimentação dos empréstimos no período é como a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	207.120	139.959
Apropriação de juros e variações	22.428	16.373
Novos empréstimos	206.715	132.144
Pagamento de juros	(21.698)	(11.526)
Pagamento de principal	(86.841)	(69.830)
Saldo final	327.724	207.120

13. Arrendamento mercantil – Valor contábil líquido ao fim do exercício:

Tipo	Taxa de juros ao ano (%)	Vencimento final	2021	2020
"Leasing" em moeda nacional	7,10 a 14,43%	06/2025	22.107	17.440
Circulante			22.107	17.440
Não circulante			10.628	7.702
Total			11.479	9.738

O valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil financeiro, classificado como não circulante, tem seus vencimentos conforme a seguir:

	2021	2020
2022	-	6.000
2023	8.250	3.738
2024	2.658	-
2025	571	-
Total	11.479	9.738

Refere-se, substancialmente, a operações de "leasing" mercantil financeiro com a finalidade de aquisição de veículos, maquinários e equipamentos industriais. Referidas operações são registradas pelo seu valor presente, acrescido das taxas de juros contratadas, quando aplicável, atualizadas pela taxa de câmbio pactuada. Em 31 de dezembro de 2021, o custo do imobilizado, líquido de depreciação, conforme Nota Explicativa nº 8, referente às operações de "leasing" financeiro é de R\$29.588 (R\$20.218 em 2020). A movimentação dos arrendamentos mercantis é como a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	17.440	9.107
Apropriação de juros e variações	1.792	959
Novos leasings	13.684	12.188
Pagamento de juros	(1.792)	(959)
Pagamento de principal	(9.017)	(3.855)
Saldo final	22.107	17.440

14. Transações com partes relacionadas – a) Saldos

	2021	2020
Passivos		
Circulante (Arrendamento a Pagar) (ii):		
RER Participações S.A.	20.328	14.611

15. Parcelamento de tributos

	2021	2020
Parcelamento Ordinário – ICMS SP (a)	6.439	8.008
Parcelamento contribuição adicional – SENAI (b)	-	18
Parcelamento Ordinário – RFB (c)	4.641	6.179
Total	11.080	14.205
Circulante	3.456	3.394
Não circulante	7.624	10.811
Total	11.080	14.205

(a) PARCELAMENTO ORDINÁRIO – ICMS SP: No ano de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário do Estado de São Paulo visando equalizar e regularizar passivos tributários relativos ao ICMS dos meses de março e abril de 2020 devido as incertezas causadas pela COVID-19. Consoante referido programa, foi aprovado o pagamento parcelado desse tributo em 60 meses, com vencimento final em 2025 e saldo atualizado pela SELIC. (b) SENAI-SP: No ano de 2017, a Companhia aderiu a um Parcelamento no SENAI visando equalizar e regularizar passivos tributários relativos à Contribuição Adicional. Este foi aprovado o pagamento parcelado desse tributo em 60 meses, com vencimento final em 2021 e saldo atualizado pela SELIC. (c) PARCELAMENTO ORDINÁRIO – RFB: Em janeiro de 2020, a Companhia aderiu ao Parcelamento Ordinário da Secretaria da Receita Federal do Brasil visando regularizar passivos tributários relativos à IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Este foi aprovado o pagamento parcelado desse tributo em 60 meses, com vencimento final em 2024 e saldo atualizado pela SELIC. Em 31 de dezembro de 2021, o parcelamento classificado como não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2021	2020
2022	-	3.379
2023	3.456	3.379
2024	3.456	4.053
2025 e após	712	-
Total	7.624	10.811

16. Faturamento antecipado

A Companhia emite notas fiscais que representam vendas para entrega futura, em função de negociações comerciais necessárias para obtenção de financiamentos para aquisição de implementos rodoviários pelos clientes. O reconhecimento da receita e dos débitos de ICMS, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre estas vendas ocorre por ocasião da transferência da titularidade e da posse do produto aos clientes. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de fatur

... continuação

correspondem a R\$137.523 e R\$121.984, respectivamente.

17. Antecipação de clientes – Os saldos das antecipações de clientes (R\$86.300 em 2021 e R\$114.618 em 2020) referem-se ao sinal recebido para o início da fabricação dos produtos comercializados e não estão sujeitos a atualizações monetárias ou encargos financeiros.

18. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis – A Companhia possui processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza fiscal, trabalhista e cível. Para esses processos foram apresentadas defesas administrativas ou judiciais. A Administração e seus assessores legais acreditam em decisão final favorável à Companhia na maior parte dos processos. a) **Perdas prováveis:** A Companhia reconheceu, em 31 de dezembro de 2021, provisões para fazer face aos processos considerados prováveis de perda. Os saldos destas provisões são demonstrados a seguir:

	2021	2020
Risco trabalhista	4.766	3.938
Risco cível	2.064	2.787
Total	6.830	6.725

A movimentação do saldo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é conforme segue:

	2020	Adições	Baixas/reversões	2021
Risco trabalhista	3.938	3.048	(2.220)	4.766
Risco cível	2.787	1.267	(1.990)	2.064
Total	6.725	4.315	(4.210)	6.830

Não há depósitos judiciais diretamente vinculados aos processos em andamento. b) **Perdas possíveis:** A Companhia possui ações de natureza fiscal, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores legais como possíveis, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2021	2020
Risco trabalhista	738	1.472
Risco cível	4.768	4.683
Total	5.506	6.155

O risco cível refere-se, substancialmente, a processos por danos morais, dentre outros. O risco trabalhista refere-se, substancialmente, a pleitos de indenizações diversas movidos por ex-funcionários. c) **Ativo contingente:** A Companhia é autora em diversas ações judiciais, no âmbito federal, nas quais são discutidas, dentre outras, as seguintes matérias: (i) Pagamento da contribuição ao Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT na alíquota de 2%, bem como a devolução dos valores já recolhidos indevidamente. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes de processos tributários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos, pois somente efetuará tais levantamentos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve decisão final transitada em julgado em relação a sua ação que discutia a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, conforme mencionado na Nota 10.

19. Patrimônio líquido – a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado é composto por 2.192.600 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b) **Aumento:** Em 29 de abril de 2021, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$122.320, sendo R\$44.887 referente ao saldo da conta "Reserva de incentivos fiscais" e R\$77.433 referente a parte da conta "Reserva de retenção de lucros". Em 30 de julho de 2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$3.402, referente ao saldo da conta "Reserva de incentivos fiscais". c) **Reserva legal:** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei 6.404/76, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. d) **Reserva de incentivos fiscais:** A Lei nº 12.973/2014 em seu art. 30, § 3º destina que a transferência do valor da receita de subvenções, através de lucros acumulados, para a reserva de incentivos fiscais está limitada ao valor do lucro líquido do exercício. Nos exercícios em que a Companhia apurar prejuízo contábil ou lucro líquido inferior à parcela da subvenção governamental, não podendo, nesse caso, constituir a Reserva de Incentivo no montante devido, deverá tal constituição ocorrer nos períodos subsequentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou para a reserva de incentivo o montante de R\$106.317 (sendo o montante de R\$ 53.321 referente aos períodos de 2018 e 2019 e R\$53.052 diz respeito ao ano calendário de 2021), dos quais R\$105.719 correspondem aos incentivos fiscais de seus estabelecimentos localizados no Estado de Mato Grosso do Sul – "MS Forte – Indústria", no Estado da Bahia – "Programa Desenvolve", no Estado de Pernambuco – "PROIND" e as subvenções calculadas com base na Lei Complementar nº 160/2017, esses são registrados diretamente no resultado do exercício, na rubrica "Deduções de vendas", pois são benefícios diretamente relacionados ao ICMS sobre as vendas. O valor R\$543 corresponde aos incentivos fiscais no Estado da Bahia – "SUDENE" e no Estado do Pará – "SUDAM", são registrados diretamente no resultado do exercício, na rubrica "lucro da exploração". Devido o recálculo da apuração do lucro real o lucro da exploração de 2018 e 2019 sofreram redução de R\$55. As doações e subvenções serão tributadas pelo imposto de renda e pela contribuição social caso haja: (i) Capitalização do valor e posterior restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou subvenções governamentais para investimentos. (ii) Restituição de capital aos sócios, mediante redução do capital social, nos cinco anos posteriores à data da doação ou subvenção, com posterior capitalização do valor da doação ou subvenção, hipótese em que a base para a incidência será o valor restituído, limitado ao valor total das exclusões decorrentes de doações ou de subvenções governamentais para investimentos. (iii) Integração à base de cálculo dos dividendos obrigatórios. e) **Reserva para capital de giro:** Conforme requerido pelo artigo 202, parágrafo 6º da Lei nº 6.404/76, complementada pela Lei nº 10.303/01, o saldo desta reserva refere-se à destinação do valor remanescente dos lucros não distribuídos para fazer face aos projetos de expansão da Companhia, proposta esta que será submetida à apreciação na Assembleia Geral Ordinária. De acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, quando a reserva de lucros excede o capital social, a Companhia deverá deliberar sobre o excesso na Assembleia Geral Ordinária aumentando o capital ou distribuindo dividendos. Em 2021, a Companhia apresentou excesso de saldo na reserva de lucros que será deliberado e destinado na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de abril de 2022. f) **Dividendos:** De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido anual ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos foram calculados conforme a seguir:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	446.708	160.510
(-) Reserva de incentivos fiscais	(53.051)	(45.086)
(-) Reserva legal (5%)	(19.683)	(8.026)
Lucro líquido do exercício ajustado	373.974	107.398
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	3.740	1.074

Dividendos adicionais do saldo de reserva de capital de giro aprovados em abril de 2021 (2020 – julho de 2020)

	2021	2020
Saldo de dividendos não liquidados de ano anterior	11.874	2.683
Dividendos pagos no exercício	(10.122)	(10.109)
Saldo de dividendos a pagar – Nota explicativa nº14	54.418	11.874

Facchini S.A.

Resultado por ação

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	446.708	160.510
Quantidade de ações Ordinárias – em milhares	2.192.600	2.192.600
Lucro básico e diluído por ação	203,73	73,21

A Companhia não possui nenhum instrumento diluidor do lucro por ação.

20. Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita operacional bruta:		
Mercado interno – implementos rodoviários e peças	3.516.719	1.969.300
Mercado interno – serviços	27.713	21.968
Mercado externo – implementos rodoviários e peças	83.850	31.084
Mercado externo – serviços	–	253
(-) Impostos/vendas e serviços	(693.431)	(392.482)
(-) Devoluções e abatimentos	(16.603)	(7.726)
Receita operacional líquida	2.918.248	1.622.397

21. Gastos por natureza – A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2021	2020
Despesas por natureza:		
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.610.879)	(799.071)
Despesas com empregados	(387.893)	(297.751)
Despesas de depreciação e amortização	(49.684)	(40.428)
Despesas de depreciação arrendamentos	(28.492)	(21.150)
Arrendamentos	(946)	(547)
Materiais auxiliares	(120.252)	(70.312)
Despesas com manutenção	(59.596)	(40.186)
Energia elétrica	(31.089)	(21.931)
Comissões sobre vendas	(43.684)	(28.702)
Serviços de terceiros	(19.360)	(13.142)
Honorários da administração	(6.510)	(5.595)
Despesas taxas e contribuições	(6.888)	(9.532)
Outras despesas	(90.721)	(50.396)
Total	(2.455.994)	(1.398.743)

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2021	2020
Perda/ganho líquido apurado na venda de ativo imobilizado	2.118	3.118
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(105)	1.401
Provisão para garantia	(8.442)	(773)
Provisão para perdas esperadas	(111)	(372)
Provisão para perdas de estoque	(3.935)	–
Provisão para participação nos resultados	(12.469)	(3.733)
Recuperação tributária (a)	118.324	–
Recuperação de créditos	97	86
Lucro da exploração	546	199
Outras receitas operacionais	6.259	7.693
Outros	(5.593)	1.855
Total	96.689	9.474

(a) Trata-se principalmente processo transitado em julgado em 2021 referente ao processo da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, conforme mencionado na Nota 10.

23. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras:		
Receita com aplicações financeiras	26.584	7.719
Juros (i)	49.986	198
Descontos obtidos	1.681	1.036
Total	78.251	8.953

Despesas financeiras:

Juros	(37.888)	(21.573)
Descontos concedidos	(2.074)	(394)
Despesas bancárias	(1.725)	(1.482)
Outras despesas	(95)	(75)
Total	(41.782)	(23.524)

Variação monetária e cambial, líquida

Resultado financeiro	36.424	(16.654)
----------------------	--------	----------

(i) Inclui o montante de R\$51 milhões de atualização monetária referente ao processo transitado em julgado em 2021 referente ao processo da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, conforme mencionado na Nota 10.

24. Compromissos futuros – A Companhia possui diversos contratos de arrendamentos de edificações, com vigência de dois a 9 anos e atualizados pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M). Estes enquadram-se no pronunciamento técnico CPC 06 (R2) – "Arrendamentos" em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, por decorrerem de contratos, que transferem o direito de controlar o uso de um ativo identificado, por tempo determinado, em troca de uma contraprestação como exigem os itens 9 a 11 do CPC 06 (R2). Deste modo, neste CPC não se enquadram mais somente os contratos de arrendamento mercantil financeiro – "leasing", mas também os arrendamentos sem opção de compra – "aluguéis" se possuírem as características acima descritas. Vide Nota Explicativa nº 9.

25. Gestão de risco financeiro – (a) Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem aos seguintes riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros). O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. **Fatores de risco:** Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Companhia podem ser assim enumerados: **Risco de crédito:** riscos de crédito em contas a receber de clientes que, de forma geral, não têm garantias, além de vendas realizadas mediante linhas de crédito disponibilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Os procedimentos adotados para minimizar tais riscos incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas. O risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise e seleção de clientes e instituições financeiras de primeira linha para realização de operações financeiras. **Risco de taxa de câmbio:** possibilidade de perdas por flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado ou reduzam os valores dos títulos a receber expressos em moeda estrangeira. A exposição cambial da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

	Moeda	2021	2020
Taxa do dólar norte-americano		5,799	5,1961
Ativo:			
Contas a receber de clientes	R\$	8.744	5.143
Adiantamento de contrato de importação	R\$	3.953	7.001
Ativo exposto		12.697	12.144
Passivo:			
Fornecedores no exterior	R\$	(35.084)	(16.624)
Adiantamento de contrato de exportação	R\$	(12.211)	(1.790)

Moeda

	2021	2020
Finame em moeda estrangeira	R\$ (12.293)	(15.704)
Passivo exposto	(59.588)	(34.118)
Passivo exposto, líquido	(46.891)	(21.974)

Risco de taxas de juros: é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou não auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas.

Risco de liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas

Exposição ao risco de liquidez: Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo

	Valor contábil	até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	424.871	424.871	–	–	–
Arrendamento mercantil	22.107	10.628	10.908	571	–
Empréstimos e financiamentos	327.724	103.996	155.330	64.661	3.737
Outras contas a pagar	30.007	27.044	6.830	–	–
Total	804.709	566.539	173.068	65.232	3.737

	Valor contábil	até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores	267.255	267.255	–	–	–
Arrendamento mercantil	17.440	7.702	9.378	–	–
Empréstimos e financiamentos	111.683	95.437	98.909	11.192	1.582
Outras contas a pagar	21.977	18.982	2.995	–	–
Total	418.355	389.376	111.282	11.192	1.582

(b) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia vem acumulando recursos e reservas de lucros de forma a corresponder com os investimentos que estão sendo projetados com a necessidade de capital de giro necessária para os próximos anos. A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2021	2020
Gestão de capital		
Total do passivo (excluindo dividendos)	1.348.974	947.409
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(611.993)	(465.801)
(=) Dívida líquida (a)	736.981	481.608
Total do patrimônio líquido (b)	998.413	604.256
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	0,74	0,80

(c) Estimativa do valor justo: Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados)

26. Seguros – A Companhia possui cobertura de seguros, cuja descrição e valores limitados encontram-se a seguir:

	Moeda	2021	2020
Bens segurados			
Prédios e conteúdos (próprios)	R\$	2.000	2.000
Prédios locados (Mirassol/SP)	R\$	50.000	50.000
Veículos leves	R\$	200	200
Veículos pesados (terceiros)	R\$	500	500
Aeronave	US\$	50.000	50.000
Responsabilidade civil (pátio)	R\$	8.000	8.000

27. Benefícios a empregados – A Companhia concede benefícios a seus empregados de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as políticas internas. Esses benefícios são concedidos apenas a funcionários ativos e não se referem a direito adquirido. Os benefícios concedidos são os seguintes:

	2021	2020
Participação nos lucros e resultados (*)	9.967	3.406
Cartão-alimentação	34.925	24.542
Assistência médica e odontológica	3.113	2.158
Total	48.005	30.106

(*) A Companhia concede participação nos resultados aos seus empregados com base em acordos coletivos firmados com o sindicato da categoria. Esse benefício está vinculado ao cumprimento de metas previamente estabelecidas. Esses benefícios foram apropriados aos resultados nas rubricas "Custo dos produtos e serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

28. Remuneração dos administradores – A remuneração dos principais administradores, que possuem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante é reconhecido contabilmente como despesa e, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$6.510 (R\$5.595 em 2020). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em participações societárias.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Facchini S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Facchini S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Facchini S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as

obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, além de manter espaço livre suficiente em suas linhas de crédito comprometidas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou as cláusulas dos empréstimos (quando aplicáveis) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente de modo cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

	2021	2020
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	611.993	465.801
Contas a receber de clientes	127.602	

Monte Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020			31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	29	1	119.912	12	Empréstimos e financiamentos	12	–	–	16.917	–
Contas a receber	9	–	–	13.415	–	Debentures	13	–	–	3.131	–
Tributos a recuperar	–	–	–	878	–	Fornecedores	–	4	–	14.312	81
Despesas antecipadas	–	90	–	1.087	–	Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	–	5.760	–
Dividendos a receber	–	22.000	–	–	–	Impostos, taxas e contribuições sociais	–	1	–	4.001	3
Outros ativos	–	–	–	388	–	Arrendamentos	14	–	–	1.554	–
Total do ativo circulante		22.119	1	135.680	12	Provisão de conserva especial	16	–	–	2.833	–
						Outras obrigações	17	–	–	23.511	–
Ativo não circulante						Total do passivo circulante		5	–	72.018	84
Fundos restritos	8	–	–	37.912	–	Passivo não circulante					
Depósitos judiciais	–	–	–	26.484	–	Empréstimos e financiamentos	12	–	–	657.368	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	–	–	272	–	Debentures	13	92.439	–	281.338	–
Outros ativos	–	–	–	708	–	Arrendamentos	14	–	–	5.603	–
Investimentos	10	622.249	–	7.363	–	Provisão para contingências	15	–	–	4.646	–
Imobilizado	–	–	–	3.995	–	Provisão de conserva especial	16	–	–	11.258	–
Intangível	11	–	–	1.376.772	–	Provisão para perdas em investimento	10	–	82	–	–
Direito de uso	14	–	–	5.445	–	Partes relacionadas	25	25	51	–	51
Total do ativo não circulante		644.249	–	1.458.951	–	Outros passivos	–	–	–	10.500	9
						Total do passivo não circulante		92.464	133	970.113	60
Total do ativo		644.368	1	1.594.631	12	Patrimônio líquido					
						Capital social	19	472.264	1	472.265	1
						Reservas de lucro	19	79.635	(133)	79.635	(133)
						Total do patrimônio líquido		551.899	(132)	551.900	(132)
						Total do passivo e patrimônio líquido		644.368	1	1.594.631	12

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021		14 de julho a 31 de dezembro de 2020	
		bro de 2021	31 de dezembro de 2021	bro de 2020	31 de dezembro de 2020
Receita líquida de serviços	20	–	151.102	–	–
Receita de construção	20	–	28.609	–	–
Receita líquida			179.711		
Custo dos serviços prestados	21	–	(61.075)	–	–
Custo de construção	21	–	(28.324)	–	–
Lucro bruto			90.312		
Ganho por compra vantajosa	4	–	113.242	–	–
Gerais e administrativas	22	(836)	(39.820)	(133)	(69)
Resultado de equivalência patrimonial	–	92.895	–	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais	10	–	634	–	–
Lucro (prejuízo) operacional		92.059	164.369	(133)	(69)
Receitas financeiras	23	3	4.579	–	–
Despesas financeiras	23	(12.294)	(55.964)	–	–
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		79.768	112.984	(133)	(69)
Imposto de renda e contribuição social correntes	–	–	(1.583)	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	–	(31.632)	–	–
Lucro líquido (prejuízo) líquido do exercício e período		79.768	79.768	(133)	(69)
Lucro (prejuízo) por ação (em Reais)		247,57	247,57	(132,88)	(69,34)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021		14 de julho a 31 de dezembro de 2020	
		bro de 2021	31 de dezembro de 2021	bro de 2020	31 de dezembro de 2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício e período		79.768	79.768	(133)	(69)
Total do resultado abrangente do exercício e período		79.768	79.768	(133)	(69)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações do Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021		14 de julho a 31 de dezembro de 2020	
		bro de 2021	31 de dezembro de 2021	bro de 2020	31 de dezembro de 2020
Receitas					
Receita de serviços	–	165.586	–	126.226	–
Receita de construção ICPC 01-R1	–	28.609	–	27.985	–
	–	194.195	–	154.211	–
Insumos adquiridos de terceiros					
Materiais, energia e outros	–	(32.864)	–	(32.983)	–
Custo de construção ICPC 01-R1	–	(28.325)	–	(27.707)	–
Serviços de terceiros e outros operacionais	(836)	(14.633)	(361)	5.128	–
Valor adicionado bruto		(836)	118.373	(361)	98.649
Depreciação e amortização	–	(23.623)	–	(8.877)	–
Apropriação de seguros	–	(1.383)	–	(581)	–
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(836)	93.367	(361)	89.191
Valor adicionado recebido em transferência					
Receitas financeiras	–	4.604	–	3.531	–
Resultado de Equivalência Patrimonial	92.895	–	33.882	–	–
Outros	–	113.811	–	569	–
Valor adicionado total a distribuir		92.059	211.782	33.521	93.291
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal	–	23.700	–	17.625	–
Remuneração direta	–	14.585	–	10.973	–
Benefícios	–	7.991	–	5.764	–
FGTS	–	1.124	–	889	–
Impostos, taxas e contribuições	–	57.057	–	15.674	–
Federais	–	48.236	–	8.905	–
Estaduais	–	1	–	1	–
Municipais	–	8.820	–	6.768	–
Remuneração de capitais de terceiros	12.294	55.304	9.532	40.048	–
Juros	12.294	53.522	9.532	38.940	–
Aluguéis	–	373	–	532	–
Outras	–	1.408	–	576	–
Remuneração de capitais próprios	79.768	75.721	23.992	19.945	–
Prejuízo do exercício e período	79.768	75.721	23.992	19.945	–
Valor adicionado distribuído		92.062	211.782	33.524	93.292

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Reserva legal	Reservas de lucro a realizar	Reserva de lucros a destinar	Total				
								1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021		14 de julho a 31 de dezembro de 2020	
								bro de 2021	31 de dezembro de 2021	bro de 2020	31 de dezembro de 2020
Aumento de capital em 14 de julho de 2020	19	1	–	–	–	–	1				
Prejuízo do período	–	–	(133)	–	–	–	(133)				
Em 31 de dezembro de 2020		1	(133)	–	–	–	(132)				
Aumento de capital em 26 de abril de 2021	19	100.627	–	–	–	–	100.627				
Aumento de capital em 28 de abril de 2021	19	370.436	–	–	–	–	370.436				
Aumento de capital em 09 de julho de 2021	19	1.200	–	–	–	–	1.200				
Lucro líquido do exercício	–	–	79.768	–	–	–	79.768				
Constituição de reserva legal	–	–	(3.982)	3.982	–	–	–				
Constituição de reserva de lucro a realizar	–	–	(18.980)	–	18.980	–	–				
Destinação das reservas estatutárias	–	–	(56.674)	–	–	56.674	–				
Em 31 de dezembro de 2021		472.264	–	3.982	18.980	56.674	551.900				

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado		
		1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021		14 de julho a 31 de dezembro de 2020		
		bro de 2021	31 de dezembro de 2021	bro de 2020	31 de dezembro de 2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro (prejuízo) do período antes do imposto de renda e da contribuição social			79.768	112.984	(133)	(69)
Ajustes para reconciliação do lucro do exercício e período das operações continuadas						
Margem de construção	–	–	(283)	–	–	
Depreciação e amortização	–	–	23.626	–	–	
Juros e variações monetárias, líquidas	–	11.835	47.435	–	–	
Juros Capitalizados	–	–	(297)	–	–	
Apropriação do custo de captação	–	–	649	–	–	
Apropriação de receita de juros	–	–	(921)	–	–	
Provisão para contingências	–	–	2.724	–	–	
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	–	–	37	–	–	
Provisão para conserva especial	–	–	3.708	–	–	
Baixa do imobilizado e intangível	–	–	(1.150)	–	–	
Resultado de equivalência patrimonial	10	(92.813)	–	–	–	
Ganho por compra vantajosa	4	–	(113.242)	–	–	
Lucro (prejuízo) ajustado das operações		(1.210)	75.268	(133)	(69)	
Variáveis nos ativos e passivos:						
Contas a receber	–	–	569	–	–	
Despesas antecipadas	–	(90)	1.189	–	–	
Tributos a recuperar	–	–	(12)	–	–	
Depósitos judiciais	–	–	(1.019)	–	–	
Outros ativos	–	–	392	–	–	
Fornecedores	–	3	(19.810)	–	28	
Obrigações tributárias	–	1	(166)	–	–	
Obrigações sociais e trabalhistas	–	–	(621)	–	–	
Partes relacionadas	–	(27)	569	51	51	
Provisão para perdas em investimentos	10	(82)	(82)	82	–	
Outros passivos	–	–	14.054	–	–	
Juros pagos	–	–	(40.991)	–	–	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.405)	29.340	–	11	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Aplicação financeira	–	–	3.476	–	–	
Contas vinculadas	–	–	13.360	–	–	
Investimentos realizados	–	(81.972)	(77.222)	–	–	
Adições ao intangível	–	–	(27.694)	–	–	
Adições líquidas ao imobilizado	–	–	(1.569)	–	–	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(81.972)	(89.649)	–	–	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Amortização de empréstimos e financiamentos	–	–	(153.288)	–	–	
Partes relacionadas	–	–	1.000	–	–	

... continuação

Monte Rodovias S.A.

dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. O contrato de concessão tem prazo de 35 anos e 3 meses. As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010. **1.2. Procedimentos arbitrais envolvendo as controladas:** a) **CBN:** Em agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC") de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") e pela OAS S.A. – Em Recuperação Judicial ("OAS"), via o Consórcio Construtor BA 093, constituído para realização das obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, alegando, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. O Procedimento Arbitral encontra-se em andamento, havendo esclarecimentos e provas a serem apresentados pelas Partes no decorrer de toda a fase instrutória. No que se refere aos resultados, a Administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do Procedimento Arbitral. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN, celebrado em 07 de fevereiro de 2020 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CBN, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CBN, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias. **b) CRA:** Em 25 de agosto de 2017, a CRA foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pelo Consórcio Expressway, formado pelas construtoras CNO e OAS (Requerentes). Atualmente o processo encontra-se na fase de liquidação de sentença. De acordo com o contrato de compra e venda da CRA, celebrado em 07 de fevereiro de 2020 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: **(i)** em caso de decisão desfavorável à CRA, aos vendedores têm a obrigação de indenizar a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes deste procedimento de arbitragem. Tal indenização é sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias, sem limitação de valor e prazo; e **(ii)** em caso de decisão favorável à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CRA. Considerando que concessionária optou por não ajuizar a ação anulatória e, que agora não cabe mais discussão sobre o mérito, a probabilidade de perda é provável em relação aos pedidos formulados pelo CEW. Por fim, é importante ressaltar que as eventuais perdas com o Procedimento Arbitral, ao término da liquidação da sentença arbitral, poderão ter lastro no contrato de concessão de concessão, sendo passíveis de reequilíbrios econômico-financeiro em favor das concessionárias. Em 10 de janeiro de 2022 o Tribunal Arbitral o prazo de 11 de março de 2022 para que as partes submetam as alegações finais. **1.3. Principais medidas e impactos decorrentes da pandemia causada pelo novo coronavírus (Covid-19)** Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde (OMS), de que o surto da Covid-19, doença respiratória aguda causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No Brasil, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia. Com a paralisação de vários setores produtivos e a fragilidade da economia mundial, causadas pela Covid-19, ocasionadas pela implementação de medidas mitigatórias no âmbito Federal, Estadual e Municipal, tais como decretação de quarentenas, limitação de locomoção, suspensão de eventos, suspensão das atividades escolares e cessação de atividades culturais, a Companhia, considerando que a pandemia ainda está em evolução, tem expectativa de tendência de redução na sua receita de pedágios, devido à queda no volume de tráfego das rodovias. No decorrer do ano de 2021 a Companhia registrou forte recuperação do tráfego em relação a 2020, atingindo patamar superior a 2019, período pré-pandemia. Isso ocorreu devido principalmente ao reaquecimento da economia em função das políticas de incentivo a combate a pandemia e o avanço da vacinação nos estados e municípios, reduzindo as restrições impostas no ano de 2020. Com a finalidade de evitar contaminação de colaboradores diretos e indiretos no ambiente de trabalho e atendendo aos cuidados determinados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), foi feita a adequação das atividades desempenhadas pelos integrantes das áreas administrativas, que passaram a executar suas atividades em casa ("home office") e, para as atividades desempenhadas nas áreas operacionais e nas áreas administrativas onde não for possível estabelecer o home office, estamos fazendo avaliações constantes de cenários, destacando-se: **(i)** a liberação imediata de pessoas no grupo de risco, estagiários e aprendizes; **(ii)** a adoção de regime de trabalho flexível para grupos estratégicos; **(iii)** a disponibilização de recursos em todos os pontos de trabalho; **(iv)** o reforço e aumento da frequência da rotina de higienização/limpeza em todos os pontos de trabalho; **(v)** o escalonamento de horários para utilização de refeitórios; **(vi)** a comunicação constante com orientações e dicas de prevenção e outras informações sobre a Covid-19. Quanto aos usuários, além da colocação de mensagens de apoio e orientação em painéis ao longo das rodovias, foram implementados pontos de apoio aos usuários, visando, dentre outras ações, aferição de temperatura corporal, higienização das cabines dos caminhões, orientações de prevenção, distribuição de kits com álcool gel, luvas, máscaras e produtos de higiene. A Administração permanece em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de assegurar o caixa necessário para manutenção das operações das suas Controladas. **2. Resumo das principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). **2.1. Base de preparação: Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3. **Demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e estão sendo divulgadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuído aos sócios da Companhia. A Companhia foi constituída em 14 de julho de 2020. Desta forma, os saldos apresentados nos balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2020, para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas. A Companhia adquiriu sua Controlada direta Verona em 16 de outubro de 2020. Desta forma, os saldos apresentados nos balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2020, para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas. A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 18 de março de 2022. **2.2. Consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas (denominadas em conjunto de Grupo). Nas demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados o investimento na proporção da participação da Sociedade no patrimônio líquido e no resultado da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas, quando existentes. As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Sociedade. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes Companhias:

Companhias consolidadas	Participação no capital social (%)		31/12/2021
	Controle	País	
Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona")	Direto	Brasil	100,00
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Indireto	Brasil	100,00
Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA")	Indireto	Brasil	100,00
Concessionário Bahia Norte S.A. ("CBN")	Indireto	Brasil	100,00

2.3. Combinação de negócios: Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos. Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio. Inicialmente, o ágio (*Goodwill*) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **2.4. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)** Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras para as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis, seguindo as disposições contidas no CPC 09 – "Demonstração valor adicionado". **2.5. Lucro (prejuízo) por ação:** O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores. **2.6. Segmentos operacionais:** A operação da Companhia e de suas controladas consiste na exploração de concessão de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. As receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia e de suas controladas. **2.7. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor (Nota Explicativa nº 7). **2.8. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades das controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 9). Os registros do contas a receber são realizados pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 60 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída Provisão Esperada de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). **2.9. Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são compostas por prêmios de seguros a apropriar avaliadas ao custo, líquidas

das apropriações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro e custo de captação de financiamentos ainda não liberados. **2.10. Depósitos judiciais:** Trata-se basicamente de depósitos judiciais realizados para ações de desapropriação e indenizações de benfeitorias na faixa de domínio, cujo objeto mais significativo são as áreas situadas na Via Metropolitana Camaçari Lauro de Freitas, além de processos civis e trabalhistas. **2.11. Partes relacionadas:** Na Controladora, o saldo de mútuos foi registrado, inicialmente, a valor justo, e mensurado, subsequentemente, ao custo amortizado, com prazo de realização superior a 12 (doze) meses e, consequentemente, classificado no ativo não circulante (Nota Explicativa nº 24). **2.12. Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. Se o prazo de realização é equivalente a um ano ou menos os demais ativos são classificados no ativo circulante, do contrário estão apresentados no ativo não circulante. **2.13. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando aplicável, ao final de cada período/exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **2.14. Intangível: 2.14.1. Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão:** Os ativos intangíveis constituídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, item 17, relativo à estimativa do valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito aos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas, e poderá vir a afetar os saldos registrados. A vida útil estimada dos ativos remanescentes também exige pressupostos e estimativas, onde alterações nas circunstâncias futuras, poderiam afetar a vida útil remanescente dos ativos intangíveis e podem ter um impacto significativo nos resultados de operações futuras (Nota Explicativa nº 11). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando estiver disponível para ser utilizado nas operações. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Os juros referentes aos financiamentos, que são diretamente atribuíveis a construção, são capitalizados como parte do ativo intangível, líquido dos fundos restritos, conforme CPC 20 (R1) – "Custos de empréstimos". **2.15. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.16. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota Explicativa nº 12). Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.17. Outros passivos:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. **2.18. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A despesa do imposto de renda e da contribuição social do exercício compreende os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O Grupo constitui imposto de renda e contribuição social ativo do diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma vez que, possui evidências suficientes para comprovar a existência de disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.19. Capital social:** As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido (Nota Explicativa nº 18). **2.20. Reconhecimento da receita:** As controladas reconhecem a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as suas atividades e se baseiam suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço. As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **(i) Receita de contratos de construção:** A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com os itens 13 e 14 da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – "Contratos de concessão", segundo o método de custo acrescido de margem. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados. **2.21. Normas novas e pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2021 e seguintes:** As normas contábeis descritas a seguir tem sua adoção obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, a saber: • **IAS 39/CPC 38, IFRS 7/CPC 40 (R2) e IFRS 9/CPC 48** Reforma da taxa de juros de referência: A partir de 1º de janeiro de 2021 trata da reforma da taxa de juros de referência, relacionada com a previsão de descontinuidade do uso da *London Interbank Offered Rate* (LIBOR) como taxa de juros de referência após 2021. A Companhia e suas controladas avaliaram as alterações e não identificaram impactos significativos em decorrência dessa alteração nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021; • **IAS 37/CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** A partir de 1º de janeiro de 2022, as alterações especificam quais custos as empresas devem incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato). A Companhia e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram impactos significativos em decorrência dessa alteração. • **Imobilizado:** receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) – a partir de 1º de janeiro de 2022; • **Referência à estrutura conceitual:** (alterações ao CPC 15/IFRS 3) – a partir de 1º de janeiro de 2022; • **Classificação do passivo em circulante ou não circulante:** (alterações ao CPC 26/IAS 1) – a partir de 1º de janeiro de 2023; • **IFRS 17 – Contratos de seguros:** a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas, interpretações e alterações às normas que não estão em vigor que a Companhia e suas controladas esperam ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** – Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. As principais estimativas e julgamentos utilizados pela Administração estão relacionados a seguir: **a) Provisão para perda no valor recuperável de ativos ("Impairment")** O Grupo verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado se houver uma evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele(s) evento(s) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Anualmente, o Grupo testa eventual *impairment* de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis dos ativos não financeiros foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço para ativos não circulantes mantidos para negociação e no cálculo do valor justo por meio do resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram identificadas pela Administração, evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* dos ativos não financeiros. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações. As informações sobre o imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 18. **c) Reconhecimento de margem da receita de construção:** Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é de 1%, as Controladas utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. **d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis:** A amortização do ativo intangível reflete a estimativa de quando os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear. O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido com base nas projeções das curvas de demanda, limitado ao prazo final da concessão para as Controladas CBN e CRC e, linearmente no caso da CRA pelo prazo da concessão, em virtude da insuficiência de subsídios identificáveis as circunstâncias econômicas e operacionais de sua infraestrutura (concessão nova). A Administração reconhece que essas são as melhores estimativas para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo de cada Controlada, sendo essas estimativas também utilizadas pelas principais empresas do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão e com base na vida útil dos contratos, levando em consideração suas particularidades. **e) Provisões para passivos contingentes:** A Companhia e suas Controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base no histórico de desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos. **4. Combinação de negócios na controlada – Aquisição da CBN, da CRA e da CRC pela controlada Verona:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a Verona adquiriu o controle da CBN, da CRA e da CRC. Para contabilização da combinação de negócios relativa às aquisições de controle, a Verona optou por aplicar o método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) – Combinação de negócios que estabelece que a adquirente identifique o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição. Em decorrência da combinação de negócios, a Companhia, em conjunto com empresa especializada contratada, realizou e concluiu a análise de avaliação do valor justo de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos da CBN, da CRA e da CRC e efetuou as alocações correspondentes no balanço patrimonial (*Purchase Price Allocation – PPA*).

continua ...

... continuação

Monte Rodovias S.A.

A composição da contraprestação, alocação final do preço da aquisição, identificação do valor de mercado dos ativos líquidos calculados e alocação do ágio, estão demonstrados a seguir:

	Valor contábil			Ajuste valor justo (PPA)			Valor justo		
	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA	CBN	CRC	CRA
Ativos	984.203	84.286	282.523	119.413	52.486	45.708	1.103.616	136.772	328.231
Ativos circulantes	46.522	11.171	24.387	-	-	-	46.522	11.171	24.387
Outros ativos não circulantes	69.544	11.705	32.052	-	-	-	69.544	11.705	32.052
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Infraestrutura (direito de concessão)	862.680	61.187	224.288	119.413	52.486	45.708	982.093	113.673	269.996
Outros	5.457	223	1.795	-	-	-	5.457	223	1.795
Passivos	(740.544)	(46.174)	(217.865)	-	-	(740.544)	(46.174)	(217.865)	-
Passivos circulantes	(91.902)	(5.086)	(21.050)	-	-	-	(91.902)	(5.086)	(21.050)
Passivos não circulantes	(648.642)	(41.088)	(196.815)	-	-	-	(648.642)	(41.088)	(196.815)
Total dos ativos identificáveis líquidos	243.659	38.112	64.658	119.413	52.486	45.708	363.073	90.598	110.366
Total da contraprestação							370.436	41.671	46.051
Ágio (goodwill)							7.363	-	-
Ganho por compra vantajosa							-	48.927	64.315

(a) O valor de mais valia atribuído ao direito de contrato pelo PPA será amortizado pela vida útil remanescente dos contratos de concessão, considerando o critério de amortização e as particularidades de cada contrato, conforme Nota Explicativa nº 11. (b) A CBN foi adquirida pelo Fundo de Investimento M Rodovias que, na mesma data, integralizou as ações subscritas pela Companhia com a totalidade das ações da CBN pelo seu valor justo de R\$ 370.436. Com processo de apuração da diferença entre o custo da combinação de negócios e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, com a conclusão da *Purchase Price Allocation* (PPA), determinou-se o valor do *goodwill*. (c) O ganho por compra vantajosa auferido nas aquisições de controle da CRA e da CRC (total de R\$ 113.241) se justifica pelo contexto de mercado e clara intenção de saída do segmento pelos vendedores. O preço de aquisição foi definido em dezembro de 2019 e o fechamento da transação ocorreu em abril de 2021. No decorrer deste período, vários aspectos influenciaram na melhoria do valor justo dos ativos como o repelimento de dívidas, recuperação do crescimento de curva de tráfego etc. **5. Instrumentos financeiros – 5.1. Ativos financeiros: Classificação:** O Grupo classifica os ativos sob a categoria do custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros (não derivativos) são com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante não circulante, considerando o prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual o Grupo se comprometera a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia e suas Controladas avaliam, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. **5.2. Passivos financeiros: Classificação:** A Companhia e suas Controladas determinam a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos e fornecedores. **Reconhecimento e mensuração:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **6. Gestão de risco financeiro – 6.1. Fatores de risco financeiro: a) Considerações gerais:** As atividades da Companhia e de suas Controladas as expõem aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas Controladas. A gestão de risco realizada pela Companhia e suas Controladas é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios. **b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia e as suas controladas estão expostas aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras e dos ativos financeiros registrados no ativo não circulante. A Companhia e suas Controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e suas controladas, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. **d) Risco de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia e suas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, no saldo de mútuos a receber no qual a Companhia fica exposta a capacidade de pagamento do devedor, e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia e suas Controladas acompanham a situação financeira dos devedores decorrentes dos direitos creditórios a receber e mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha. **e) Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação:** A Companhia e suas Controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros. A tabela abaixo demonstra a exposição no passivo da Companhia (Consolidado) em 31 de dezembro de 2021 (valores expressos em milhares de R\$):

Instituição financeira	Taxa contratada	Próximos			
		12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNB-CBN	TJLP + 4% A.A.	521	337	218	115
Desenhahia-CBN	TJLP + 3,0% A.A.	2.117	1.675	1.510	6.891
Desenhahia-CBN	TJLP + 3,0% A.A.	915	715	634	2.391
Desenhahia-CBN	CDI + 3%	2.541	1.641	970	601
Debêntures – CRC	CDI + 3,95%	5.774	4.224	2.902	3.116
Debêntures – CRA	IPCA + 7,17% a.a.	20.570	18.134	17.698	170.490
Debêntures – Monte Rodovias	IPCA + 10,5% A.A.	14.803	12.210	11.955	57.331

Análise de sensibilidade: Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir: **(i) Seleção dos riscos:** A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP e CDI e de inflação o IPCA. **(ii) Seleção dos cenários:** Em atendimento ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidência (Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 01/2021) a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador		Juros a incorrer					
		2022	2023	2024	2025	2026	2027
TJLP (*)		57,3%	5,8%	5,7%	5,3%	5,3%	5,3%
CDI (*)		11,8%	9,3%	7,5%	6,8%	6,8%	6,8%
IPCA (*)		5,5%	3,5%	3,0%	3,0%	3,0%	3,0%

(*) Fonte: Itaú BBA Fev./2022. Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP e CDI, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III). As taxas consideradas foram:

Indicador		Juros a incorrer		
		Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)		7,37%	9,1%	10,9%
CDI (*)		11,8%	14,7%	17,6%
IPCA (*)		5,5%	6,9%	8,3%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2021 a 2026 das taxas apresentadas acima. **(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP:** A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
BNB – CBN	2026	Alta da TJLP	521	601	679
Desenhahia – CBN	2033	Alta da TJLP	915	1.070	1.222
Desenhahia – CBN	2034	Alta da TJLP	2.117	2.474	2.825

(iv) **Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI:** A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Debêntures – Monte Rod	2031	Alta do IPCA	14.803	16.309	17.878
Debêntures – CRA	2036	Alta do IPCA	20.570	22.894	25.217

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria. As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o período findo em 31 de dezembro de 2021. **6.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia e suas Controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira pode ser assim resumido:

	Nota	31/12/2021
Total dos empréstimos e financiamentos		674.285
Debêntures	12	284.469
(-) Caixa e equivalentes de caixa	7	(119.912)
(-) Aplicações financeiras – fundos restritos	8	(37.912)
Dívida líquida		800.930
Total do patrimônio líquido		551.900
Total do capital próprio e de terceiros		1.352.829
Índice de alavancagem financeira – %		59%

6.3. Instrumentos financeiros por categoria – Consolidado: Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

	Nota	31/12/2021	
		Mensurados ao custo amortizado	
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	7		119.912
Fundos restritos	8		37.912
Contas a receber	9		13.415
Outros ativos	-		1.094
Total			172.33
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos	12		674.285
Debêntures	13		284.469
Fornecedores	-		14.312
Arrendamentos	14		7.157
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	-		39.371
Total			1.019.594

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	18	1	13.169	2	
Aplicações financeiras (a)	11	-	106.743	10	
Total	29	1	119.912	12	

(a) Na Controladora, o saldo em aplicações financeiras é decorrente de aplicação automática do saldo em conta corrente realizadas pelas instituições financeiras depositárias ao final do dia, com baixíssima rentabilidade. As Controladas mantêm aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **8. Fundos restritos –** Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 37.912, registrado no ativo não circulante do Consolidado, refere-se aos montantes mantidos em contas bancárias, condicionados a resgates exclusivos, para eventual pagamento de parcelas dos financiamentos (conforme Nota Explicativa nº 12), e são remunerados pela variação do CDI (entre 98% e 99%). **9. Contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Meios de pagamentos eletrônicos				10.067
Vale pedágio				403
Demanda de risco				134
Receitas acessórias				852
Outros				2.213
(-) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa				(120)
Total				13.549
Ativo circulante				13.415
Ativo não circulante				134

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Movimentação da PECLD				
Saldo em 31 de dezembro de 2020				-
Aquisição combinação de negócios – CBN (a)				279
(+) Adições				76
(-) Baixas				(235)
Saldo em 31 de dezembro de 2021				120

(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
10. Investimentos e provisão para perda em investimentos				
Verona	644.249	(82)		

Verona	Participação	31/12/2021			
		Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo
Verona	100%	551.286.324	100	693.550	49.301
CRC	100%	26.150.154	100	82.197	45.901
CRA	100%	141.438.908	100	330.234	260.480
CBN	100%	367.759.706	100	1.001.050	732.875
					268.175

Verona	Participação	31/12/2021			
		Quantidade de ações possuídas	Participação direta (%)	Ativo	Passivo
Verona	100%	51.000	100,00	11	93

Verona	Participação	31/12/2021					
		Saldo em 31/12/2020	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos a receber	Aumento de capital	Saldo em 31/12/2021
Verona	100%	- 82	200	92.895	- 22.000	551.235	622.248

Verona	Participação	31/12/2020			
		Saldo em 16/10/2020	Equivalência patrimonial	Impairment (a)	Saldo em 31/12/2020
Verona	100%	51	(133)	-	(82)
Ágio (a)		64		(64)	-
Total		115	(133)	(64)	(82)

(a) Refere-se ao valor apurado na aquisição das ações da Verona (cessão onerosa) em 16 de outubro de 2020, e que foi tratado como *goodwill*. Considerando a natureza de *goodwill*, a Administração registrou a perda ao valor recuperável do ativo (*Impairment*), que contempla o ajuste do *goodwill* na data de aquisição pelo método da equivalência patrimonial no montante de R\$ (13).

	31/12/2021		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangível em infraestrutura			
Direito de concessão – mais valia	217.608	-	(5.721)
Edifícios e instalações	250.017	-	(42.940)
Direito de concessão de serviços públicos	275.419	-	(65.826)
Pavimentações e conservação especial	836.943	-	(272.628)
Demais melhorias e ampliações	71.163	-	(22.958)
Hardware e equipamentos de pedágio	34.967	-	(15.124)
Desapropriações	52.823	-	(5.994)
Máquinas e equipamentos	16.794	-	(10.101)
Bens de direito de uso – Veículos	3.207	-	(2.458)
Meio ambiente e elementos de segurança	47.011	-	(10.645)
Móveis e utensílios	521	-	(314)
Obras em andamento	17.988	-	-
Total	1.824.461	-	(454.709)
Outros intangíveis			
Softwares adquiridos de terceiros	3.761	-	(1.387)
Direito de uso	-	-	-
Adiantamento a fornecedores e outros	4.646	-	-
Total	8.407	-	(1.387)
Total	1.832.868	-	(456.096)

Contrato de concessão – infraestrutura: O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

... continuação		Monte Rodovias S.A.		31 de dezembro de 2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
<p>(i) Firmado pela CBN em 10 de agosto de 2011, no valor de R\$ 254.139 liberados em 08 parcelas. O prazo do financiamento é de 240 meses, com período de carência de 30 meses; (ii) Firmado pela CBN em 26 de novembro de 2014, no valor de R\$ 181.905, liberado em 07 parcelas, com prazo de 240 meses, com carência de 36 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (iii) Firmado pela CBN em 12 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 188.435, liberados em 6 parcelas. O prazo é de 240 meses, com carência de 30 meses. O contrato possui bônus de adimplência de 15% da taxa de juros anual; (iv) Firmado pela CBN em 29 de abril de 2011, no valor de R\$ 15.645, pelo prazo de 180 meses, com período de carência de 30 meses; (v) Firmado pela CBN em 15 de agosto de 2016, no valor de R\$ 26.000, com prazo de financiamento de 72 meses, após carência de 24 meses; (vi) Firmado pela CBN em 21 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 30.000, com prazo de 240 meses, após carência de 30 meses, contados a partir da data assinatura do contrato; a) Custo de captação: Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. b) Garantias: (i) As garantias da CBN para os empréstimos obtidos junto ao Desenhahia e BNB são penhora de ação, direitos creditórios e emergentes, fundo de liquidez em conta reserva e fiança cooperativa; c) Cláusula restritiva ("covenants") Os contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas ("covenants"), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 31 de dezembro de 2021. (i)</p>																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
<p>13. Debêntures</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Contratante</th> <th>Vencimento</th> <th>Moeda</th> <th>Encargos financeiros</th> <th>Controladora 31/12/2021</th> <th>Consolidado 31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Debentures – IPCA</td> <td>2031</td> <td>R\$</td> <td>IPCA + 10,5% a.a.</td> <td>92.439</td> <td>92.439</td> </tr> <tr> <td>Debentures – IPCA</td> <td>2036</td> <td>R\$</td> <td>IPCA + 7,17% a.a.</td> <td>152.029</td> <td>152.029</td> </tr> <tr> <td>Debentures – CDI</td> <td>2027</td> <td>R\$</td> <td>CDI + 3,95%</td> <td>46.870</td> <td>46.870</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>284.469</td> <td>284.469</td> </tr> <tr> <td>Passivo circulante</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>3.131</td> </tr> <tr> <td>Passivo não circulante</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>92.439</td> <td>281.338</td> </tr> </tbody> </table> <p>(i) Em 15 de abril de 2021, a Companhia emitiu R\$ 80.000 de debêntures do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 10,5%. O prazo total é de 10 anos com amortização customizada iniciando 18 meses após a emissão. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são a alienação e cessão fiduciária da totalidade das ações da Emissora ("Companhia") e da Verona, a Cessão fiduciária sobre a Conta Vinculada da Emissora ("Companhia") e da Verona e o penhor em segundo ou terceiro grau sobre a totalidade das ações das controladas da Verona (com eficácia sujeita à implementação da respectiva condição suspensiva); (ii) Em 02 de julho de 2021, a CRC emitiu 40.000 (quarenta mil) debentures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). As Debentures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,95%. O prazo total é de 6 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debentures foram destinados pelas seguintes operações: financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") à Emissora nos termos (i) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrado entre o BNB e a Emissora em 27 de dezembro de 2007, conforme aditado de tempos em tempos, e (ii) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, Prefixo e nº 44.2009.6042.1846 celebrado entre o BNB e a Emissora em 2 de dezembro de 2009, conforme aditado de tempos em termos ("Dividas BNB"); e (b) para pagamento de despesas e comissões relacionadas com a Emissão de Debentures. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debentures são (i) o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e (ii) cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da ("Companhia"). (iii) Em 15 de dezembro de 2021, a CRA emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debentures em série única no valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R\$160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais). As Debentures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debentures foram destinados pela Emissora (a) implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente, e (b) reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão, e (c) reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 13.2.1434.1. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debentures são (i) o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia e (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia e (iv) conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio. Cláusula restritiva ("covenants") Os contratos de debentures possuem cláusulas restritivas ("covenants"), as quais foram cumpridas pelas Controladas em 31 de dezembro de 2021. (i) Na CRC os índices financeiros medidos anualmente são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, Dívida Bruta máxima e Caixa mínimo foram cumpridas até 31 de dezembro de 2021. (ii) Na CRA o índice financeiro medido anualmente é o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), ainda não válido para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 por estar ainda em período de carência, não havendo no período o pagamento de juros nem amortização do principal.</p>						Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021	Debentures – IPCA	2031	R\$	IPCA + 10,5% a.a.	92.439	92.439	Debentures – IPCA	2036	R\$	IPCA + 7,17% a.a.	152.029	152.029	Debentures – CDI	2027	R\$	CDI + 3,95%	46.870	46.870	Total				284.469	284.469	Passivo circulante					3.131	Passivo não circulante				92.439	281.338																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Debentures – IPCA	2031	R\$	IPCA + 10,5% a.a.	92.439	92.439																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Debentures – IPCA	2036	R\$	IPCA + 7,17% a.a.	152.029	152.029																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Debentures – CDI	2027	R\$	CDI + 3,95%	46.870	46.870																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Total				284.469	284.469																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Passivo circulante					3.131																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
Passivo não circulante				92.439	281.338																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
<p>Movimentação</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 31/12/2021</th> <th>Consolidado 31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2020</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>(+) Captação</td> <td>80.605</td> <td>272.634</td> </tr> <tr> <td>(+) Juros incorridos</td> <td>11.834</td> <td>13.635</td> </tr> <tr> <td>(-) Juros pagos</td> <td>-</td> <td>(1.800)</td> </tr> <tr> <td>(-) Amortizações</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>(+) Custos da transação</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>(+/-) Transferências</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2021</td> <td>92.439</td> <td>284.469</td> </tr> </tbody> </table> <p>Prazos de vencimento</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 31/12/2021</th> <th>Consolidado 31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2022</td> <td>4.581</td> <td>4.581</td> </tr> <tr> <td>2023</td> <td>9.883</td> <td>9.883</td> </tr> <tr> <td>2024</td> <td>12.349</td> <td>12.349</td> </tr> <tr> <td>2025</td> <td>15.696</td> <td>15.696</td> </tr> <tr> <td>2026 em diante</td> <td>242.023</td> <td>242.023</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>284.469</td> <td>284.469</td> </tr> </tbody> </table> <p>14. Arrendamentos – A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2). O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de cada Controlada, sendo 5,75% para a CRC, 6,0% para a CBN e 6,1% a.a. para a CRA. Os principais contratos de arrendamento referem-se a Guinchos, Varredeira, Pipa, Ambulância e Veículos Operacionais e Administrativos.</p>							Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021	Saldo em 31 de dezembro de 2020			(+) Captação	80.605	272.634	(+) Juros incorridos	11.834	13.635	(-) Juros pagos	-	(1.800)	(-) Amortizações	-	-	(+) Custos da transação	-	-	(+/-) Transferências	-	-	Saldo em 31 de dezembro de 2021	92.439	284.469		Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021	2022	4.581	4.581	2023	9.883	9.883	2024	12.349	12.349	2025	15.696	15.696	2026 em diante	242.023	242.023	Total	284.469	284.469																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo em 31 de dezembro de 2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
(+) Captação	80.605	272.634																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(+) Juros incorridos	11.834	13.635																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(-) Juros pagos	-	(1.800)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(-) Amortizações	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(+) Custos da transação	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(+/-) Transferências	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	92.439	284.469																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
2022	4.581	4.581																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
2023	9.883	9.883																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
2024	12.349	12.349																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
2025	15.696	15.696																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
2026 em diante	242.023	242.023																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Total	284.469	284.469																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
<p>Na CBN as Cláusulas restritivas dos contratos de financiamento foram cumpridas até 31 de dezembro de 2021.</p> <p>Movimentação</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 31/12/2021</th> <th>Consolidado 31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2020</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aquisição combinação de negócios – CBN (a)</td> <td>681.162</td> <td>681.162</td> </tr> <tr> <td>Aquisição combinação de negócios – CRA (b)</td> <td>104.762</td> <td>104.762</td> </tr> <tr> <td>Aquisição combinação de negócios – CRC (b)</td> <td>40.010</td> <td>40.010</td> </tr> <tr> <td>(+) Captação</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>(+) Juros incorridos</td> <td>33.022</td> <td>33.022</td> </tr> <tr> <td>(-) Juros pagos</td> <td>(40.991)</td> <td>(40.991)</td> </tr> <tr> <td>(-) Amortizações</td> <td>(153.288)</td> <td>(153.288)</td> </tr> <tr> <td>(+) Custos da transação</td> <td>50</td> <td>50</td> </tr> <tr> <td>(+/-) Transferências</td> <td>9.557</td> <td>9.557</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2021</td> <td>674.285</td> <td>674.285</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021. (b) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 30 de abril de 2021. Os montantes não circulantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 31/12/2021</th> <th>Consolidado 31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2022</td> <td>61.402</td> <td>61.402</td> </tr> <tr> <td>2023</td> <td>95.478</td> <td>95.478</td> </tr> <tr> <td>2024</td> <td>100.848</td> <td>100.848</td> </tr> <tr> <td>2025</td> <td>100.368</td> <td>100.368</td> </tr> <tr> <td>2026 em diante</td> <td>299.272</td> <td>299.272</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>657.368</td> <td>657.368</td> </tr> </tbody> </table> <p>Direito de uso</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 31/12/2021</th> <th>Consolidado 31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Movimentação</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2020</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aquisição combinação de negócios – CBN (a)</td> <td>4.877</td> <td>4.877</td> </tr> <tr> <td>Aquisição combinação de negócios – CRA (b)</td> <td>1.001</td> <td>1.001</td> </tr> <tr> <td>Aquisição combinação de negócios – CRC (b)</td> <td>205</td> <td>205</td> </tr> <tr> <td>(+) Adições</td> <td>3.926</td> <td>3.926</td> </tr> <tr> <td>(-) Amortizações</td> <td>(4.564)</td> <td>(4.564)</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2021</td> <td>5.445</td> <td>5.445</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021. (b) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 30 de abril de 2021.</p> <p>Passivo de arrendamento</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 31/12/2021</th> <th>Consolidado 31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Passivo circulante</td> <td>1.554</td> <td>1.554</td> </tr> <tr> <td>Passivo não circulante</td> <td>5.603</td> <td>5.603</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>7.157</td> <td>7.157</td> </tr> </tbody> </table> <p>Movimentação</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 31/12/2021</th> <th>Consolidado 31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2020</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aquisição combinação de negócios – CBN (a)</td> <td>7.120</td> <td>7.120</td> </tr> <tr> <td>Aquisição combinação de negócios – CRA (b)</td> <td>1.067</td> <td>1.067</td> </tr> <tr> <td>Aquisição combinação de negócios – CRC (b)</td> <td>66</td> <td>66</td> </tr> <tr> <td>(+) Adições</td> <td>984</td> <td>984</td> </tr> <tr> <td>(+) Apropriação de juros</td> <td>433</td> <td>433</td> </tr> <tr> <td>(-) Baixas</td> <td>(2.513)</td> <td>(2.513)</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2021</td> <td>7.157</td> <td>7.157</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021. (b) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 30 de abril de 2021. Os efeitos inflacionários no período de comparação com o fluxo real, foram projetados utilizando o IPCA de 10,06% a.a. para o período de 01/01/21 a 31/12/21 divulgado pelo IBGE, e representam os seguintes montantes:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 31/12/2021</th> <th>Consolidado 31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Passivo de arrendamento</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Cíveis</td> <td>4.060</td> <td>4.060</td> </tr> <tr> <td>Trabalhistas</td> <td>586</td> <td>586</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>4.646</td> <td>4.646</td> </tr> </tbody> </table> <p>Movimentação</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 31/12/2021</th> <th>Consolidado 31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2020</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Aquisição combinação de negócios – CBN (a)</td> <td>2.335</td> <td>2.335</td> </tr> <tr> <td>Aquisição combinação de negócios – CRC (b)</td> <td>1.039</td> <td>1.039</td> </tr> <tr> <td>Movimentação do período</td> <td>1.272</td> <td>1.272</td> </tr> <tr> <td>Saldo em 31 de dezembro de 2021</td> <td>4.646</td> <td>4.646</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 28 de abril de 2021. (b) Valores considerados no momento da combinação de negócios em 30 de abril de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, as Controladas, tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 10.812. 16. Provisão para reserva especial – Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentava saldo de R\$ 14.091 (R\$ 2.833 no passivo circulante e R\$ 11.258 no passivo não circulante) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo: (i) R\$ 8.755 constituídos pela CBN, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão referente os últimos 5 anos de vigência, descontados a valor presente, com taxas de 13,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos e cinco meses; e (ii) R\$ 2.503 constituída pela CRC, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o primeiro ciclo de investimentos no período de 10 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 33 anos e cinco meses. (iii) R\$ 2.833 constituída pela CRA, considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período em que se faz necessário a aplicação de tais manutenções para cada um dos trechos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 35 anos.</p> <p>17. Outras obrigações</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 31 de dezembro de 2021</th> <th>Consolidado 31 de dezembro de 2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Cotas de FIDC a pagar (a)</td> <td>18.134</td> <td>18.134</td> </tr> <tr> <td>Outras obrigações (b)</td> <td>5.377</td> <td>5.377</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>23.511</td> <td>23.511</td> </tr> </tbody> </table> <p>(a) Obrigação referente a cessão a título oneroso de 14.555 cotas subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, adquiridas em 28 de dezembro de 2021, a serem pagas em 30 de abril de 2022. (b) As demais obrigações, correspondem em sua maior parte a adiamento de clientes. 18. Impostos de renda e contribuição social diferidos – Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 31/12/2021</th> <th>Consolidado 31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Prejuízo fiscal e base negativa</td> <td>54.715</td> <td>54.715</td> </tr> <tr> <td>Margem de construção e outras diferenças temporárias</td> <td>(15.941)</td> <td>(15.941)</td> </tr> <tr> <td>Ganho por compra vantajosa em combinação de negócios</td> <td>(38.502)</td> <td>(38.502)</td> </tr> <tr> <td>Ativo diferido líquido</td> <td>272</td> <td>272</td> </tr> </tbody> </table> <p>As controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro abaixo:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Período</th> <th>CRC</th> <th>CRA</th> <th>CBN</th> <th>Consolidado</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2022</td> <td>159</td> <td>537</td> <td>3.601</td> <td>4.297</td> </tr> <tr> <td>2023</td> <td>218</td> <td>515</td> <td>3.862</td> <td>4.595</td> </tr> <tr> <td>2024</td> <td>469</td> <td>293</td> <td>4.782</td> <td>5.544</td> </tr> <tr> <td>2025</td> <td>660</td> <td>747</td> <td>5.502</td> <td>6.909</td> </tr> <tr> <td>2026 em diante</td> <td>1.210</td> <td>27.891</td> <td>4.269</td> <td>33.370</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>2.716</td> <td>29.983</td> <td>22.016</td> <td>54.715</td> </tr> </tbody> </table> <p>Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 31/12/2021</th> <th>Consolidado 31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>IR/CSSL diferido sobre ganho por compra vantajosa</td> <td>(38.502)</td> <td>(38.502)</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social diferidos – outros</td> <td>6.870</td> <td>6.870</td> </tr> <tr> <td>Imposto de renda e contribuição social no resultado</td> <td>(31.632)</td> <td>(31.632)</td> </tr> </tbody> </table> <p>19. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 472.264, representado por 472.264.376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2020, representado por 1.000 ações). Em 22 de novembro de 2021, com a transformação da Companhia em sociedade por ações, mencionada na Nota Explicativa nº 1, o valor do capital social permaneceu inalterado com a mesma quantidade de ações (1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal). Em 09 de abril de 2021, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (AFAC), no montante de R\$ 1.600. Em 26 de abril de 2021, foram subscritas 100.577.376 ações ordinárias, no montante de R\$ 100.627, as quais foram integralizadas mediante créditos decorrentes de contratos de mútuo junto à CRA no valor de R\$ 99.027 e conversão do AFAC realizado em 09 de abril de 2021 no montante de R\$ 1.600. Em 28 de abril de 2021, a Companhia recebeu Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (AFAC), no montante de R\$ 400. Em 28 de abril de 2021, foram subscritas 370.435.829 ações ordinárias, no montante de R\$ 370.436, as quais foram integralizadas mediante a integralidade das ações representativas do capital social da CBN (Nota Explicativa nº 4). Em 09 de julho de 2021 foram subscritas 1.200.000 ações ordinárias, no montante de R\$ 1.200, as quais foram totalmente integralizadas, parte delas como conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social (AFAC), no montante de R\$ 400. b) Reservas legal e de lucros</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 31 de dezembro de 2021</th> <th>Consolidado 31 de dezembro de 2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Lucro líquido do exercício</td> <td>79.768</td> <td>79.768</td> </tr> <tr> <td>Compensação de prejuízos acumulados</td> <td>(133)</td> <td>(133)</td> </tr> <tr> <td>Base de cálculo da reserva legal</td> <td>79.635</td> <td>79.635</td> </tr> <tr> <td>Constituição da reserva legal – 5% (i)</td> <td>(3.982)</td> <td>(3.982)</td> </tr> </tbody> </table> <p>22. Despesas gerais e administrativas</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 01/01 a 31/12/2021</th> <th>Consolidado 01/01 a 31/12/2021</th> <th>Controladora 14/07 a 31/12/2020</th> <th>Consolidado 16/10 a 31/12/2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Despesas com pessoal</td> <td>-</td> <td>(12.608)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Serviços de terceiros</td> <td>(231)</td> <td>(16.808)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Gastos gerais e administrativos</td> <td>(605)</td> <td>(4.375)</td> <td>-</td> <td>(69)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação e amortização</td> <td>-</td> <td>(6.029)</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>(836)</td> <td>(39.820)</td> <td>-</td> <td>(69)</td> </tr> </tbody> </table> <p>23. Resultado financeiro, líquido</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 31/12/2021</th> <th>Consolidado 31/12/2021</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Descontos obtidos</td> <td>-</td> <td>23</td> </tr> <tr> <td>Rendimentos de aplicação financeira</td> <td>3</td> <td>3.227</td> </tr> <tr> <td>Juros de contrato de mútuo</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Atualização monetária</td> <td>-</td> <td>1.031</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas financeiras</td> <td>-</td> <td>298</td> </tr> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>3</td> <td>4.579</td> </tr> <tr> <td>Juros de empréstimos</td> <td>(11.834)</td> <td>(33.022)</td> </tr> <tr> <td>Juros de debentures</td> <td>-</td> <td>(13.636)</td> </tr> <tr> <td>Juros de contrato de mútuo</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Juros de contratos de arrendamento</td> <td>-</td> <td>(71)</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas financeiras</td> <td>(459)</td> <td>(9.235)</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>(12.294)</td> <td>(55.964)</td> </tr> <tr> <td>Resultado financeiro, líquido</td> <td>(12.291)</td> <td>(51.385)</td> </tr> </tbody> </table> <p>24. Lucro (prejuízo) por ação – O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Controladora 01/01 a 31/12/2021</th> <th>Consolidado 01/01 a 31/12/2021</th> <th>Controladora 14/07 a 31/12/2020</th> <th>Consolidado 16/10 a 31/12/2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia</td> <td>79.768</td> <td>79.768</td> <td>(133)</td> <td>(69)</td> </tr> <tr> <td>Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação</td> <td>322.208</td> <td>322.208</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Lucro (prejuízo) por ação – Em Reais</td> <td>247,57</td> <td>247,57</td> <td>(132,88)</td> <td>(69,34)</td> </tr> </tbody> </table> <p>25. Partes relacionadas – Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui saldo de R\$ 25 decorrentes de transações com partes relacionadas com a sua controlada Verona, referente a pagamento de despesas por conta e ordem a serem ressarcidas (R\$ 51 em 31 de dezembro de 2020). Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou o montante de R\$ 4.859 (R\$ 3.207 em 31 de dezembro de 2020), referente à remuneração dos administradores.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>31/12/2021</th> <th>31/12/2020</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CBN</td> <td>1.516</td> <td>1.623</td> </tr> <tr> <td>CRC</td> <td>1.406</td> <td>538</td> </tr> <tr> <td>CRA</td> <td>508</td> <td>1.046</td> </tr> <tr> <td>Verona</td> <td>1.429</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Monte Rodovias</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>4.859</td> <td>3.207</td> </tr> </tbody> </table> <p>26. Contratos – a) Contrato de concessão: Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre o Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia (Seinfra), juntamente com o Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia (Derba), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, transporte e comunicações do Estado da Bahia (Agerba), e a Concessionária Bahia Norte (Companhia), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário "Concessão" dos trechos: BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, mediante a prestação de serviço pela Concessionária pelo prazo de 25 anos, a partir da data de assinatura do contrato. A Companhia deverá executar as obras de construção da rodovia seguindo a metodologia de execução pré-estabelecida, além de elaborar os estudos e projetos executivos e obter as licenças necessárias, incluindo as relacionadas à proteção ambiental. Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010 com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA-099 denominado de Via Metropolitana, para ser construído pela Concessionária e aditado em 05 (cinco) anos a vigência do Contrato, passando de 25 para 30 anos além de 03 parcelas de reequilíbrio tarifário. Durante o prazo de concessão, a Companhia deverá contratar e manter em vigor apólices de seguro de riscos operacionais, seguro garantia, seguro da frota de veículos e seguro de responsabilidade civil. A Companhia assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão: • Implantação de terceiras faixas; • Duplicação; • Implantação de acostamento; • Implantação de passarelas para pedestres; • Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; • Instalação de cabines de pedágio. b) Contrato de concessão – CRC: Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 5 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203. O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais. c) Contrato de concessão – CRA: O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia. Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4; em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5. Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 4 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei no 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária. Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R\$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 4 de janeiro de 2019. Em 13 de outubro de 2020 foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanços para 2022 e as perdas de receita</p>							Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021	Saldo em 31 de dezembro de 2020			Aquisição combinação de negócios – CBN (a)	681.162	681.162	Aquisição combinação de negócios – CRA (b)	104.762	104.762	Aquisição combinação de negócios – CRC (b)	40.010	40.010	(+) Captação	-	-	(+) Juros incorridos	33.022	33.022	(-) Juros pagos	(40.991)	(40.991)	(-) Amortizações	(153.288)	(153.288)	(+) Custos da transação	50	50	(+/-) Transferências	9.557	9.557	Saldo em 31 de dezembro de 2021	674.285	674.285		Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021	2022	61.402	61.402	2023	95.478	95.478	2024	100.848	100.848	2025	100.368	100.368	2026 em diante	299.272	299.272	Total	657.368	657.368		Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021	Movimentação			Saldo em 31 de dezembro de 2020			Aquisição combinação de negócios – CBN (a)	4.877	4.877	Aquisição combinação de negócios – CRA (b)	1.001	1.001	Aquisição combinação de negócios – CRC (b)	205	205	(+) Adições	3.926	3.926	(-) Amortizações	(4.564)	(4.564)	Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.445	5.445		Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021	Passivo circulante	1.554	1.554	Passivo não circulante	5.603	5.603	Total	7.157	7.157		Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021	Saldo em 31 de dezembro de 2020			Aquisição combinação de negócios – CBN (a)	7.120	7.120	Aquisição combinação de negócios – CRA (b)	1.067	1.067	Aquisição combinação de negócios – CRC (b)	66	66	(+) Adições	984	984	(+) Apropriação de juros	433	433	(-) Baixas	(2.513)	(2.513)	Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.157	7.157		Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021	Passivo de arrendamento			Cíveis	4.060	4.060	Trabalhistas	586	586	Total	4.646	4.646		Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021	Saldo em 31 de dezembro de 2020			Aquisição combinação de negócios – CBN (a)	2.335	2.335	Aquisição combinação de negócios – CRC (b)	1.039	1.039	Movimentação do período	1.272	1.272	Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.646	4.646		Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Cotas de FIDC a pagar (a)	18.134	18.134	Outras obrigações (b)	5.377	5.377	Total	23.511	23.511		Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021	Prejuízo fiscal e base negativa	54.715	54.715	Margem de construção e outras diferenças temporárias	(15.941)	(15.941)	Ganho por compra vantajosa em combinação de negócios	(38.502)	(38.502)	Ativo diferido líquido	272	272	Período	CRC	CRA	CBN	Consolidado	2022	159	537	3.601	4.297	2023	218	515	3.862	4.595	2024	469	293	4.782	5.544	2025	660	747	5.502	6.909	2026 em diante	1.210	27.891	4.269	33.370	Total	2.716	29.983	22.016	54.715		Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021	IR/CSSL diferido sobre ganho por compra vantajosa	(38.502)	(38.502)	Imposto de renda e contribuição social diferidos – outros	6.870	6.870	Imposto de renda e contribuição social no resultado	(31.632)	(31.632)		Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2021	Lucro líquido do exercício	79.768	79.768	Compensação de prejuízos acumulados	(133)	(133)	Base de cálculo da reserva legal	79.635	79.635	Constituição da reserva legal – 5% (i)	(3.982)	(3.982)		Controladora 01/01 a 31/12/2021	Consolidado 01/01 a 31/12/2021	Controladora 14/07 a 31/12/2020	Consolidado 16/10 a 31/12/2020	Despesas com pessoal	-	(12.608)	-	-	Serviços de terceiros	(231)	(16.808)	-	-	Gastos gerais e administrativos	(605)	(4.375)	-	(69)	Depreciação e amortização	-	(6.029)	-	-	Total	(836)	(39.820)	-	(69)		Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021	Descontos obtidos	-	23	Rendimentos de aplicação financeira	3	3.227	Juros de contrato de mútuo	-	-	Atualização monetária	-	1.031	Outras receitas financeiras	-	298	Receitas financeiras	3	4.579	Juros de empréstimos	(11.834)	(33.022)	Juros de debentures	-	(13.636)	Juros de contrato de mútuo	-	-	Juros de contratos de arrendamento	-	(71)	Outras despesas financeiras	(459)	(9.235)	Despesas financeiras	(12.294)	(55.964)	Resultado financeiro, líquido	(12.291)	(51.385)		Controladora 01/01 a 31/12/2021	Consolidado 01/01 a 31/12/2021	Controladora 14/07 a 31/12/2020	Consolidado 16/10 a 31/12/2020	Prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia	79.768	79.768	(133)	(69)	Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	322.208	322.208	-	-	Lucro (prejuízo) por ação – Em Reais	247,57	247,57	(132,88)	(69,34)		31/12/2021	31/12/2020	CBN	1.516	1.623	CRC	1.406	538	CRA	508	1.046	Verona	1.429	-	Monte Rodovias	-	-	Total	4.859	3.207
	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo em 31 de dezembro de 2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Aquisição combinação de negócios – CBN (a)	681.162	681.162																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Aquisição combinação de negócios – CRA (b)	104.762	104.762																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Aquisição combinação de negócios – CRC (b)	40.010	40.010																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(+) Captação	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(+) Juros incorridos	33.022	33.022																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(-) Juros pagos	(40.991)	(40.991)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(-) Amortizações	(153.288)	(153.288)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(+) Custos da transação	50	50																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(+/-) Transferências	9.557	9.557																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	674.285	674.285																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
2022	61.402	61.402																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
2023	95.478	95.478																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
2024	100.848	100.848																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
2025	100.368	100.368																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
2026 em diante	299.272	299.272																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Total	657.368	657.368																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Movimentação																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Saldo em 31 de dezembro de 2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Aquisição combinação de negócios – CBN (a)	4.877	4.877																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Aquisição combinação de negócios – CRA (b)	1.001	1.001																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Aquisição combinação de negócios – CRC (b)	205	205																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(+) Adições	3.926	3.926																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(-) Amortizações	(4.564)	(4.564)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.445	5.445																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Passivo circulante	1.554	1.554																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Passivo não circulante	5.603	5.603																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Total	7.157	7.157																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo em 31 de dezembro de 2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Aquisição combinação de negócios – CBN (a)	7.120	7.120																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Aquisição combinação de negócios – CRA (b)	1.067	1.067																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Aquisição combinação de negócios – CRC (b)	66	66																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(+) Adições	984	984																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(+) Apropriação de juros	433	433																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
(-) Baixas	(2.513)	(2.513)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.157	7.157																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Passivo de arrendamento																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Cíveis	4.060	4.060																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Trabalhistas	586	586																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Total	4.646	4.646																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo em 31 de dezembro de 2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
Aquisição combinação de negócios – CBN (a)	2.335	2.335																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Aquisição combinação de negócios – CRC (b)	1.039	1.039																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Movimentação do período	1.272	1.272																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.646	4.646																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Cotas de FIDC a pagar (a)	18.134	18.134																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Outras obrigações (b)	5.377	5.377																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Total	23.511	23.511																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Prejuízo fiscal e base negativa	54.715	54.715																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Margem de construção e outras diferenças temporárias	(15.941)	(15.941)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Ganho por compra vantajosa em combinação de negócios	(38.502)	(38.502)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Ativo diferido líquido	272	272																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Período	CRC	CRA	CBN	Consolidado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
2022	159	537	3.601	4.297																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
2023	218	515	3.862	4.595																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
2024	469	293	4.782	5.544																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
2025	660	747	5.502	6.909																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
2026 em diante	1.210	27.891	4.269	33.370																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	2.716	29.983	22.016	54.715																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
IR/CSSL diferido sobre ganho por compra vantajosa	(38.502)	(38.502)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Imposto de renda e contribuição social diferidos – outros	6.870	6.870																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(31.632)	(31.632)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
	Controladora 31 de dezembro de 2021	Consolidado 31 de dezembro de 2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Lucro líquido do exercício	79.768	79.768																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Compensação de prejuízos acumulados	(133)	(133)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Base de cálculo da reserva legal	79.635	79.635																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Constituição da reserva legal – 5% (i)	(3.982)	(3.982)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
	Controladora 01/01 a 31/12/2021	Consolidado 01/01 a 31/12/2021	Controladora 14/07 a 31/12/2020	Consolidado 16/10 a 31/12/2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Despesas com pessoal	-	(12.608)	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Serviços de terceiros	(231)	(16.808)	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Gastos gerais e administrativos	(605)	(4.375)	-	(69)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Depreciação e amortização	-	(6.029)	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Total	(836)	(39.820)	-	(69)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Descontos obtidos	-	23																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Rendimentos de aplicação financeira	3	3.227																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Juros de contrato de mútuo	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Atualização monetária	-	1.031																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Outras receitas financeiras	-	298																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Receitas financeiras	3	4.579																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Juros de empréstimos	(11.834)	(33.022)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Juros de debentures	-	(13.636)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Juros de contrato de mútuo	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Juros de contratos de arrendamento	-	(71)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Outras despesas financeiras	(459)	(9.235)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Despesas financeiras	(12.294)	(55.964)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Resultado financeiro, líquido	(12.291)	(51.385)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
	Controladora 01/01 a 31/12/2021	Consolidado 01/01 a 31/12/2021	Controladora 14/07 a 31/12/2020	Consolidado 16/10 a 31/12/2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Prejuízo atribuído aos acionistas da Companhia	79.768	79.768	(133)	(69)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	322.208	322.208	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
Lucro (prejuízo) por ação – Em Reais	247,57	247,57	(132,88)	(69,34)																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
	31/12/2021	31/12/2020																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
CBN	1.516	1.623																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
CRC	1.406	538																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
CRA	508	1.046																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Verona	1.429	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Monte Rodovias	-	-																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
Total	4.859	3.207																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									

Publicidade Legal

... continuação

Monte Rodovias S.A.

Modalidade Vigência	Riscos operacionais	Responsabilidade civil geral	Responsabilidade civil - D&O	Seguro garantia	Veículos
Monte Rodovias			agosto-22		
CBN	dezembro-22	dezembro-22	agosto-22	agosto-22	setembro-22
CRC	dezembro-22	dezembro-22	agosto-22	maio-22	setembro-22
CRA	dezembro-22	dezembro-22	agosto-22	maio-22	
Cobertura					
Monte Rodovias			40.000		
CBN	250.000	40.000	40.000	39.484	110% tabela FIPE
CRC	100.000	40.000	40.000	679	1.000
CRA	140.500	40.000	20.000	37.035	

28. Eventos subsequentes – Em janeiro de 2022, a Companhia recebeu dividendos da sua controlada direta Verona em no valor de R\$ 21.200 mil. Em 20 de Janeiro de 2022, a Companhia realizou o pagamento das debêntures emitidas em 14 de abril de 2021 no montante de R\$ 20.000, sendo R\$ 11.704 referente a amortização de principal, R\$ 6.901 referente a juros incorrido no período e R\$ 1.395 referente ao prêmio por pré-pagamento.

Julio Cezar Troiano Zogbi
Diretor Presidente

Fábio Bonini Tararam
Diretor Vice-Presidente Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Wilman Sanchez Moitinho
Contador – CRC 1SP 289.876/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Monte Rodovias S.A.**, São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Monte Rodovias S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Procedimentos arbitrais – Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”) e Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”)** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a CBN e a CRA, controladas da Companhia, são partes de procedimentos arbitrais conduzidos pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC), tendo como requerentes o Consórcio Construtor BA-093 e o Consórcio Expressway, que teve como objetivo de dirimir conflitos originados dos contratos de execução de obras de adequação e construção das rodovias concessionadas, com alegação de custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de construção. Com relação ao processo arbitral movido pela CBN, este encontra-se em andamento, havendo esclarecimentos e provas a serem apresentados pelas partes no decorrer de toda a fase instrutória. No que se refere aos resultados, a administração da CBN e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para mensuração, bem como para determinação de eventual perda ou ganho, o que deverá ser definido apenas na fase decisória do procedimento arbitral. Com relação ao processo arbitral movido pela CRA, em 1º de dezembro de 2020, foi proferida sentença arbitral parcial, onde o Tribunal Arbitral julgou parcialmente procedente os pedidos de ambas as partes. Em 16 de dezembro de 2020, a CRA apresentou pedido de esclarecimentos, apontando inúmeros vícios na apreciação da matéria pelo Tribunal Arbitral que, em 05 de janeiro de 2021, determinou a manifestação das partes a respeito até 20 de janeiro de 2021, o que foi por elas cumprido, em 10 de janeiro de 2022 o Tribunal Arbitral o prazo de 11 de março de 2022 para que as partes submetam as alegações finais. Até a presente data aguarda-se decisão a respeito do pedido de esclarecimentos feitos pela CRA. De acordo com o contrato de compra e venda da CBN e da CRA pelo Grupo Monte Rodovias, celebrado em 07 de fevereiro de 2020 e aditivos posteriores, ficou estabelecido que: (i) em caso de decisão desfavorável à CBN e à CRA, os vendedores têm a obrigação de indenizar a CBN e a CRA em relação a quaisquer perdas decorrentes destes procedimentos de arbitragem. Tal indenização é (i) sem limitação de valor e prazo e respaldada por contratos acessórios de proteção e garantias; e (ii) em caso de decisão favorável à CBN e à CRA, os vendedores têm o direito de receber quaisquer valores de indenização, líquidos de impostos, decorrentes deste procedimento de arbitragem, desde que percebidos financeiramente pela CBN e CRA. Destaca-se que eventuais perdas com arbitragens, de acordo com o contrato de concessão, são passíveis de reequilíbrio econômico-financeiro em favor das concessionárias. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto. **Valores correspondentes a períodos comparativos:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.1, a Companhia foi constituída em 14 de julho de 2020 e adquiriu sua controlada direta, a Verona Holding Participações Societárias S.A. (“Verona”), em 16 de outubro de 2020. Desta forma, os saldos nos balanços patrimoniais e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, da controladora e do consolidado, em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins comparativos, compreendem as operações para os períodos iniciados a partir daquelas datas. Nossa opinião não está ressalvada com relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. 1. Receitas de pedágio (Notas Explicativas nos 2.20 e 19) **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** As receitas de pedágios das controladas da Companhia são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização das rodovias pelos usuários. O processo de reconhecimento dessas receitas é altamente dependente de sistemas de tecnologia da informação, além de considerar outros aspectos complexos que podem afetar seu reconhecimento. Como consequência, este assunto foi considerado significativo em nossa auditoria devido às receitas de pedágios, incluindo as respectivas informações geradas pelo ambiente de tecnologia da informação das controladas da Companhia, terem requerido a realização de procedimentos de auditoria com envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação que, entre outros procedimentos, examinaram o desenho e efetuaram avaliação e testes de integridade no ambiente de tecnologia da informação, objetivando atestar a suficiência e adequação para suportar o processo de captura, processamento, reconhecimento e divulgação das receitas de pedágios. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, identificamos os sistemas relevantes que suportam o processo de reconhecimento de receitas de pedágios, avaliamos o desenho dos controles gerais do ambiente de processamento e testamos a efetividade operacional desses controles, incluindo, quando necessário, os testes de controles compensatórios relacionados com a operação, segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas relevantes voltados ao citado processo. Realizamos também testes de detalhes nas respectivas transações e testes nas reconciliações fornecidas pelas controladas da Companhia e avaliamos se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram as respectivas informações relevantes. Com base no resultado dos efetuados, consideramos que as de receita de pedágios, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. 2. Ativo intangível – reconhecimento do custo e avaliação do valor recuperável (Notas Explicativas nos 2.14 e 11) **Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** Conforme apresentado na Notas Explicativas nos 2.14 e 11 as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Companhia reconhece ativo intangível referente aos gastos com recuperações, construções e melhorias realizados nos trechos rodoviários sob concessão decorrentes dos contratos de concessão de duas controladas (cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 1.376.772 mil). Em atendimento à interpretação Técnica ICPC 01 (R1), esses gastos são realizados para construção da infraestrutura em atendimento aos contratos de concessão e não são registrados como ativo imobilizado, tendo em vista que os contratos de concessão não transferem à Companhia e suas controladas o direito de controlarem o uso da infraestrutura de serviços públicos. Adicionalmente, considerando a geração recorrente de prejuízos e conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro, a administração da Companhia realizou teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível no referido período. O reconhecimento desses gastos como ativo intangível impactam na apuração do custo de construção e, consequentemente, na determinação da receita de construção, conforme Nota Explicativa nº 2.1 e nº 19 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Além disso, tendo em vista que as estimativas e projeções utilizadas na avaliação do valor recuperável estão intrinsecamente sujeitas às incertezas e aos eventos ou fatores além do controle da administração (especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros que podem trazer impactos significativos na perspectiva de realização do ativo intangível), a relevância dos valores envolvidos e do nível de julgamento requerido para a identificação, valorização, registro e estimativa do prazo de amortização, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Realizamos testes documentais, em base de amostragem, para avaliação da natureza e valores capitalizados como ativo intangível (bem como testes de recálculo da amortização e avaliação das premissas utilizadas para a determinação dos respectivos prazos de amortização). Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em avaliação econômico-financeira: (i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo de recuperação econômica e avaliamos se os dados considerados no estudo eram razoáveis e suportados de acordo com as práticas de mercado observáveis; (ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas em estudos anteriores e o respectivo desempenho em comparação com o resultado efetivamente obtido; e (iii) avaliamos as premissas utilizadas na estruturação dos fluxos de caixa projetados e a razoabilidade da taxa de desconto utilizada no modelo econômico-financeiro preparados pela Companhia. Com base no resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os saldos do ativo intangível, respectivos valores recuperáveis e respectivas divulgações no período apresentado estão adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. 3. Empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas Explicativas nos 2.16, 12 e 13) **Motivo pelo qual o assunto foi tratado como principal assunto de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2021, os saldos consolidados dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo circulante e não circulante eram de R\$ 16.917 mil e R\$ 657.368 mil, respectivamente, e o saldo de debêntures no valor de R\$ 281.338 mil, reconhecido no passivo não circulante. Devido à representatividade dos saldos em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto e necessidade de cumprimento de determinadas cláusulas restritivas (“covenants”) por parte da Companhia e de suas controladas que, se não cumpridas, poderiam ocasionar o vencimento antecipado das dívidas, este assunto foi considerado significativo em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a discussão com a administração sobre o plano de negócios e medidas tomadas para renegociação das dívidas, testes substantivos na movimentação dos saldos de empréstimos e financiamentos (incluindo adições, amortizações, recalculos dos encargos financeiros e avaliação da classificação entre passivo circulante e não circulante) nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, confirmação dos saldos junto aos credores dos empréstimos e financiamentos, análise e testes de aderência com relação às cláusulas contratuais e restritivas, bem como análise das respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Com base no resultado dos procedimentos efetuados, consideramos que os saldos de empréstimos e financiamentos, assim como as respectivas classificações e divulgações, estão adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Standards Accounting Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que alguma lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2022

Grant Thornton
Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Ednilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Sob peso de tecnologia, Wall St recua por temor de Fed agressivo

Os principais índices de Wall Street caíram nesta terça-feira, arrastados pela fraqueza de ações de tecnologia e outros setores de crescimento, depois de comentários da diretora do Federal Reserve Lael Brainard assustarem

investidores ao sugerir a possibilidade de ações agressivas do banco central para controlar a inflação.

O Nasdaq, com forte peso de ações de tecnologia, registrou sua maior queda percentual diária em cerca de um mês, com quedas em ações

de pesos pesados como Apple Inc e Amazon.com Inc.

Em uma conferência nesta terça-feira, Brainard disse que espera aumentos metódicos das taxas de juros e reduções rápidas no balanço do Fed para levar a política monetária dos EUA a uma

“posição mais neutra” ainda neste ano, com mais apertos a seguir, conforme necessário.

Os comentários de Brainard “deixaram claro que o Fed está prestes a se tornar mais agressivo”, disse Kristina Hooper, estrategista-chefe de mercado global da Inves-

co. “Isso certamente está tendo um efeito negativo sobre as ações devido a preocupações de que isso aumente a probabilidade de uma recessão”, disse Hooper.

ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

lizados usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". 2.4.3. **Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, em taxas de perdas esperadas. A Companhia e suas controladas aplicam julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 3.1. 2.4.4. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. 2.5. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, onde há a adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente. A Companhia e suas controladas adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designaram os seguintes instrumentos e objetos para proteção de riscos com base em sua política de Hedge Accounting atualizada em 1º de julho de 2021, para possibilitar a designação de outros instrumentos de proteção, e atualmente é como segue: a) **Instrumentos de hedge:** • Instrumentos financeiros de dívidas não derivativos, atrelados ao dólar norte-americano (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – "ACC", Pré-pagamento de Exportação – "PPE", Partes relacionadas Nota de Crédito à Exportação – "NCE", entre outros); • Instrumentos financeiros financeiros (*Swap* de câmbio). b) **Objeto de hedge:** Projeções de vendas ou compromissos firmes futuros, ambos de *commodity* e denominados em moeda estrangeira (USD), onde a expectativa é considerada altamente provável, consubstanciada na projeção de vendas do departamento comercial do Grupo. c) **Riscos protegidos:** O risco protegido é o risco da variação cambial de 1 dólar por 1 dólar, da exportação da venda futura de *commodity* devido a flutuação cambial entre o dólar estado-unidense e o real brasileiro. 2.5.1. **Hedge de fluxo de caixa:** A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". A movimentação que compõe o resultado abrangente, o qual é apresentado líquido da porção transferida para resultados financeiros. Estes valores acumulados no patrimônio são transferidos para a demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando da realização da venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva e não efetiva dos instrumentos de *hedge*, ou seja, os empréstimos em moeda estrangeira e *swaps* de taxas de câmbio são reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". 2.6. **Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. 2.7. **Outros ativos e passivos circulante e não circulante:** Os outros ativos estão a valor de custo ou valor justo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: 3.1. **Valor justo dos ativos biológicos:** 3.1.1. **Lavoura de cana-de-açúcar:** O valor justo dos ativos biológicos do Grupo representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da utilização de dados internos e da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. Essa avaliação é realizada conforme orientações do CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, e considera a melhor estimativa do Grupo na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: Entradas de caixa: produtividade estimada para a área plantada dos canaviais, a quantidade de ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana-de-açúcar e aos preços futuros estimados do ATR; Saídas de caixa: custos necessários para os tratamentos culturais futuros até o momento da colheita, custo de capital (parceria agrícola para utilização de terras, máquinas e equipamentos e mão de obra), custo de oportunidade da planta portadora (ativo contribuinte) e taxa de desconto (Nota 11). O resultado nessa avaliação pode ser muito diferente do resultado apresentado caso alguma ou várias dessas premissas não se confirmem. Nesse contexto, o Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo menos despesas de venda do ativo biológico em 31 de dezembro de 2021, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das variáveis (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, mantendo as demais variáveis de cálculo inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% na média móvel de 6 meses, no preço futuro do açúcar (tela da bolsa de Nova Iorque, Sugar #11) para o exercício de 2022, resultaria no aumento ou redução de, aproximadamente, R\$ 59.319 no valor do ativo biológico em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, se a estimativa projetada de produção da cana-de-açúcar variasse para mais ou para menos em 5%, o valor do ativo biológico seria aumentado ou reduzido em, aproximadamente, R\$ 52.015. Com base nas premissas observadas na mensuração recorrente do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, classificamos a hierarquia como nível 3. 3.1.2. **Lavoura de grãos:** O Grupo considera a melhor estimativa na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa de soja e milho, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, a: Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada medida em sacas de 60 quilos para milho e soja e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto. Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica das culturas até a colheita, (ii) custos com a colheita, (iii) custos de capital (parceria agrícola para utilização de terras, mão de obra e de máquinas e equipamentos) e (iv) taxa de desconto. Com base nas premissas observadas na mensuração recorrente do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, classificamos a hierarquia como nível 3. Nesse contexto, o Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo menos despesas de venda do ativo biológico em 31 de dezembro de 2021, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos da variável (i) preço da saca de soja, mantendo as demais variáveis de cálculo inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço futuro da soja (tela da bolsa de Chicago - CBO1) para o exercício de 2022, resultaria no aumento ou redução de, aproximadamente, R\$ 2.720 no valor do ativo biológico em 31 de dezembro de 2021. 3.2. **Imposto de renda, e contribuição social diferidos:** A Companhia e suas controladas reconhecem contabilmente os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias e sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. A realização dos créditos tributários diferidos constituídos é avaliada com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. 3.3. **Tratamentos fiscais incertos:** De acordo com a interpretação ICPC 22, a administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias, ou seja, nos últimos 5 anos. Na avaliação da administração não foram identificados impactos da referida interpretação. 3.4. **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A administração do Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. 3.5. **Taxa incremental de juros sobre arrendamentos:** A administração do Grupo estima uma taxa incremental sobre os arrendamentos considerando a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante. A adoção do CPC 06 R2 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos que possuem características similares. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa, utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimos.

4. Gestão de risco financeiro
4.1. **Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco do Grupo estabelecida pelo Comitê de Risco, o qual avalia o risco das posições (volumes, custos e preços) em mercadorias agrícolas de sua produção e adquiridas de terceiros, quando for o caso, nos mercados SPOT, Futuros e Opções, no Brasil e no exterior, incluindo o uso de instrumentos financeiros derivativos, e em relação aos riscos cambiais e de taxa de juros. 4.1.1. **Risco de mercado:** Os riscos de mercado são protegidos de acordo com a estratégia corporativa nas condições da política de gerenciamento de riscos. O Grupo contrata derivativos para reduzir sua exposição aos riscos de mercado. a) **Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo tem monitorado continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. b) **Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentam valores captados no mercado. A ocorrência de "descompasso" de tempo e valor entre esses ativos e passivos é administrada por meio da utilização dos mecanismos de proteção ("hedging") disponíveis no mercado, conforme decisão da administração da Companhia e suas controladas. c) **Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia e suas controladas consideram o nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de suas carteiras de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas suas contas a receber. As vendas dos principais produtos do Grupo são centralizadas em poucos clientes, porém com boa qualidade creditícia, com baixo risco de inadimplência.

4.2. **Gestão de risco financeiro:** O Grupo utiliza o método da taxa efetiva de juros para mensurar o valor justo dos ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". 2.4.3. **Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, em taxas de perdas esperadas. A Companhia e suas controladas aplicam julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 3.1. 2.4.4. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. 2.5. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, onde há a adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente. A Companhia e suas controladas adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designaram os seguintes instrumentos e objetos para proteção de riscos com base em sua política de Hedge Accounting atualizada em 1º de julho de 2021, para possibilitar a designação de outros instrumentos de proteção, e atualmente é como segue: a) **Instrumentos de hedge:** • Instrumentos financeiros de dívidas não derivativos, atrelados ao dólar norte-americano (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – "ACC", Pré-pagamento de Exportação – "PPE", Partes relacionadas Nota de Crédito à Exportação – "NCE", entre outros); • Instrumentos financeiros financeiros (*Swap* de câmbio). b) **Objeto de hedge:** Projeções de vendas ou compromissos firmes futuros, ambos de *commodity* e denominados em moeda estrangeira (USD), onde a expectativa é considerada altamente provável, consubstanciada na projeção de vendas do departamento comercial do Grupo. c) **Riscos protegidos:** O risco protegido é o risco da variação cambial de 1 dólar por 1 dólar, da exportação da venda futura de *commodity* devido a flutuação cambial entre o dólar estado-unidense e o real brasileiro. 2.5.1. **Hedge de fluxo de caixa:** A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". A movimentação que compõe o resultado abrangente, o qual é apresentado líquido da porção transferida para resultados financeiros. Estes valores acumulados no patrimônio são transferidos para a demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando da realização da venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva e não efetiva dos instrumentos de *hedge*, ou seja, os empréstimos em moeda estrangeira e *swaps* de taxas de câmbio são reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". 2.6. **Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. 2.7. **Outros ativos e passivos circulante e não circulante:** Os outros ativos estão a valor de custo ou valor justo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: 3.1. **Valor justo dos ativos biológicos:** 3.1.1. **Lavoura de cana-de-açúcar:** O valor justo dos ativos biológicos do Grupo representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da utilização de dados internos e da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. Essa avaliação é realizada conforme orientações do CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, e considera a melhor estimativa do Grupo na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: Entradas de caixa: produtividade estimada para a área plantada dos canaviais, a quantidade de ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana-de-açúcar e aos preços futuros estimados do ATR; Saídas de caixa: custos necessários para os tratamentos culturais futuros até o momento da colheita, custo de capital (parceria agrícola para utilização de terras, máquinas e equipamentos e mão de obra), custo de oportunidade da planta portadora (ativo contribuinte) e taxa de desconto (Nota 11). O resultado nessa avaliação pode ser muito diferente do resultado apresentado caso alguma ou várias dessas premissas não se confirmem. Nesse contexto, o Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo menos despesas de venda do ativo biológico em 31 de dezembro de 2021, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das variáveis (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, mantendo as demais variáveis de cálculo inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% na média móvel de 6 meses, no preço futuro do açúcar (tela da bolsa de Nova Iorque, Sugar #11) para o exercício de 2022, resultaria no aumento ou redução de, aproximadamente, R\$ 59.319 no valor do ativo biológico em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, se a estimativa projetada de produção da cana-de-açúcar variasse para mais ou para menos em 5%, o valor do ativo biológico seria aumentado ou reduzido em, aproximadamente, R\$ 52.015. Com base nas premissas observadas na mensuração recorrente do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, classificamos a hierarquia como nível 3. 3.1.2. **Lavoura de grãos:** O Grupo considera a melhor estimativa na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa de soja e milho, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, a: Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada medida em sacas de 60 quilos para milho e soja e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto. Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica das culturas até a colheita, (ii) custos com a colheita, (iii) custos de capital (parceria agrícola para utilização de terras, mão de obra e de máquinas e equipamentos) e (iv) taxa de desconto. Com base nas premissas observadas na mensuração recorrente do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, classificamos a hierarquia como nível 3. Nesse contexto, o Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo menos despesas de venda do ativo biológico em 31 de dezembro de 2021, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos da variável (i) preço da saca de soja, mantendo as demais variáveis de cálculo inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço futuro da soja (tela da bolsa de Chicago - CBO1) para o exercício de 2022, resultaria no aumento ou redução de, aproximadamente, R\$ 2.720 no valor do ativo biológico em 31 de dezembro de 2021. 3.2. **Imposto de renda, e contribuição social diferidos:** A Companhia e suas controladas reconhecem contabilmente os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias e sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. A realização dos créditos tributários diferidos constituídos é avaliada com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. 3.3. **Tratamentos fiscais incertos:** De acordo com a interpretação ICPC 22, a administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias, ou seja, nos últimos 5 anos. Na avaliação da administração não foram identificados impactos da referida interpretação. 3.4. **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A administração do Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. 3.5. **Taxa incremental de juros sobre arrendamentos:** A administração do Grupo estima uma taxa incremental sobre os arrendamentos considerando a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante. A adoção do CPC 06 R2 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos que possuem características similares. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa, utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimos.

4. Gestão de risco financeiro
4.1. **Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco do Grupo estabelecida pelo Comitê de Risco, o qual avalia o risco das posições (volumes, custos e preços) em mercadorias agrícolas de sua produção e adquiridas de terceiros, quando for o caso, nos mercados SPOT, Futuros e Opções, no Brasil e no exterior, incluindo o uso de instrumentos financeiros derivativos, e em relação aos riscos cambiais e de taxa de juros. 4.1.1. **Risco de mercado:** Os riscos de mercado são protegidos de acordo com a estratégia corporativa nas condições da política de gerenciamento de riscos. O Grupo contrata derivativos para reduzir sua exposição aos riscos de mercado. a) **Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo tem monitorado continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. b) **Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentam valores captados no mercado. A ocorrência de "descompasso" de tempo e valor entre esses ativos e passivos é administrada por meio da utilização dos mecanismos de proteção ("hedging") disponíveis no mercado, conforme decisão da administração da Companhia e suas controladas. c) **Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia e suas controladas consideram o nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de suas carteiras de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas suas contas a receber. As vendas dos principais produtos do Grupo são centralizadas em poucos clientes, porém com boa qualidade creditícia, com baixo risco de inadimplência.

4.2. **Gestão de risco financeiro:** O Grupo utiliza o método da taxa efetiva de juros para mensurar o valor justo dos ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". 2.4.3. **Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, em taxas de perdas esperadas. A Companhia e suas controladas aplicam julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 3.1. 2.4.4. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. 2.5. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, onde há a adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente. A Companhia e suas controladas adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designaram os seguintes instrumentos e objetos para proteção de riscos com base em sua política de Hedge Accounting atualizada em 1º de julho de 2021, para possibilitar a designação de outros instrumentos de proteção, e atualmente é como segue: a) **Instrumentos de hedge:** • Instrumentos financeiros de dívidas não derivativos, atrelados ao dólar norte-americano (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – "ACC", Pré-pagamento de Exportação – "PPE", Partes relacionadas Nota de Crédito à Exportação – "NCE", entre outros); • Instrumentos financeiros financeiros (*Swap* de câmbio). b) **Objeto de hedge:** Projeções de vendas ou compromissos firmes futuros, ambos de *commodity* e denominados em moeda estrangeira (USD), onde a expectativa é considerada altamente provável, consubstanciada na projeção de vendas do departamento comercial do Grupo. c) **Riscos protegidos:** O risco protegido é o risco da variação cambial de 1 dólar por 1 dólar, da exportação da venda futura de *commodity* devido a flutuação cambial entre o dólar estado-unidense e o real brasileiro. 2.5.1. **Hedge de fluxo de caixa:** A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". A movimentação que compõe o resultado abrangente, o qual é apresentado líquido da porção transferida para resultados financeiros. Estes valores acumulados no patrimônio são transferidos para a demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando da realização da venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva e não efetiva dos instrumentos de *hedge*, ou seja, os empréstimos em moeda estrangeira e *swaps* de taxas de câmbio são reconhecidos na demonstração do resultado como "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". Quando um instrumento de *hedge* vence ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido no resultado quando a operação for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". 2.6. **Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. 2.7. **Outros ativos e passivos circulante e não circulante:** Os outros ativos estão a valor de custo ou valor justo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: 3.1. **Valor justo dos ativos biológicos:** 3.1.1. **Lavoura de cana-de-açúcar:** O valor justo dos ativos biológicos do Grupo representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da utilização de dados internos e da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados. Essa avaliação é realizada conforme orientações do CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, e considera a melhor estimativa do Grupo na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa da cana-de-açúcar, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, substancialmente, a: Entradas de caixa: produtividade estimada para a área plantada dos canaviais, a quantidade de ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana-de-açúcar e aos preços futuros estimados do ATR; Saídas de caixa: custos necessários para os tratamentos culturais futuros até o momento da colheita, custo de capital (parceria agrícola para utilização de terras, máquinas e equipamentos e mão de obra), custo de oportunidade da planta portadora (ativo contribuinte) e taxa de desconto (Nota 11). O resultado nessa avaliação pode ser muito diferente do resultado apresentado caso alguma ou várias dessas premissas não se confirmem. Nesse contexto, o Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo menos despesas de venda do ativo biológico em 31 de dezembro de 2021, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das variáveis (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, (ii) volume de produção de cana-de-açúcar, mantendo as demais variáveis de cálculo inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% na média móvel de 6 meses, no preço futuro do açúcar (tela da bolsa de Nova Iorque, Sugar #11) para o exercício de 2022, resultaria no aumento ou redução de, aproximadamente, R\$ 59.319 no valor do ativo biológico em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, se a estimativa projetada de produção da cana-de-açúcar variasse para mais ou para menos em 5%, o valor do ativo biológico seria aumentado ou reduzido em, aproximadamente, R\$ 52.015. Com base nas premissas observadas na mensuração recorrente do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, classificamos a hierarquia como nível 3. 3.1.2. **Lavoura de grãos:** O Grupo considera a melhor estimativa na determinação das premissas utilizadas para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa de soja e milho, na data das demonstrações financeiras. Essas premissas dizem respeito, a: Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada medida em sacas de 60 quilos para milho e soja e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto. Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica das culturas até a colheita, (ii) custos com a colheita, (iii) custos de capital (parceria agrícola para utilização de terras, mão de obra e de máquinas e equipamentos) e (iv) taxa de desconto. Com base nas premissas observadas na mensuração recorrente do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, classificamos a hierarquia como nível 3. Nesse contexto, o Grupo avaliou o impacto sobre o valor justo menos despesas de venda do ativo biológico em 31 de dezembro de 2021, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos da variável (i) preço da saca de soja, mantendo as demais variáveis de cálculo inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço futuro da soja (tela da bolsa de Chicago - CBO1) para o exercício de 2022, resultaria no aumento ou redução de, aproximadamente, R\$ 2.720 no valor do ativo biológico em 31 de dezembro de 2021. 3.2. **Imposto de renda, e contribuição social diferidos:** A Companhia e suas controladas reconhecem contabilmente os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias e sobre os saldos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. A realização dos créditos tributários diferidos constituídos é avaliada com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. 3.3. **Tratamentos fiscais incertos:** De acordo com a interpretação ICPC 22, a administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias, ou seja, nos últimos 5 anos. Na avaliação da administração não foram identificados impactos da referida interpretação. 3.4. **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A administração do Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. 3.5. **Taxa incremental de juros sobre arrendamentos:** A administração do Grupo estima uma taxa incremental sobre os arrendamentos considerando a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante. A adoção do CPC 06 R2 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos que possuem características similares. A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser em função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa, utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimos.

4. Gestão de risco financeiro
4.1. **Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco do Grupo estabelecida pelo Comitê de Risco, o qual avalia o risco das posições (volumes, custos e preços) em mercadorias agrícolas de sua produção e adquiridas de terceiros, quando for o caso, nos mercados SPOT, Futuros e Opções, no Brasil e no exterior, incluindo o uso de instrumentos financeiros derivativos, e em relação aos riscos cambiais e de taxa de juros. 4.1.1. **Risco de mercado:** Os riscos de mercado são protegidos de acordo com a estratégia corporativa nas condições da política de gerenciamento de riscos. O Grupo contrata derivativos para reduzir sua exposição aos riscos de mercado. a) **Risco com taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo tem monitorado continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. b) **Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzem valores nominais faturados ou aumentam valores captados no mercado. A ocorrência de "descompasso" de tempo e valor entre esses ativos e passivos é administrada por meio da utilização dos mecanismos de proteção ("hedging") disponíveis no mercado, conforme decisão da administração da Companhia e suas controladas. c) **Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia e suas controladas consideram o nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de suas carteiras de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas suas contas a receber. As vendas dos principais produtos do Grupo são centralizadas em poucos clientes, porém com boa qualidade creditícia, com baixo risco de inadimplência.

4.2. **Gestão de risco financeiro:** O Grupo utiliza o método da taxa efetiva de juros para mensurar o valor justo dos ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". 2.4.3. **Perda (impairment) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, em taxas de perdas esperadas. A Companhia e suas controladas aplicam julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 3.1. 2.4.4. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. 2.5. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, onde há a adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente. A Companhia e suas controladas adotaram a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designaram os seguintes instrumentos e objetos para proteção de riscos com base em sua política de Hedge Accounting atualizada em 1º de julho de 2021, para possibilitar a designação de outros instrumentos de proteção, e atualmente é como segue: a) **Instrumentos de hedge:** • Instrumentos financeiros de dívidas não derivativos, atrelados ao dólar norte-americano (Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – "ACC", Pré-pagamento de Exportação – "PPE", Partes relacionadas Nota de Crédito à Exportação – "NCE", entre outros); • Instrumentos financeiros financeiros (*Swap* de câmbio). b) **Objeto de hedge**

ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

(iv) O REINTEGRA é vinculado às Operações de Exportação, esse crédito será utilizado para compensação de outros tributos federais administrados pela Receita Federal. (v) O IPI - créditos vinculados a compra de insumos para industrialização do Açúcar Cristal tributado à alíquota zero, após a transmissão dos Pedidos de Ressarcimento, os valores serão utilizados para compensação de outros tributos federais administrados pela Receita Federal.

11. ATIVO BIOLÓGICO (CONSOLIDADO)

• **Cana-de-açúcar:** Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía área total cultivável de 185.806 hectares (2020 - 176.651 hectares) de terras cultiváveis nos Estados de Mato Grosso do Sul e Minas Gerais em terras de parceria agrícola. Essa cana-de-açúcar é tributada como matéria-prima no processo industrial para a fabricação de açúcar, etanol e energia. Na controladora "UMA" do total de terras cultiváveis 1.367 hectares (2020 - 1.820) foram destinadas para o cultivo de cana orgânica. O cultivo da cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano safra, a soqueira tratada cresce novamente, e produz em média seis safras. Quando existem terras próprias as lavouras e as plantas portadoras, são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos, exceto quanto a inclusão do custo de oportunidade destes ativos contributórios no fluxo de caixa descontado para mensuração do ativo (Nota 3.2.1). • **Grãos:** Em 31 de dezembro de 2021, as lavouras de soja e milho são mensuradas pelo valor justo menos as despesas de vendas, a partir do momento que possui transformação biológica significativa. O Grupo possui áreas cultiváveis em terras de parceria agrícola em cerca de 13.425 hectares (2020 - 7.896 hectares). **11.1. Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo menos despesas de venda dos ativos biológicos:** 11.1.1. **Modelo e premissas da cana-de-açúcar:** Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produtividade estimada para a área plantada dos canaviais; (ii) quantidade de ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de para a cana-de-açúcar, e (iii) do preço estimado do mercado futuro do açúcar total ATR. Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para os tratamentos culturais futuros até o momento da colheita (ii) custo de capital (parceria agrícola para utilização de terras, máquinas e equipamentos e mão de obra, (iii) custo de oportunidade da planta portadora (ativo contributório) e (v) taxa de desconto. Com base na estimativa de receitas e custos, o Grupo determina os fluxos de caixa dos 12 meses futuros a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações do valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica de "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizados na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados a cada apresentação das demonstrações financeiras e, se necessário, ajustados. As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor:

	Consolidado	2021	2020
Área total estimada de colheita (ha)		164.124	158.497
Produtividade prevista (ton/ha)		61	82
Quantidade de ATR por ton. de cana-de-açúcar		128	128
Preço médio projetado de ATR (R\$)		1,30	0,84

A taxa de desconto (antes dos impostos) utilizada para o cálculo do valor justo destes ativos biológicos considera a taxa do CDI + spread de 2,5%. Em 31 de dezembro de 2021, essa taxa é de 11,88% a.a. (2020 - 4,45% a.a.). **11.1.2. Modelo e premissas dos grãos:** Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada medida em sacas de 60 quilos para milho e soja, e (ii) do preço do mercado futuro de cada produto. Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica das culturas até a colheita, (ii) custos com a colheita, (iii) custo de capital (parceria agrícola para utilização de terras, mão de obra e de máquinas e equipamentos), e (iv) taxa de desconto. Com base na estimativa de receitas e custos, são determinados os fluxos de caixa futuros a serem gerados e trazidos os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações do valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica de "Variação do valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas" no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizados na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras e são revisados a cada apresentação das demonstrações financeiras e, se necessário, ajustados. As principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor:

	Consolidado	2021	2020
Área total estimada de colheita (ha)		164.124	158.497
Área de soja com crescimento de ativo biológico significativo		2.256	1.178
Área de soja sem crescimento de ativo biológico significativo (i)		11.169	7.220
		13.425	8.398

(i) As lavouras plantadas no final do exercício que não apresentaram crescimento biológico significativo na data das demonstrações financeiras, foram avaliadas ao custo de plantio e manutenção, uma vez que esse montante se aproxima do seu valor justo. A taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor justo destes ativos biológicos considera a taxa do CDI + spread de 2,5%. Em 31 de dezembro de 2021, essa taxa é de 11,88% a.a. (2020 - 4,45% a.a.).

11.2. Movimentação do valor justo dos ativos biológicos

	Consolidado			
	2021		2020	
	Cana Orgânica	Grãos	Total	
Custo histórico	298.696	7.941	17.227	323.864
Valor justo	62.941	2.019	2.012	66.972
Ativos biológicos em 1º de janeiro	361.637	9.960	19.239	390.836
Movimentação:				
Tratamentos culturais (i)	335.728	8.733	51.405	395.866
Depreciação do direito de uso / parceria agrícola (ii)	236.009	864	236.873	
Reduções decorrentes da colheita (iii)	(1.042.661)	(10.707)	(61.260)	(1.114.628)
Variação no valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas colhidos (iv)	460.688	(1.067)	29.472	489.093
Saldo final de ativos biológicos:	351.401	7.783	38.856	398.040
Composto por:				
Custo histórico	351.767	10.401	36.893	399.061
Valor justo	(366)	(2.618)	1.963	(1.021)
Saldo final de ativos biológicos:	351.401	7.783	38.856	398.040

(i) Refere-se a tratamentos culturais de cana soca capitalizados no ano, a serem apropriados no ano seguinte, conforme o avanço da colheita. Os custos incorridos no cultivo de grãos são apropriados conforme a sua respectiva colheita. (ii) Os custos incorridos no ativo biológico de produção incluem os relacionados a cana de parceiros agrícolas. Esses custos, consideram os contratos de parceria incluídos na norma CPC 06 R2, os quais impactaram o ativo através da depreciação do direito de uso, como também os custos de compra de cana de contratos de parceria pura, ou seja, os que não estão enquadrados na norma. (iii) Em 31 de dezembro de 2021, o valor total da redução do ativo biológico decorrente da colheita de cana de açúcar do Grupo R\$ 1.053.368 (2020 - R\$ 544.852), o montante de R\$ 1.020.016 (2020 - R\$ 527.736) compõe o custo de produção industrial e o montante de R\$ 33.352 (2020 - R\$ 17.116) foi capitalizado como custo de planta portadora no "Ativo Imobilizado". (iv) A variação no valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas colhidos se refere ao resultado apurado na valorização do ativo biológico no momento da colheita, registrado no resultado do exercício em contrapartida do custo da cana-de-açúcar colhida que integrará o custo de produção do açúcar e do etanol, mais o resultado apurado na valorização a mercado do ativo biológico não colhido. O Grupo teve ganhos de R\$ 505.990 e R\$ 21.611 respectivamente pela cana colhida e perda de R\$ 54.354 e R\$ 13.626 pela cana não colhida (2020 - ganho de R\$ 163.916 pela cana colhida e R\$ 112.475 pela cana não colhida).

14.1. Consolidado

	Terras e terrenos	Plantas e portadoras	Edifícios, dependências e benfeitorias	Instalações industriais	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios, instrumentos e ferramentas	Manutenção de veículos e entressafra	Obras em andamento (i)	Imobilizado total
Em 1º de janeiro de 2020	86.595	1.019.104	269.075	328.165	5.072	660.334	21.037	46.209	44.020	2.492.218
Adições (ii)	-	374.435	27.482	721	955	32.114	2.959	4.431	241.791	745.211
Integralização de capital em coligada (iii)	(81.085)	-	-	-	-	-	-	-	-	(81.085)
Baixas	-	-	(274)	(88)	(11)	(7.378)	(856)	(3.260)	-	(11.867)
Transferência para disponível para venda	-	-	-	-	-	(50)	(24)	(3.378)	-	(3.452)
Transferências para tributos a recuperar (iv)	-	-	-	-	-	(1.929)	-	-	-	(1.929)
Transferências	(7)	-	8.908	7.589	275	40.896	60	3.851	(8.639)	(52.933)
Depreciação (v)	(278.031)	(22.603)	(22.301)	(22.301)	(1.801)	(94.224)	(2.246)	(10.638)	(210.722)	(642.566)
Em 31 de dezembro de 2020	5.510	1.115.501	282.588	314.086	4.490	629.763	20.930	37.215	66.450	19.997
Custo total	5.510	2.564.061	408.278	458.501	24.643	1.383.135	36.097	187.567	837.221	19.997
Depreciação acumulada	(1.448.560)	(125.690)	(144.415)	(144.415)	(20.153)	(753.372)	(15.167)	(150.352)	(770.771)	(3.428.480)
Valor residual	5.510	1.115.501	282.588	314.086	4.490	629.763	20.930	37.215	66.450	19.997
Em 1º de janeiro de 2021	5.510	1.115.501	282.588	314.086	4.490	629.763	20.930	37.215	66.450	19.997
Adições (ii)	-	476.574	10.616	280	3.130	63.257	6.069	5.325	240.631	89.936
Baixas	-	-	(500)	(14)	(4)	(8.714)	(275)	(708)	-	(10.215)
Baixas por impairment de ativos	-	-	-	(38)	-	(813)	(2)	-	(5.444)	(5.444)
Baixa por cisão de investimento (vi)	-	-	-	-	-	(1.637)	-	-	-	(1.637)
Transferências para tributos a recuperar (iv)	-	-	-	-	-	(1.637)	-	-	-	(1.637)
Transferências	-	-	18.982	7.967	528	54.304	(441)	1.363	(7.121)	(76.423)
Depreciação (v)	(342.696)	(51.223)	(22.301)	(22.301)	(1.800)	(100.758)	(2.734)	(11.924)	(230.569)	(764.005)
Em 31 de dezembro de 2021	5.510	1.250.220	280.463	299.980	6.344	635.402	23.547	31.271	69.391	28.066
Custo total	5.510	3.041.476	437.376	486.896	28.297	1.489.532	41.448	193.547	1.070.731	28.066
Depreciação acumulada	(1.791.256)	(176.913)	(166.216)	(166.216)	(21.953)	(854.130)	(17.901)	(162.276)	(1.001.340)	(4.192.485)
Valor residual	5.510	1.250.220	280.463	299.980	6.344	635.402	23.547	31.271	69.391	28.066
Taxa anual de depreciação - %	17%	7%	5%	5%	19%	10%	15%	23%	23%	15%

14.2. Comentários sobre o imobilizado: (i) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as obras em andamento e os adiantamentos a fornecedores referem-se à ampliação da capacidade de produção e à renovação de equipamentos, maquinarias e instalações nas unidades industriais do Grupo. (ii) Com a adoção do CPC 06 R2, os custos da planta portadora passaram a incluir também a adição das depreciações do direito de uso e sua respectiva capitalização de juros dos contratos de parceria agrícola, exclusivamente para os gastos realizados durante o período de formação da lavoura, tanto nos casos de expansão como de renovação. (iii) Em 29 de outubro de 2020, a controladora "AVI" integralizou R\$ 81.085 de capital com terras na "AAP", atualmente parte relacionada da Companhia (Nota 13.2). (iv) No exercício de 2021, a administração reclassificou para o custo de aquisição dos bens do ativo imobilizado o montante de R\$ 1.641 (2020 - 1.929) como tributos a recuperar, que corresponde aos créditos de ICMS dos bens utilizados na fabricação de produtos não abrangidos pelo benefício fiscal do crédito presumido, na proporção de suas respectivas vendas. (v) As despesas com depreciação que impactaram no resultado ficaram refletidas nas rubricas: "Custos de produção", "despesas com vendas, administrativas", e para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa são considerados 100% como ajuste no lucro nas atividades operacionais (Nota 31). (vi) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou cisão do investimento na controladora "AAB" em favor de Napier Participações Ltda., empresa controlada de Adecoagro LP SCS. (Nota 13.2). (vii) Os financiamentos BNDES-FINAME e FINEM estão garantidos por bens do ativo imobilizado no valor de R\$ 70.462 (2020 - R\$ 150.332), contratos de exportação de açúcar e álcool de empresas e diretores do Grupo.

15. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

Os *softwares* adquiridos são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los, acrescido dos gastos para fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como

dezembro de 2021, do valor total da redução do ativo biológico decorrente da colheita de cana de açúcar do Grupo R\$ 1.053.368 (2020 - R\$ 544.852), o montante de R\$ 1.020.016 (2020 - R\$ 527.736) compõe o custo de produção industrial e o montante de R\$ 33.352 (2020 - R\$ 17.116) foi capitalizado como custo de planta portadora no "Ativo Imobilizado". (iv) A variação no valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas colhidos se refere ao resultado apurado na valorização do ativo biológico no momento da colheita, registrado no resultado do exercício em contrapartida do custo da cana-de-açúcar colhida que integrará o custo de produção do açúcar e do etanol, mais o resultado apurado na valorização a mercado do ativo biológico não colhido. O Grupo teve ganhos de R\$ 505.990 e R\$ 21.611 respectivamente pela cana colhida e perda de R\$ 54.354 e R\$ 13.626 pela cana não colhida (2020 - ganho de R\$ 163.916 pela cana colhida e R\$ 112.475 pela cana não colhida).

12. OUTROS ATIVOS

	Controladora	2021	2020
Adiantamentos de salários		4.578	4.503
Adiantamentos a fornecedores (i)	8	28.195	14.387
Adiantamentos a parceiros agrícolas (ii)		9.597	9.014
Despesas antecipadas		20.413	11.373
Outros investimentos (iii)		3.880	3.232
Créditos de Funrural com parceiros agrícolas (iv)		-	6.737
Outros		357	126
Circulante		67.020	49.372
Não circulante		(8)	(49.614)
		(8)	(28.222)

(i) Os adiantamentos efetuados a fornecedores de materiais de cana-de-açúcar, são demonstrados ao custo. (ii) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a controladora "AVI" realizou adiantamentos a parceiros agrícolas controlados, mas onde a área cultivável (ativo subjacente) ainda estava pendente de transferência de posse pelo parceiro agrícola. (iii) O Grupo possui investimento não relevante em CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. são demonstrados ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a controladora "AVI" possui 0,27% de participação, representado por 2.070 ações ordinárias e a controladora "UMA", 0,20%, representado por 1.535 ações ordinárias. (iv) A controladora "AVI" possui créditos com parceiros agrícolas, guardando a consolidação pela Receita Federal de parcelamentos de débitos do Funrural porém devido ao encerramento dos contratos os créditos foram baixados (Nota 20).

13. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. As demonstrações financeiras individuais das controladas (Nota 1.2) foram preparadas pela Administração da Companhia e foram aprovadas em 29 de março de 2022. **13.1. Informações sobre as investidas:**

	Milhares de ações/quotas	Participação societária	Patrimônio líquido	Lucro / (Prejuízo) líquido
Em 31 de dezembro de 2021				
Controlada:				
Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.	1.335.865	100%	1.318.315	479.177
Em 31 de dezembro de 2020				
Controlada:				
Adecoagro Vale do Ivinhema S.A.	1.335.865	100%	1.142.801	334.171
Adeco Agropecuária Brasil Ltda.	84.741	100%	6.096	(5.676)

13.2. Movimentação dos investimentos em controladas

	Adeco Vale do Ivinhema S.A.	Adeco Agropecuária Brasil Ltda.	Adecoagro Participações Ltda.	Total
Em 1º de janeiro de 2020	1.383.071	11.771	-	1.394.842
Redução de capital com cessão de investimentos (i)	(180.000)	-	-	(180.000)
Cisão total de investimento (ii)	-	-	-	(180.000)
Participação nos lucros de controladas	334.171	(5.676)	-	328.495
Participação nos outros resultados abrangentes de controladas	(325.861)	-	-	(325.861)
Distribuição de dividendos (iii)	(82.034)	-	-	(82.034)
Em 31 de dezembro de 2020	1.129.347	6.095	-	1.135.442
Em 1º de janeiro de 2021	1.129.347	6.095	-	1.135.442
Participação nos lucros de controladas	479.177	(1.706)	-	477.471
Participação nos outros resultados abrangentes de controladas	(70.969)	-	-	(70.969)
Distribuição de dividendos	(238.984)	-	-	(238.984)
Cisão total de investimento (iv)	-	(4.389)	-	(4.389)
Em 31 de dezembro de 2021	1.298.571	-	-	1.298.571

(i) Em 10 de agosto de 2020, a Controlada "AVI" adquiriu a empresa Adecoagro Agricultura e Participações Ltda "AAP". Em 29 de outubro de 2020, a Controlada "AVI" integralizou capital em "AAP" com terras e contas a receber no montante de R\$ 180.000. Em seguida ocorre a cessão do investimento de "AVI" em "AAP" em favor de Companhia, a qual é realizada por meio de redução de capital. (ii) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou a cisão total do seu investimento em "AAP" e redução de capital no montante de R\$ 180.000 em favor de Adecoagro Administração e Participações Ltda., controlada de Adecoagro LP SCS, sem cancelamento de ações, sendo que esta última foi posteriormente incorporada por sua controladora "AAP". (iii) Em 2021, a Controlada "AVI" realizou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 82.034, sendo R\$ 56.946 proposta de distribuição de dividendos e o restante dividendos distribuídos do saldo de lucros a distribuir. (iv) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou cisão total do investimento em Adeco Agropecuária Brasil Ltda ("AAB"), em favor de Napier Participações Ltda., no montante de R\$ 4.389 através do Laudo de Cisão no valor de R\$ 4.672 com data base em novembro/2021 e acrescido do resultado do mês de dezembro/2021 (R\$ 283). Na data da cisão do investimento a AAB possuía um saldo de caixa e equivalentes de R\$ 781, que foi movimentado no grupo de atividades de investimentos na demonstração dos fluxos de caixa. (v) Napier Participações Ltda foi uma empresa adquirida em 30 de dezembro de 2021 e se tornou controladora de "AAB" e que em 31 de dezembro de 2021, foi incorporada por "AAB".

14. IMOBILIZADO

Edifícios, equipamentos, plantas portadoras, dependências e benfeitorias, instalações industriais, máquinas e equipamento de informática e comunicação, móveis, utensílios, veículos e outros, são demonstrados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. As terras e terrenos são demonstrados pelo custo histórico e não são depreciados. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituíveis é baixado. A depreciação é calculada usando o método linear, de acordo com as taxas médias estimadas, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, com exceção das plantas portadoras, cujo método é de produtividade ao longo da vida útil. A depreciação é reconhecida na demonstração do resultado como custo das vendas, despesas com vendas e administrativas. A vida útil do ativo imobilizado é revisada, no mínimo anualmente. Os valores residuais e a revisão da vida útil dos ativos são baseados na utilização econômica do bem. A alteração da estimativa de vida útil ou do valor residual é reconhecida prospectivamente como mudança de estimativa contábil. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas e despesas, líquidas", na demonstração do resultado. Anualmente, durante o período de entressafra das controladas "AVI" e "UMA", a indústria de açúcar, etanol e energia e os equipamentos agrícolas são restaurados como parte de programa de manutenção regular. Os custos relacionados "manutenção de entressafra" e a depreciação desses bens durante o período de entressafra são classificados como ativo imobilizado e apropriados ao custo de produção na próxima safra. O custo atribuído dos bens do ativo imobilizado, líquido dos efeitos tributários, na data base de 1º de janeiro de 2009, são reconhecidos com base no disposto no CPC 27 e ICPC 10.

	Terras e terrenos	Plantas e portadoras	Edifícios, dependências e benfeitorias	Instalações industriais	Equipamentos de informática e de comunicação	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios, instrumentos e ferramentas	Manutenção de veículos e entressafra	Obras em andamento (i)	Imobilizado total
Em 1º de janeiro de 2020	86.595	1.019.104	269.075	328.165	5.072	660.334	21.037	46.209	44.020	2.492.218
Adições (ii)	-	374.435	27.482	721	955	32.114	2.959	4.431	241.791	745.211

atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por exercício social de vencimento:

	Consolidado	2021	2020
2022		388.471	388.471
2023		294.303	819.480
2024		1.174.178	228.457
2025		145.914	132.524
2026		942.801	858.951
2027		231.952	553.683
Não circulante		2.789.148	2.981.566
Pré-pagamento de exportação		291.800	291.800
Pré-pagamento de exportação - partes relacionadas (i)		1.861.115	1.766.046
BNDES - FINAME (ii)		96	4.180
BNDES - FINEM (ii)		-	50.220
CRA - Certificado Recebíveis do Agronegócio (iii)		459.295	413.197
FCO - Fundo Constitucional de financiamento do Centro-Oeste		-	17.570
Capital de giro BRL		30.000	45.000
Debêntures (iv)		438.642	393.553
Não circulante		2.789.148	2.981.566

(i) Pré-pagamentos de exportação são garantidos por contratos de exportação futura de açúcar. Em 2017, as Controladas "AVI" e "UMA" realizaram operação de financiamento com a controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente e o principal no vencimento do contrato, com possibilidade de liquidação antecipada. Em julho de 2021, a controlada "UMA" realizou operação com a parte relacionada Kadesh Hispania SLU, na modalidade de pré-pagamento de exportação, com liquidação dos juros de forma semestral e pagamento de principal no final do contrato (set/26), com possibilidade de liquidação antecipada. Em outubro de 2021, a controlada "AVI" realizou operação de financiamento com a controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente e pagamento de principal no vencimento do contrato, com possibilidade de liquidação antecipada. Em dezembro de 2021, a controlada "AVI" realizou operação de financiamento com a controladora Adecoagro S.A. na modalidade de Pré-pagamento de exportação, com liquidação de juros semestralmente e pagamento de principal no vencimento do contrato, com possibilidade de liquidação antecipada. Os detalhes dessas operações estão no quadro abaixo:

Devedor	Contraparte	Data do contrato	Data da liberação dos recursos	Data do vencimento do principal	Posição em dólares (USD) em 31/12/2021	Posição em dólares (USD) em 31/12/2020
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	19/09/2017	22/09/2017	13/09/2024	169.845.378	169.845.378
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	26/09/2017	02/10/2017	15/09/2023	52.684.566	130.266.093
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	25/10/2017	01/11/2017	15/09/2022	-	31.478.275
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	25/10/2021	25/10/2021	15/09/2026	45.625.625	-
Controlada "AVI"	Adecoagro S.A.	15/12/2021	15/12/2021	15/09/2026	50.151.667	-
Controlada "UMA"	Adecoagro S.A.	19/09/2017	22/09/2017	13/09/2024	16.103.676	16.103.676
Controlada "UMA"	Kadesh Hispania SL	07/07/2021	07/07/2021	15/09/2026	340.538.312	347.693.422

Em 2021 a controlada "AVI" liquidou antecipadamente pré-pagamentos de exportação com a parte relacionada Adecoagro S.A. no montante de USD 107 milhões (2020 - USD 24 milhões). (ii) Os financiamentos BNDES FINAME e FINEM estão garantidos por bens do ativo imobilizado no valor contábil de R\$ 70.462 (2020 - R\$ 150.332) contratos de exportação de açúcar e aval de empresas e diretores do Grupo. Em 31 de dezembro de 2021 alguns contratos de financiamento exigem que o Grupo cumpra determinados índices financeiros ("covenants") ao final de cada exercício social, sob pena de, a critério dos credores, ter o vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esses índices foram cumpridos pelo Grupo. Os *covenants* são baseados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controlada "AVI". As metas dos índices estão apresentadas a seguir: Controlada "AVI": • Razão entre a dívida bancária líquida / EBITDA AJUSTADO: Meta: ≤ 3%; • Índice de cobertura do serviço da dívida: Meta: ≥ 1,2%; Consolidado "AVI": • Razão entre a dívida bancária líquida / EBITDA AJUSTADO: Meta: ≤ 4%; (iii) Em 2019, a Controlada "AVI" iniciou uma nova captação de recursos via mercado de capitais, através de emissão de Certificados de Recebíveis de Agronegócio - CRA com distribuição via oferta contínua, no valor R\$ 400.000 finalizada em dezembro 2019. Esta captação tem pagamentos anuais de juros a partir de 2020, equivalente a 3,80% mais IPCA e amortização do principal em duas parcelas iguais em novembro 2026 e 2027. Empréstimo realizado sem necessidade de garantias. (iv) Em dezembro de 2020, a controlada "AVI" captou recursos por intermédio do mercado de capitais, através de emissão de debêntures com distribuição via oferta pública com esforços restritos (Instrução CVM 476), no valor R\$ 400.000. Esta captação tem pagamentos semestrais de juros, sendo corrigida pela variação do IPCA + 4,24% a.a. O principal será pago em três parcelas iguais nos meses de dez/2024, dez/2025 e dez/2026. Empréstimo garantido por cessão fiduciária de energia elétrica. (v) O valor contábil dos empréstimos classificados no passivo circulante se aproxima de seu valor justo devido ao vencimento de curto prazo. A administração considera também que os empréstimos de longo prazo sujeitos a taxa variável se aproximam do seu valor justo dado que tais taxas acompanham o comportamento do mercado. O valor justo dos empréstimos de longo prazo sujeitos a taxa fixa não difere significativamente do seu valor justo. O valor justo (nível 2) dos empréstimos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 equivale a R\$ 2.907.159 e R\$ 3.279.189, respectivamente.

19. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS (CONSOLIDADO)

	Consolidado	2021	2020
Salários e ordenados a pagar		45.428	23.422
Provisão para férias e encargos		31.530	28.754
Encargos sobre a folha de pagamento		7.767	6.655
Encargos dos planos de remuneração de ações		2.736	1.855
Participação nos lucros		5.241	20.047
Outros encargos		205	277
		92.907	81.010

20. TRIBUTOS A RECOLHER (CONSOLIDADO)

	Consolidado	2021	2020
Contribuição ao instituto nacional de seguridade social - INSS (i)		6.457	6.630
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS		1.812	1.783
Imposto sobre serviços - ISS		960	638
PIS e COFINS		263	5.100
Fundos estaduais a recolher		430	2.195
Programa especial regularização tributária - PRR (ii)		7.681	7.681
Contribuições Sociais Retidas - CSRF		256	339
Outros		99	648
		17.958	25.014

(i) O INSS a recolher, refere-se às comercializações de Energia, Vapor, Etanol, Açúcar e sub-derivados comercializados em dezembro de 2021. (ii) O Grupo é responsável tributário da contribuição previdenciária "FUNRURAL", incidente nas compras de cana-de-açúcar de produtor rural pessoa física e aplicou a suspensão da retenção por força de liminar judicial no período julho de 2010 a março de 2017. Com o julgamento pelo STF, foi reconhecida a constitucionalidade do débito. O Grupo ingressou no parcelamento (PRR - Programa especial de regularização tributária rural) instituído pela Lei 13.606/18. Atualmente o Grupo aguarda a consolidação da Receita Federal e homologação do pedido, para que possa utilizar saldos de prejuízos fiscais para compensar o saldo devido. Desta forma o saldo a pagar não sofre atualização e quando da consolidação será compensado com o mesmo montante de saldos de prejuízo fiscal.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (CONSOLIDADO)

21.1. Composição das contingências: Nas datas das demonstrações financeiras, o Grupo apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados às contingências:

	Consolidado	(-)	Total
Em 1º de janeiro de 2021			12.475
Adições	10.677	2.083	12.760
Baixas por cisão de Controlada (i)	(110)	(21)	(1.352)
Valores não usados, estornados	(2.771)	(302)	(3.073)
Usado durante o exercício	(4.734)	-	(4.734)
Em 31 de dezembro de 2021	7.127	6.042	13.169
Em 1º de janeiro de 2020			11.479
Adições	10.184	1.972	12.156
Baixas por cisão de Controlada (i)	(4.257)	(443)	(4.700)
Valores não usados, estornados	(1.508)	(12)	(1.520)
Usado durante o exercício	(2.256)	(320)	(2.576)
Em 31 de dezembro de 2020	10.677	2.083	12.760

(i) Em 2021, os processos da controlada "AAB" foram baixados pela cisão do investimento (Nota 13.2).

21.2. Natureza das contingências: O Grupo é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e ambientais e estão discutindo essas questões tanto na esfera judicial como na administrativa. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. A natureza das contingências pode ser resumida como segue: • Tributárias - Referem-se a processos de competência estadual (ICMS), a aos processos de competência Federal, relacionados glosas dos créditos federais. • Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados e fiscalizações do Ministério do Trabalho. • Cíveis - substancialmente representados por ações indenizatórias. • Ambiental - refere-se, substancialmente, a ausência de licença ambiental de determinada propriedade agrícola. **21.3. Passivos Contingentes:** (a) Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. ("AVI"): Em 31 de dezembro de 2021, a Controlada possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 346.058 (2020 - R\$ 325.351), para as quais não há provisão constituída. A principal ação refere-se a uma autuação no valor de R\$ 303.328 referente a exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL da depreciação acelerada incentivada da atividade rural conforme previsto no artigo 6º da Medida Provisória 2.159-70/01 e no Art. 325 do RIR/11. Adicionalmente, a controlada "AVI" possui depósitos judiciais no montante atualizado de R\$ 8.222 (2020 - R\$ 8.499), registrados no ativo não circulante, sendo principalmente R\$ 7.164 (2020 - R\$ 6.999) para garantia de processos judiciais junto a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. (b) Usina Monte Alegre Ltda. ("UMA"): Em 31 de dezembro de 2021, a Controlada possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 42.505 (2020 - R\$ 43.269), para as quais não há provisão constituída. Adicionalmente, a controlada "UMA" possui depósitos judiciais no montante de R\$ 1.122 (2020 - R\$ 1.288), registrados no ativo não circulante.

22. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS

22.1. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

	Controladora	Consolidado	2021	2020
Cana-de-açúcar (i)			61.800	7.200
Materiais, serviços e outros			230.740	165.765
			292.540	172.965

(i) Fornecedores de cana, parceria pura e reajuste do preço da cana.

22.2. Outros passivos

Adiantamentos de clientes (i)
Contas a pagar - processos trabalhistas
Contratos onerosos

	Consolidado	2021	2020
Adiantamentos de clientes (i)		8.326	15.963
Contas a pagar - processos trabalhistas		1.624	1.548
Contratos onerosos		11.243	-
		21.193	17.511
		(9.709)	(14.766)
		1.584	2.745

(i) Os adiantamentos de clientes referem-se a valores recebidos pelo Grupo pela entrega futura de etanol e açúcar, com liquidação prevista para o exercício de 2022 (2020 - etanol e açúcar, foram realizados em 2021), e constituem passivos de contrato conforme CPC 47 - Receita de contratos com clientes de contratos com clientes.

23. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

23.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias entre as bases de cálculo desses tributos sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Consolidado	2021	2020
Ativo de imposto diferido			
Ativo de imposto diferido a ser realizado em até 12 meses		114.540	41.448
Ativo de imposto diferido a ser realizado depois de mais de 12 meses		373.358	509.659
		487.898	551.107

Passivo de imposto diferido
Passivo de imposto diferido a ser realizado em até 12 meses
Passivo de imposto diferido a ser realizado depois de mais de 12 meses

	Consolidado	2021	2020
Passivo de imposto diferido			
Passivo de imposto diferido a ser realizado em até 12 meses		126.171	114.852
Passivo de imposto diferido a ser realizado depois de mais de 12 meses		342.252	301.500
		468.423	416.352
		19.475	134.755

A composição líquida de conta de impostos diferidos é a seguinte:

	Consolidado	2021	2020
Ativo de impostos diferidos sobre:			
Prejuízos fiscais de imposto de renda		171.165	171.165
Base de cálculo negativa de contribuição social		63.313	63.313
Perda no cálculo do valor justo do ativo biológico		5.091	486
Perdas em operações de hedge não liquidadas		-	8.716
Prêmio de opções de ações		7.929	5.480
Provisões para contingências		4.900	4.780
Provisões de contas a pagar		25.486	5.813
Variação cambial regime de caixa		192.091	264.827
Provisão para impairment		10.342	1.206
Operações com arrendamento		-	16.996
Outros diferenças temporárias		7.580	8.325
		487.897	551.107

Passivo de impostos diferidos sobre:
Depreciação - diferença de vida-útil
Depreciação acelerada e incentivada
Ganho no cálculo do valor justo do ativo biológico
Reserva de reavaliação
Amortização fiscal do órgão
Ganhos de valor justo
Juros capitalizados
Operações com arrendamento
Ganhos em operações de hedge não liquidadas
Outros diferenças temporárias

	Consolidado	2021	2020
Passivo de impostos diferidos sobre:			
Depreciação - diferença de vida-útil		10.072	10.789
Depreciação acelerada e incentivada		407.955	342.570
Ganho no cálculo do valor justo do ativo biológico		4.727	22.697
Reserva de reavaliação		2.991	3.272
Amortização fiscal do órgão		4.655	4.655
Ganhos de valor justo		3.989	31.989
Juros capitalizados		29.428	1.860
Operações com arrendamento		2.709	-
Ganhos em operações de hedge não liquidadas		36	380
Outros diferenças temporárias		468.422	416.352
		19.475	134.755

Ativo de impostos diferidos, líquido

A movimentação líquida do imposto diferido é a seguinte:
Em 1º de janeiro
Despesa da demonstração do resultado
Imposto Relacionado com outros resultados abrangentes
Cisão de controlada (i)
Em 31 de dezembro

(i) Refere-se a cisão da controlada Adeco Agropecuária Brasil Ltda. (Nota 13)

23.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	2021	2020
Imposto corrente		(5.259)	(4.508)
Imposto diferido		(151.326)	(99.021)
Imposto de renda e contribuição social		(156.585)	(103.529)

Consolidado

	2021	2020
Principais saldos		
Ativo circulante		
Partes relacionadas - Contas a receber de clientes	145	5
Partes relacionadas		
Passivo circulante		
Partes relacionadas - Fornecedores	544	13
Partes relacionadas - Outros passivos		
Partes relacionadas - Dividendos a pagar (Nota 27.2.b)		
Partes relacionadas - fornecedores para importação		
Partes relacionadas - Empréstimos (ii)		
Passivo não circulante		
Partes relacionadas - Empréstimos (ii)	1.827.633	33.483
Principais operações		
Receita de venda (iii)	946.509	
Receita de venda de bens e materiais		
Custo de compra de matéria-prima	(2.449)	
Plano de remuneração em ações (v)		
Despesas financeiras (iv)	(139.259)	
Dividendos distribuídos (vi)		
Custos de parceria agrícola plena		

24.2. Outras informações: (i) As recuperações de despesas corporativas referem-se à alocação de gastos corporativos: administrativos e comerciais, inclusive remuneração da administração, apurados por raterios e repassados pela Controlada "AVI" às demais empresas do Grupo Adecoagro Brasil (Nota 1.2). (ii) Em 31 de dezembro de 2021, como garantia de empréstimos e financiamentos, a Companhia, concedeu aval não oneroso para as sociedades controladas AVI e UMA e a Controladora Adecoagro S.A., no montante de R\$ 2.925.362 (2020 - R\$ 3.275.290) (Nota 18). (iii) A "Adecoagro Uruguay S.A." é uma companhia do Grupo Adecoagro, localizada no Uruguai, e realiza operações de exportação de commodities com as companhias do Brasil, Argentina e Uruguai. Em 2021 e em 2020, as operações de venda realizadas referem-se à exportação de açúcar para a Adecoagro Uruguay S.A. (iv) As despesas financeiras correspondem a liquidação de juros semestrais de empréstimos das controladas "AVI" e "UMA" com Adecoagro S.A. na modalidade de pré-pagamento de exportações cuja liberação foram em 2017 e 2021 (Nota 18). (v) As partes relacionadas identificadas como "Outros" correspondem basicamente, na Companhia e suas controladas, a acionistas não controladores e a beneficiários de planos de remuneração em ações, que possuem algum vínculo com a Companhia ou qualquer outra empresa do Grupo Adecoagro no Brasil ou exterior. (vi) Em 1º de março de 2021 foram recebidos da controlada "AVI" os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2020 no montante de R\$ 56.946. Em 1º de junho de 2021 e 12 de julho de 2021 foram aprovados e recebidos os dividendos do saldo de lucros a distribuir no montante de R\$ 163.984. Em 28 de dezembro de 2021 foram aprovados e recebidos os dividendos no montante de R\$ 75.000. (vii) Em 14 de junho de 2021 foram pagos os dividendos propostos em 2020, no montante de R\$ 77.936. Em 12 de julho de 2021, foram aprovados os dividendos do saldo de lucros a distribuir no montante de R\$ 142.494. Estes dividendos foram liquidados em 30 de julho de 2021. Em 28 de dezembro de 2021 foram aprovados e liquidados os dividendos no montante de R\$ 75.000 como destinação dos lucros do exercício de 2021. **24.3. Remuneração da administração:** A alta administração refere-se aos diretores e vice-presidentes. Em 2021, a remuneração ao pessoal-chave da administração, por serviços prestados, que compreende salário e encargos sociais, gratificações, plano de remuneração de ações, totaliza o montante de R\$ 19.408 (2020 - R\$ 12.199).

25. COMPROMISSOS FUTUROS

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía compromissos firmados com clientes para a entrega, com preços já fixados, prevista para o ano 2022, e que serão reconhecidas contabilmente quando da entrega física dos produtos negociados, conforme apresentado abaixo os montantes em quantidades e valores:

Produto	Unid. Medida	2021	2020
Açúcar - VHP	toneladas	234	3.630
Açúcar - cristal	toneladas	287	287
Açúcar - Orgânico	toneladas	33	18
Etanol	metros cúbicos	2.497	3.419
Energia elétrica	Mwh	483.984	698.868
Soja	toneladas	9.000	-

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía compromisso de compra de bens

Publicidade Legal

ADECOAGRO BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.									
(f) Instrumentos financeiros derivativos – operações com financiamento: Em 2021, as operações com instrumentos financeiros derivativos (exceto commodities) apresentaram a seguinte movimentação:									
Consolidado									
2021 2020									
NDF:	Saldo inicial			718					
	Movimentação de valor justo			(9.183)					
	Liquidação do ano			8.465					
	Saldo final			-					
Swap:	Saldo inicial								
	Movimentação de valor justo			9.484					
	Liquidação do ano			5.325					
	Saldo final			(5.260)					
Total:	Movimentação de valor justo			(5.260)					
	Liquidação financeira			(8.465)					
				(10.585)					
				301					
29. RECEITAS DE CONTRATOS COM CLIENTES (CONSOLIDADO)									
A receita compreende o valor justo recebido ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. O Grupo reconhece a receita quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, ou seja, quando é possível identificar com segurança o contrato, a obrigação de desempenho, o preço da transação e alocar corretamente o preço da transação. Isso ocorre quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. A Grupo fabrica e vende açúcar, etanol e energia. As vendas desses produtos são reconhecidas quando o Grupo efetua a entrega desses produtos para os seus clientes, que passam a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfetida que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado ou retirados pelo cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:									
2021 2020									
Receita bruta de vendas									
Mercado interno									
	Etanol anidro	998.435	524.989						
	Etanol hidratado	733.321	575.291						
	Açúcar VHP	21.404	2.416						
	Açúcar cristal	47.800	55.031						
	Açúcar orgânico	1.402	1.036						
	Energia	256.211	226.670						
	Soja	52.277	3.672						
	Milho	692	1.314						
	Arroz	3.948	5.759						
	CBIOs	22.857	18.237						
	Outros	1.133	529						
	Total no mercado interno	2.139.480	1.414.944						
Mercado externo									
	Açúcar VHP (i)	1.035.140	850.163						
	Açúcar cristal	1.223	6.789						
	Açúcar orgânico	17.853	6.598						
	Total no mercado externo	1.054.216	863.550						
	Total receita bruta de vendas	3.193.696	2.278.494						
	(-) Tributos sobre vendas (ii)	(258.353)	(198.224)						
	(-) Devoluções, descontos e abatimentos	(47.744)	(22.092)						
	Receita líquida das vendas	2.887.599	2.058.178						
(i) As receitas no mercado externo de açúcar com Adecoagro Uruguay S.A. refere-se ao montante de R\$ 946.509 (2020 – 788.393). (ii) As receitas no mercado interno, podem conter os seguintes tributos: PIS/COFINS, INSS, ICMS e/ou ISS, conforme a legislação aplicável a cada operação.									
30. CUSTOS DAS VENDAS (CONSOLIDADO)									
Nota 2021 2020									
Estoques em 1 de janeiro									
	9	178.484	148.625						
Custo de produção total (i)									
	31	2.251.510	1.525.694						
Recuperação de custos do etanol									
		(20.734)	-						
Custos relacionados à capacidade produtiva ociosa (ii)									
		79.157	-						
Custo de serviços agrícolas									
		225	-						
Custos – custo									
		920	1.036						
Custos – ajuste a valor justo									
		20.734	-						
Compras para revenda									
		26.035	34.178						
Variação do valor justo da colheita de grãos									
		29.555	1.478						
Recuperação de impostos (iii)									
		(137.166)	(102.874)						
Ajuste a valor de mercado									
		-	(1.569)						
Ajuste do preço da cana									
		10.819	2.033						
Reversão de perda na realização dos estoques									
		14.303	8.943						
Estoques em 31 de dezembro									
	9	(451.346)	(178.484)						
Custos das vendas									
		2.002.496	1.439.060						
(i) Em 2021 incluiu a variação do valor justo do produto agrícola colhido cana de açúcar das controladas "AVI" e "UMA" no montante de R\$ 509.552 (2020 – R\$ 151.751). (ii) Refere-se aos custos fixos de produção que não foram absorvidos pelo produto acabado por conta da impossibilidade de operar na capacidade habitual pelas condições climáticas adversas que contribuíram na diminuição da cana disponível para moagem. (iii) Refere-se aos seguintes itens recuperáveis: - Créditos de ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, obtidos através de benefício fiscal concedido a controlada "AVI" e controlada "UMA", pelos seus respectivos estados e outras recuperações de custos. No consolidado o montante é de R\$ 127.942 (2020 – R\$ 92.394). - Créditos extemporâneos de PIS e COFINS conforme autorizado pela lei. No consolidado o montante é de R\$ 9.593 (2020 – R\$ 10.560).									
31. DESPESAS POR NATUREZA									
31.1. Controladora									
2021 2020									
Despesas administrativas									
	Despesas administrativas	54	60						
	Despesas corporativas administrativas	189	180						
	Gastos legais	114	107						
	Outras despesas e custos	3	1						
	Total custos e despesas	360	348						
31.2 Consolidado									
2021 2020									
Custo de produção agrícola									
	Salários e benefícios a empregados	51.808	145.574	10.121	68.793	276.296	241.403		
	Depreciação e amortização (i)	20.897	577.538	4.036	896	603.367	528.247		
	Depreciação do direito de uso (ii)	173.830	29.050	91	6.017	208.988	173.359		
	Custos de parceria agrícola plena	11.985	-	-	11.985	-	-		
	Insumos industriais e agrícolas	247.700	62.268	3.269	309.968	200.956	200.956		
	Beneficiamento	-	3.269	-	-	3.269	5.264		
	Cana comprada a fornecedores	78.833	-	-	78.833	73.169	73.169		
	Combustíveis e lubrificantes	17.797	132.725	357	703	151.582	99.191		
	Despesas de transporte	3.158	98.152	181	101.491	99.913	99.913		
	Energia elétrica	4.579	356	730	5.665	4.325	4.325		
	Despesas com distribuição de energia	-	12.600	12.600	-	11.594	11.594		
	Manutenção e reparos	12.193	91.352	1.929	1.741	107.215	79.162		
	Contratação de obras e serviços	38.621	36.092	-	74.713	54.153	54.153		
	Impostos e taxas	254	16.271	802	917	18.244	13.868		
	Serviços profissionais	2.212	3.709	2.589	21.280	29.790	24.316		
	Comissões	-	1.655	1.655	-	1.767	1.767		
	Consumo de embalagens	-	535	535	-	535	535		
	Contingências	-	4.190	4.190	-	3.273	3.273		
	Aluguéis	52.812	9.595	848	1.629	64.884	8.978		
	Seguro	569	2.439	97	1.609	3.265	3.482		
	Despesas de viagem	223	414	101	408	1.146	970		
	Outras despesas e custos	1.838	2.913	3.746	2.724	11.221	14.883		
	Subtotal	632.739	1.199.779	138.015	110.369	2.080.902	1.642.273		
	Cana-de-açúcar própria consumida	-	1.020.015	-	-	1.020.015	527.735		
	Total custos e despesas	632.739	2.219.794	138.015	110.369	3.100.917	2.170.008		
(i) Do montante de depreciação e amortização, parte refere-se à ativação em ativos qualificáveis no imobilizado.									
Resultado na alienação/baixa do ativo imobilizado									
	Ajuste de valor justo de créditos na venda de subsidiárias (i)						924		
	Ajustes de inventários físicos					(1.476)	180		
	Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros contratados para a proteção de operações com commodities (ii)					(69.921)	5.389		
	Provisão (reversão) de provisão para contingências					631	1.556		
	Recuperação de despesas					10	8.696		
	Impairment (reversão) de perdas por irreversibilidade de ativos					(6.478)	(8.839)		
	Impostos sobre outras operações					(9.229)	-		
	Resultado na venda de materiais diversos					(579)	(46)		
	Fundo estadual - subvenções					(3.367)	(8.044)		
	Prescrição créditos tributários					(850)	(245)		
	Outras receitas e despesas					972	1.149		
						(187)	10		
						(94.160)	31.224		
(i) Em 2020, a controlada "AVI" possuía créditos a receber por venda de subsidiárias e que foram capitalizados em sua investida "AAP" em 29 de outubro de 2020. Posteriormente esses investimentos foram cedidos a Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia realizou a cisão total do investimento em "AAP" em favor de Adecoagro Administração e Participações Ltda. (Nota 13.2). (ii) O Grupo apurou resultado com instrumentos financeiros derivativos contratados para a proteção nas operações de produtos. Em 2021 foram perdas de (51.409) com açúcar (2020 – ganhos de R\$ 9.128) e R\$(18.512) com etanol (2020 – perdas de R\$ (3.739)).									
33. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS									
Controladora Consolidado									
2021 2020 2021 2020									
Receitas financeiras									
	Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	11	4	7.060	11.612				
	Instrumentos financeiros derivativos, líquidos (i)				301				
	Hedge de fluxo de caixa, transferência do patrimônio (ii)								
	Ganhos cambiais de atividades financeiras, líquidas (iii)				10.074				
	Descontos obtidos				1.872				
	Atualização de créditos tributários (iv)				2.286				
	Outras receitas financeiras				868		4.425		
	Total das receitas financeiras	11	5	22.160	20.299				
Despesas financeiras									
	Empréstimos com partes relacionadas				(140.396)		(141.344)		
	Empréstimos bancários				(149.807)		(84.618)		
	Despesas de liquidação antecipada de empréstimos				(16.355)		(314)		
	Ajuste a valor presente - Arrendamentos				(61.383)		(43.938)		
	Impairment de créditos de ICMS (v)				(21.141)		-		
	Instrumentos financeiros derivativos, líquidos (i)				(10.585)		-		
	Perdas cambiais de atividades financeiras, líquidas (iii)				(40.764)				
	Hedge de fluxo de caixa, transferência do patrimônio (ii)				(24.684)				
	Outras despesas financeiras	(192)	(13)	(7.337)	(6.097)				
	Menos: montantes de despesas financeiras capitalizados em ativos qualificáveis (vi)				11.214		8.880		
	Total das despesas financeiras	(192)	(13)	(420.474)	(308.195)				
	Resultado financeiro líquido	(181)	(8)	(398.314)	(287.896)				
(i) Em 2021, o Grupo utilizou os seguintes instrumentos financeiros: swap – perdas de R\$ (14.028). (ii) Em 2020 foram realizados o hedge de fluxo de caixa são transferidos do patrimônio líquido ao resultado na rubrica "Hedge de fluxo de caixa – transferência do patrimônio". Em 2021 os valores transferidos referem-se às dívidas com perdas de R\$ (24.684) (2020 – ganhos de R\$ 3.961). (iii) Os ganhos e perdas cambiais foram apresentados líquidos dos valores designados como "hedge accounting" na rubrica de "Ganhos (perdas) cambiais de atividades financeiras, líquidas". Em 2021: ganhos R\$ 357.256, perdas R\$ (479.393) e "hedge accounting ganho de R\$ 132.211 (2020 – ganhos R\$ 437.754, perdas R\$ (968.285) e hedge accounting ganho de R\$ 483.767). (iv) Atualização de tributos pela Selic que não são tributáveis para fins de IRLPI e CSLL. (v) O impairment reconhecido em 2021 é referente a melhor estimativa de realização dos créditos no curto e longo prazo. (vi) Os montantes de despesas capitalizados para ativos qualificáveis sobre os empréstimos referem-se a juros sobre empréstimos bancários R\$ 9.473 (2020 – R\$ 7.862), capitalização dos juros sobre as depreciações de direito de uso R\$ 1.492 (2020 – R\$ 1.018) relacionadas às plantas portadoras e ganhos cambiais de R\$ 250 em 2021.									
34. PLANO DE OUTORGA DE AÇÕES RESTRITAS (CONSOLIDADO)									
Refer-se ao plano de remuneração com base em ações da Adecoagro S.A., controladora do Grupo (Nota 1.2), de direito de executivos do Grupo, e que constituem obrigação com a sociedade controladora Adecoagro S.A. Em 1º de janeiro de 2014, a Companhia firmou um contrato com a Adecoagro S.A., para resarcimento à controladora estrangeira do valor justo referente às ações que serão entregues por esta aos executivos que prestam serviços às empresas do Grupo no Brasil. Em 1º de janeiro de 2016, a Companhia, firmou um contrato com as suas subsidiárias: Adecoagro Vale do Ivinhema S.A., Usina Monte Alegre Ltda., com anuência da Adecoagro S.A., para o repasse dos planos de remuneração em opções de ações e ações restritas entregues a seus colaboradores. O plano Restricted shares consiste na concessão de ações restritas a determinados funcionários do Grupo. Esse plano é administrado pelo Comitê de remuneração do Grupo Adecoagro e está em vigor desde o exercício de 2010. As ações concedidas a cada ano serão outorgadas aos beneficiários em quotas iguais, durante o período de três anos (33% por ano, na data definida para outorga), desde que o beneficiário continue prestando serviço às empresas do Grupo. O beneficiário perde o direito do benefício não outorgado em caso de extinção do vínculo com o Grupo antes da data definida para a outorga das ações. Em 1º de janeiro de 2014, a Adecoagro Brasil Participações S.A. firmou um contrato com a Adecoagro S.A., para resarcimento à controladora estrangeira do valor justo referente às ações que serão entregues por esta aos executivos que prestam serviços às empresas do grupo no Brasil. Em 1º de janeiro de 2016, a Companhia, firmou um contrato com as suas subsidiárias: Adecoagro Vale do Ivinhema S.A., Usina Monte Alegre Ltda., e Adeco Agropecuária Brasil Ltda., com anuência da Adecoagro S.A., e diante o qual as subsidiárias reembolsam a Companhia os valores transferidos aos seus beneficiários das ações no momento do "Vesting". E partir daí a Companhia é responsável pelo repasse dos valores recebidos através de liquidação em caixa ou capitalização dos recursos em favor Adecoagro S.A. No momento em que as ações-restritas ("Restricted Shares") concedidas são liberadas ao titular ("Vesting"), o Grupo efetua o pagamento dos encargos sociais e trabalhistas. Cada ação concedida equivale a uma ação ordinária e o valor do benefício concedido é mensurado ao valor justo na data de apresentação das demonstrações financeiras das suas controladas. Em 2021 a Companhia recebeu os valores de suas controladas e liquidou em caixa o montante de R\$ 7.841 em favor de Adecoagro S.A. (2020 – R\$ 3.295). Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo registrou o saldo de ações outorgadas que ainda estão pendentes de vesting, registradas a valor de mercado no montante de R\$ 20.585 (2020 14.263). O número de ações correspondentes ao benefício concedido é como segue:									
Consolidado									
Ações restritas (Restricted shares - Plan 2010)									
Preço de mercado Total a valor justo									
Quantidade de ações restritas por ação (em US\$) (em milhares de reais)									
	Em 1								

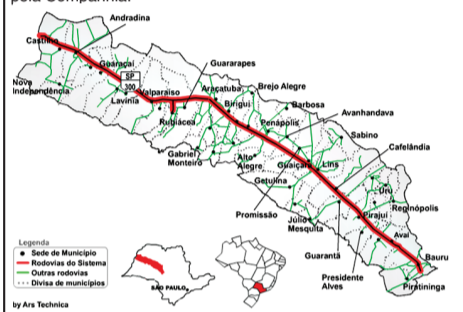
ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

CNPJ/MF nº 10.635.691/0001-53

Relatório da Administração

Senhores: Atendendo às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. ("ViaRondon" ou "Companhia") relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do relatório do auditor independente.

Apresentação: A diretoria da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) e os representantes da Concessionária ViaRondon assinaram, na tarde do dia 06 de maio de 2009, o contrato de concessão para o trecho oeste da rodovia Marechal Rondon (SP-300), leilado em outubro de 2008. Esse ato transferiu a administração de 416,8 km do Corredor Marechal Rondon Oeste, que compreende 331,13 km da Rodovia Marechal Rondon SP-300 e 85,5 km de 23 rodovias de acessos para a ViaRondon. O prazo da concessão é de 30 anos, com outorga fixa no valor de R\$ 411 milhões integralmente paga nos primeiros 18 meses da concessão. O trecho da Rodovia SP-300 concedido à ViaRondon tem início no município de Bauru, km 336,5, logo após o entroncamento com a rodovia SP-225, até o km 667,63, no município de Castilho/SP, divisa com o estado do Mato Grosso do Sul. O trecho oeste da rodovia Marechal Rondon (SP-300) é cortado por 25 municípios. São eles: Bauru, Avaí, Presidente Alves, Pirajuí, Guarantã, Cafelândia, Lins, Guaiçara, Promissão, Avanhandava, Penápolis, Glicério, Coroados, Birigui, Araçatuba, Guararapes, Rubiácea, Bento de Abreu, Valparaíso, Lavinia, Mirandópolis, Guaraçai, Murutinga do Sul, Andradina e Castilho. A concessionária prioriza a contratação de mão-de-obra na região desses municípios. A ViaRondon tem o compromisso, nos 30 anos da concessão, de investir na melhoria da rodovia e na questão da segurança viária, essencialmente para reduzir o número de acidentes. Dessa forma, a economia da região ganha mais agilidade e competitividade, pois um corredor mais seguro agrega vantagens a diversos segmentos, como turismo, comércio, indústria, integração entre as cidades, logística de produtos e serviços. Além desses benefícios, os usuários economizam na manutenção do veículo, no consumo de combustível e no tempo de viagem. O mapa abaixo mostra o trecho explorado pela Companhia:



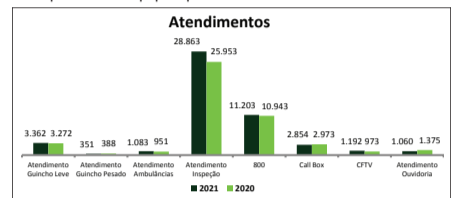
A Companhia tem como principal fonte de receita o recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas acessórias, como a permissão de ocupação da faixa de domínio da rodovia por empresas de

telefonia, energia elétrica, saneamento, entre outras. A Companhia iniciou suas operações em 06 de maio de 2009, cobrando tarifas de pedágio em 4 praças que já operavam sob a administração do DER – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo. No final do primeiro trimestre de 2010, a Companhia passou a operar em sua plena capacidade, com a construção de mais 4 praças, totalizando 8 praças cobrando de maneira bidirecional. Segue a relação das praças de pedágio e suas respectivas tarifas localizadas no trecho administrado pela Companhia.

Desempenho Operacional e Financeiro: Abaixo quadro detalhado que demonstra o comportamento do tráfego, segregado entre veículos de passeio e comerciais:

	31/12/2021				31/12/2020			
	Absolutos milhares de veículos	%	Equivalentes milhares de veículos	%	Absolutos milhares de veículos	%	Equivalentes milhares de veículos	%
Total	20.325	100%	37.468	100%	19.588	100%	35.509	100%
Passeio	14.864	73%	14.645	39%	14.514	74%	14.291	40%
Comerciais	5.461	27%	22.823	61%	5.074	26%	21.218	60%
Média Mensal	1.694		3.122		1.633		2.959	
Passeio	1.239		1.220		1.210		1.191	
Comerciais	455		1.902		423		1.768	

Demonstramos a seguir as quantidades de atendimentos executados por nossa equipe operacional:



Abaixo resultado operacional:

	2021	2020
Resultado antes das despesas financeiras	74.608	55.832
Depreciação	2.384	1.962
Amortização	27.750	25.884
EBITDA	104.741	83.678
Provisão para manutenção	55.775	44.221
Provisão para contingências	535	633
EBITDA AJUSTADO	161.051	128.532

Recursos Humanos

Outro grande benefício trazido pela Companhia à região do corredor Marechal Rondon Oeste é a geração de empregos diretos e indiretos, através da contratação de mão-de-obra e serviços terceirizados. A ViaRondon busca profissionais que compartilhem dos mesmos valores da empresa, ou seja, profissionais atualizados, comprometidos com a segurança e bem-estar dos usuários da rodovia, que exerçam sua responsabilidade sobre o meio ambiente, sua cidadania e, acima de tudo, que sejam transparentes e proativos na geração do desenvolvimento social.

Balancos Patrimoniais em 31 dezembro 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativo	Nota 31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	8	845
Aplicações financeiras	9	27.810
Contas a receber	10	16.563
Despesas pagas antecipadamente	–	1.343
Adiantamento a fornecedores	–	1.050
Partes relacionadas	11	2.593
Outros créditos	–	602
Total do ativo circulante	50.807	84.947
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais	–	1.767
Imposto de renda e contribuição social diferido	19	14.998
Total do realizável a longo prazo	16.766	23.650
Imobilizado	12	10.992
Intangível	13	1.088.438
Total do ativo não circulante	1.116.196	1.016.762
Total do ativo	1.167.003	1.101.709

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Capital integralizado		Lucros (prejuízos) acumulados		Total
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2020	499.000	(96.349)	402.651	(88.699)	313.952
Prejuízo do período	–	–	–	(41.807)	(41.807)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	499.000	(96.349)	402.651	(130.506)	272.145
Saldo em 1º de janeiro de 2021	499.000	(96.349)	402.651	(130.506)	272.145
Prejuízo do período	–	–	–	(60.853)	(60.853)
Saldo em 30 de dezembro de 2021	499.000	(96.349)	402.651	(191.358)	211.293

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais	364.119	235.335
Serviços prestados	221.207	197.971
Receita de construção	128.283	31.420
Outras receitas	14.629	5.944
Insumos adquiridos de terceiros	(217.223)	(111.966)
Custos serviços prestados	(19.357)	(30.087)
Custo de construção	(128.283)	(31.420)
Matérias, energia, serviços de terceiros e outros	(69.583)	(50.459)
Valor adicionado bruto	146.896	123.369
Depreciação de imobilizado	(2.384)	(1.962)
Amortização de intangível	(27.804)	(25.884)
Valor adicionado líquido produzido	116.708	95.523
Receitas financeiras	2.513	3.771
Valor adicionado total a distribuir	119.222	99.294

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional – A ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A ("Companhia") é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009. O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("Artesp"), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo. A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização

dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da Concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos: • Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.600, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado; • Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário

Praça		Dezembro/21
P1 – Avaí	Km 367 + 700	6,30
P2 – Pirajuí	Km 400 + 800	5,90
P3 – Promissão	Km 455 + 700	7,00
P4 – Glicério	Km 497 + 900	7,80
P5 – Rubiácea	Km 562 + 000	6,70
P6 – Lavinia	Km 590 + 400	5,30
P7 – Guaraçai	Km 621 + 200	5,10
P8 – Castilho	Km 655 + 400	3,80

Abaixo quadro ilustrativo:



A Companhia pretende financiar a maior parte de seu programa de investimentos por meio da geração de caixa próprio e eventuais novos financiamentos. **Responsabilidade Social:** A Concessionária tem como compromisso social contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde está inserida. Como parte desse compromisso desenvolve diversas ações junto as comunidades lindeiras e seus colaboradores de doações e conscientização para melhorar a qualidade de vida as pessoas menos favorecidas.



Responsabilidade Ambiental: Como parte de sua política de responsabilidade ambiental, a Companhia possui, desde 25 de fevereiro de 2011, as certificações ISO 14001:2004 (Gestão Ambiental), ISO 9001:2008 (Gestão da Qualidade) e ISO 45001:2018 (Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional), compondo um sistema de gestão integrado para o escopo de operação de serviços em rodovias. Abrange os sistemas de apoio aos usuários, atendimento pré-hospitalar e de resgate, monitoramento das rodovias, engenharia, conservação, segurança viária das rodovias. Nesse sentido, a Companhia tem promovido diversas ações visando conscientizar os funcionários e a população da região para evitar desperdício e poluição ao meio ambiente. Abaixo destacamos algumas:



Premiações – Artesp: A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. pela terceira vez foi considerada a concessionária de rodovia responsável por prestar o melhor serviço a seus usuários no Estado de São Paulo, em 2016 e 2018 a concessionária também foi premiada na mesma categoria. O prêmio, que está na 6ª edição, tem como objetivo incentivar as concessionárias das rodovias estaduais a adotarem ações para tornar as estradas mais seguras, além de práticas para melhorar os serviços e o relacionamento com os usuários. Com a conquista, a concessionária reforça sua eficiência e vocação na prestação de serviços aos usuários. E, ao garantir a melhor qualidade de ações como socorro mecânico, guincho, informações e orientações aos usuários, atendimento pré-hospitalar, monitoramento da rodovia e atendimento nas praças de pedágio, contribui para a segurança de quem trafega pela rodovia e, consequentemente, para a preservação da vida. **Pesquisa CNT:** A Confederação Nacional dos Transportes (CNT), realiza, anualmente, a Pesquisa CNT de Rodovias. Nela são avaliados itens fundamentais para a segurança e o conforto do motorista, entre eles: **pavimento, sinalização e geometria da pista.** A ViaRondon subiu 11 posições desde a primeira edição que participou em 2010, saindo da 18ª para a 7ª melhor rodovia do país. **Parecer dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis:** Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e, também, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09. **Agradecimentos:** Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e todos os colaboradores da Companhia. *A Administração*

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(60.853)	(41.807)
Ajustes para:		
Depreciação	2.384	1.962
Amortização	27.804	25.884
Baixa do ativo imobilizado líquida	223	47
Provisão para manutenção	55.583	44.221
Provisão para contingências	(577)	633
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	125.092	58.204
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.439	15.991
	156.095	105.135

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras	(208.836)	(328.765)
Resgate das aplicações	244.876	326.778
Aquisição de imobilizado	(7.595)	(983)
Adição ao intangível	(129.134)	(31.419)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	65.249	(47.330)

Fluxo de caixa de atividades de investimentos

	31/12/2021	31/12/2020
Captação de empréstimos e financiamentos	38.700	700.007
Partes relacionadas	2.930	(1.021)
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(6.104)	(617.916)
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de investimentos	35.527	81.070

Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de financiamento

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	758	1.407
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	845	758

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

reestruturações do quadro de colaboradores. Sempre com intuito de mitigar de forma efetiva os efeitos da frustração de demanda, **Efeitos da Covid-19:** Conforme divulgado pela Companhia em

continua ...

... continuação

Comunicado ao Mercado no dia 19 de março de 2020, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades diante do atual cenário e dos desdobramentos da pandemia, a ViaRondon destaca as seguintes principais medidas adotadas para apoiar na prevenção da Covid-19: • Criação de um comitê de crise; afastamento domiciliar para colaboradores que vierem a apresentar os sintomas da Covid-19, com monitoramento pelo departamento de recursos humanos; adoção de home office para todos os colaboradores que possam desenvolver suas atividades fora do espaço físico da empresa; • Divulgação expressiva das formas de prevenção, através de diversos canais, aos colaboradores e seus parceiros; • Acompanhamento constante de potenciais impactos decorrentes da pandemia em seus negócios; negociação com fornecedores para redução de valores e/ou carência para os próximos pagamentos; e • A Concessionária teve uma redução no seu custo no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$3.210 quando comparado com 2020, onde os maiores gastos foram com a preservação e manutenção da rodovia.

	2021	2020
Serviços de terceiros	(19.357)	(30.087)
Com pessoal	(20.707)	(17.303)
Custo de contrato concessão	(13.756)	(8.571)
Outros	(1.859)	(2.928)
Total	(55.679)	(58.889)

Em 2021, a Companhia identificou impactos financeiros em comparação ao mesmo período do ano anterior, mitigados devido à medidas supracitadas. Observa-se que em 2021 ocorreu uma recuperação da demanda, conforme demonstrado abaixo:

Praça de pedágio	Eixos e equivalentes		21 x 20	
	2020	2021	Eixos	%
P1-Avaí	4.883	5.247	364	7,45%
P2-Pirajuí	4.523	4.787	264	5,84%
P3-Promissão	4.868	5.164	296	6,08%
P4-Glicério	5.983	6.148	165	2,76%
P5-Rubiácea	4.295	4.495	200	4,66%
P6-Lavinia	3.322	3.535	213	6,41%
P7-Guaracá	3.156	3.339	183	5,80%
P8-Castilho	4.478	4.753	275	6,14%
Total	35.508	37.468	1.960	5,52%

Praça de pedágio	Em R\$ mil		21 x 20	
	2020	2021	R\$	%
P1-Avaí	27.878	31.846	3.967	14,23%
P2-Pirajuí	24.014	27.116	3.102	12,92%
P3-Promissão	31.200	34.948	3.748	12,01%
P4-Glicério	42.534	46.218	3.683	8,66%
P5-Rubiácea	26.239	29.057	2.818	10,74%
P6-Lavinia	15.977	18.080	2.103	13,16%
P7-Guaracá	14.861	16.562	1.701	11,45%
P8-Castilho	15.267	17.380	2.113	13,84%
Total	197.970	221.207	23.235	11,74%

A Companhia cumpre rigorosamente o seu papel social de atender a população usuária da rodovia, sempre mantendo os padrões mais rígidos de segurança viária e sanitária, e está consciente de que esse é um evento de força maior, e, portanto, demandará um aditamento de equilíbrio contratual assim que a extensão dos efeitos dessa pandemia puder ser mensurada.

2. Base de preparação – Declaração de conformidade (normas do CPC) As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A emissão das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia foi autorizada pela Administração em 25 de março de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação – Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos – A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota Explicativa nº 12** – Imobilizado; • **Nota Explicativa nº 13** – Intangível; • **Nota Explicativa nº 19** – Ativos e passivos fiscais diferidos; • **Nota Explicativa nº 17** – Provisão para manutenção; e • **Nota Explicativa nº 20** – Provisão para contingência. **Mensuração a valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos dos ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em sua hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorrerem as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte Nota Explicativa: • **Nota Explicativa nº 26** – Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração – As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

6. Principais políticas contábeis – As políticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. **a) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando os mesmos forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado)

são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: **i)** O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e **ii)** Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: **i)** O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingir o coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e **ii)** Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 24). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Contratos de garantia financeira:** Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O contrato de concessão da Compa-

nhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de *impairment*, a Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia efetuou as avaliações pertinentes e não identificou necessidade de reconhecimento de provisão para perdas relacionadas a contratos onerosos, conforme previsões do CPC 25. **Provisões gerais:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **Provisão de manutenção – Contratos de Concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente. **b) Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. **c) Imobilizado: i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e • Custos dos empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **ii) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **iii) Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativos são as seguintes:

Computadores e periféricos	04 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

d) Ativos intangíveis: A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: **i) Contratos de concessão de serviços:** A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário: Atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários da rodovia pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo. **ii) Direito de outorga:** O valor pago ao poder concedente correspondente ao direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "direito de outorga", no ativo intangível (Nota Explicativa nº 13). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) foram registradas no passivo e já foram liquidadas. O direito de outorga da concessão vem sendo amortizado pela curva de tráfego, sempre que necessário atualizado, pelo prazo da concessão. **iii) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável

acumuladas, quando aplicável. **iv) Gastos subsequentes:** Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. **v) Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. O critério definido para amortização dos ativos intangíveis originados do contrato de concessão de serviços e do direito de outorga é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão (sempre que necessário atualizada), desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. A amortização é reconhecida no resultado. A amortização de outros ativos intangíveis é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ultrapassam o prazo da concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e exercício comparativo dos outros intangíveis são as seguintes:

Softwares 05 anos

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo, quando aplicável. **e) Redução ao valor recuperável (*impairment*)** **i) Ativos financeiros – não derivativos:** Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A adoção dessa nova norma a partir de 1º de janeiro de 2019 não gerou impacto nas informações financeiras da Companhia. **ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade do PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **f) Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **g) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **i) Provisão de manutenção – contratos de construção:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura com um nível específico de operacionalidade ou recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente no final do contrato de concessão são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. **h) Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos dos empréstimos são capitalizados durante a fase de construção. **i) Receita operacional: i) Receita de pedágio:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. **ii) Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de concessão, as receitas relativas ao serviço de construção/melhoria prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão, por corresponder a um direito sobre tal ativo, sendo registrada pelo seu valor justo. Este direito que corresponde a receita de construção/melhoria é composto de custo de construção/melhoria acrescido a margem de lucro aos custos de empréstimos atribuíveis e este ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. **ii) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as

continua ...

... continuação

ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **l) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **l) Resultado por ação básico e diluído:** O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação. **m) Informações por segmento:** A principal receita da atividade da Companhia vem do recebimento da tarifa de pedágio sendo, no entanto, facultado à Companhia explorar outras fontes de receitas complementares, de acordo com o contrato de concessão. Todas as decisões dos administradores e gestores relativas ao planejamento estratégico, financeiras, compras, investimentos de recursos e avaliação de performance são tomadas considerando a Companhia como um todo, ou seja, a Companhia está organizada em um único segmento de negócio. **n) Demonstração de valor adicionado:** A Companhia elaborou Demonstrações de Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração de Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e são requeridas pelas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. A Companhia irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos	733	654
Fundo de troca/numerários trânsito	112	104
Total	845	758

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

9. Aplicações financeiras

	2021	2020
Aplicações financeiras	27.810	63.851

Aplicação financeira mantida junto ao Banco Santander, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto a Debêntures, veja maiores detalhes na Nota Explicativa nº 15. A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 26.

10. Contas a receber

	2021	2020
Pedágio eletrônico	13.876	11.298
Visa – vale-pedágio	262	176

Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda. – 1.823
Protege S.A. – Proteção e Transporte de Valores – 2.027
DBTrans S/A – 213
Outros – 185
Total 16.563 13.606
Idade de vencimento dos títulos
2021 2020
Créditos a vencer até 30 dias 15.945 13.142
Créditos a vencer até 60 dias 618 464
Total 16.563 13.606

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

11. Transações com partes relacionadas – A seguir, o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	2021	2020
Diretores estatutários	35	12

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia. A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas. Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a) Saldos patrimoniais

	Saldo em aberto em	2021	2020
Ativo	Notas	2021	2020
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	1.470	1.468
BRVias S.A.	(v)	1.123	945
Total		2.593	2.413
Passivo			
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	(5.000)	–
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	–	(395)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	(607)	(2.092)
Outros	(iv)	–	(10)
Total		(5.607)	(2.497)
Total líquido		(3.014)	(84)

Transações que afetaram o resultado

	Notas	2021	2020
Serviços prestados			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(298)	(1.579)
Splice Ind. e Com. de Serviços	(iii)	(18.300)	(21.166)
BRVias S.A.	(v)	(972)	(1.822)
Outros	(iv)	(114)	(106)
Total		(19.684)	(24.673)

(i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros; (ii) Serviços de transportes de pessoal; (iii) Execução de conserva verde e serviços de operação de práticas contábeis, que esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023. O IASB emitiu alterações no NBC TG 23/R3 (IAS 8), esclarece aspectos

b) Movimentações de partes relacionadas

Partes relacionadas	31/12/2021				31/12/2020			
	Ativo circulante	Passivo circulante	Recebimentos/Constituições	Pagamentos	Ativo circulante	Passivo circulante	Recebimentos/Constituições	Pagamentos
Individual								
BRVias S.A.	1123	–	–	–	945	–	–	–
BRVias Holding VRD S.A.	1.470	(5.000)	–	–	1.468	–	–	–
Princesa do Norte S.A.	–	–	395	–	–	(395)	–	–
Splice Ind. e Com. de Serviços	–	(607)	1.485	–	–	(2.092)	–	–
Noroestecom Telecomunicações S.A.	–	–	10	–	–	(10)	–	–
Total	2.593	(5.607)	1.890	5.180	2.413	(2.497)		

Partes relacionadas	31/12/2020				31/12/2019			
	Ativo circulante	Passivo circulante	Recebimentos/Constituições	Pagamentos	Ativo circulante	Passivo circulante	Recebimentos/Constituições	Pagamentos
Individual								
BRVias S.A.	945	–	–	–	74	1.019	–	–
BRVias Holding VRD S.A.	1.468	–	–	–	1.213	–	–	–
Princesa do Norte S.A.	–	(395)	18	–	–	(377)	–	–
Splice Ind. e Com. de Serviços	–	(2.092)	(859)	–	–	(2.951)	–	–
Noroestecom Telecomunicações S.A.	–	(10)	–	–	–	–	–	–
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	–	–	(9)	–	–	(9)	–	–
Total	2.413	(2.497)	(850)	(181)	2.232	(3.337)		

Em milhares de reais	Computadores e periféricos			Máquinas e Equipamentos			Móveis e utensílios			Veículos			Total
	Ativo	Passivo	Recebimentos/Constituições	Ativo	Passivo	Recebimentos/Constituições	Ativo	Passivo	Recebimentos/Constituições	Ativo	Passivo	Recebimentos/Constituições	
Custo													
Saldo em 1º de janeiro de 2020		4.843	6.767	2.382	4.331	18.323							
Adições		255	324	404	–	983							
Baixas		(5)	(42)	–	–	(47)							
Saldo em 31 de dezembro de 2020		5.093	7.049	2.786	4.331	19.259							
Adições		524	3.708	160	3.203	7.595							
Baixas		(1)	(170)	(73)	(1.635)	(1.879)							
Saldo em 31 de dezembro de 2021		5.616	10.587	2.873	5.899	24.975							
Depreciação acumulada													
Saldo em 1º de janeiro de 2020		(3.956)	(3882)	(1.426)	(2.029)	(11.293)							
Depreciação no exercício		(355)	(640)	(190)	(777)	(1.962)							
Saldo em 31 de dezembro de 2020		(4.311)	(4.522)	(1.616)	(2.806)	(13.255)							
Depreciação no período		(240)	(858)	(192)	(1.094)	(2.384)							
Baixas		–	2	19	1.635	1.656							
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(4.551)	(5.378)	(1.789)	(2.265)	(13.983)							
Valor líquido contábil													
Em 31 de dezembro de 2020		782	2.527	1.170	1.525	6.004							
Em 31 de dezembro de 2021		1.064	5.209	1.085	3.634	10.992							

13. Intangível

	Praças de recuperação pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2020	35.171	490.424	8.155	413.597	219.656	3.487	2.902	1.173.392
Aquisições e construções	–	4.535	12	–	26.872	–	–	31.419
Saldo em 31 de dezembro de 2020	35.171	494.959	8.167	413.597	246.528	3.487	2.902	1.204.811
Aquisições e construções	–	39.340	–	–	88.882	–	912	129.134
Saldo em 31 de dezembro de 2021	35.171	534.299	8.167	413.597	335.410	3.487	3.814	1.333.945
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(11.536)	(66.476)	(2.378)	(86.108)	(22.864)	(1.261)	(1.196)	(191.819)
Amortização do exercício	(739)	(10.305)	(171)	(8.691)	(4.616)	(133)	(1.229)	(25.884)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(12.275)	(76.781)	(2.549)	(94.799)	(27.480)	(1.394)	(2.425)	(217.703)
Amortização do período	(1.446)	(10.036)	(303)	(11.683)	(3.842)	(162)	(332)	(27.804)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(13.721)	(86.817)	(2.852)	(106.482)	(31.322)	(1.556)	(2.757)	(245.507)
Valor líquido contábil								
Em 31 de dezembro de 2020	22.896	418.178	5.618	318.798	219.048	2.093	477	987.108
Em 31 de dezembro de 2021	21.450	447.482	5.315	307.115	304.088	1.931	1.057	1.088.438

(i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2020
Valor da outorga	411.000	–
Ajuste ao valor presente	(11.202)	–
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799	–
Total	413.597	–

(ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos. Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

14. Empréstimos e financiamentos – Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 26.

	Taxa de juros a.a.	xador	Vencimento	2021	2020
Finame-BNDES	5,50%	–	2021	–	28
CCB (ii)	4,17% a 7,10%	CDI	2022	31.517	–
Leasing (i)	4,40% a 7,41%	CDI	2024 – 2027	3.888	–
Total				35.405	–

15. Debêntures

Tipo de Operação	Valor da emissão	Data liberação	Vencimento	Taxa de juros a.a.	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures	700.000	28/02/2020	15/12/2034	5,55% a.a. + IPCA	799.054	723.016
(-) Comissão	700.000	28/02/2020	15/12/2034		(31.851)	(34.336)
Total					767.203	688.680
Circulante					43.207	39.745
Debêntures					45.690	42.229
(-) Comissão					(2.483)	(2.484)
Não circulante					723.996	648.935
Debêntures					753.363	680.787
(-) Comissão					(29.368)	(31.852)

Composição por vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
Vencimento em		
2022	–	2.798
2023 a 2034	723.996	646.137
Total	723.996	648.935

Movimentação das debêntures:

	2021	2020
Saldos iniciais	688.680	461.430
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento do principal	(1.937)	(446.081)
Pagamentos de juros	(41.978)	(84.880)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(43.915)	(530.961)
Outras variações		

... continuação

períodos a serem utilizados. 19. Ativos e passivos fiscais diferidos Em 31 de dezembro de 2020 e 2021 a Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, referentes à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	2021	2020
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	38.138
Provisão para manutenção	6.903	14.465
Outras provisões temporárias	380	576
Total	45.421	53.179

	2021	2020
Passivo		
Custos dos empréstimos	(2.264)	(2.097)
Intangíveis – Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(28.159)	(29.644)
Total	(30.423)	(31.741)

(=) Saldo ativo fiscal diferido 14.998 21.438
Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Movimentação no resultado de 2021	Movimentação no resultado de 2020
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	38.138	-	-
Provisão para manutenção	6.903	14.465	(7.562)	(17.413)
Outras provisões temporárias	380	576	(196)	103
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	-	-	-	-
Total	45.421	53.179	(7.758)	(17.310)

	2021	2020
Passivo		
Custos dos empréstimos	(2.264)	(2.097)
Intangíveis – efeito temporário	(28.159)	(29.644)
Total	(30.423)	(31.741)

a) Créditos tributários: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	2021	2020
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	255.943	184.246
A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2026, como demonstrado abaixo:		
	2021	2020
2022	14.241	
2023	50.421	
2024	60.564	
2025	72.146	
2026	58.572	
Total	255.944	

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue: A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(54.414)	(25.816)
Alíquota nominal	34%	34%
(-) Despesas com imposto a alíquota nominal	18.501	8.777
(-) Adições permanentes	(1.713)	(849)
(+) Exclusão permanente		325
(+/-) Outros créditos não reconhecidos		
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.439)	(15.991)
Total	12%	62%

20. Provisão para contingências – A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2021, está provisionado o montante de R\$ 986 (R\$ 1.562 em 31 de dezembro de 2020), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento. **Resumo da movimentação**

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31/12/2019	681	249	930
Provisão	190	443	633
Reversão de provisão	-	-	-
Saldo final 31/12/2020	871	692	1.563
Provisão	952	314	1.266
Reversão de provisão	(1.350)	(493)	(1.843)
Saldo final 31/12/2021	473	513	986

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 13.292 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 27.164, em 31 de dezembro de 2020). A Companhia possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 37.900 (Nota Explicativa nº 27) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, no qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Cíveis	84 9.149	91 23.485
Trabalhistas	50 4.143	49 3.679
Total	134 13.292	140 27.164

21. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 499.000, sendo já integralizados R\$ 402.651 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2020) e a integralizar R\$ 96.349 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2020), e está representado por 249.500.000 de ações ordinárias e 249.500.000 de ações preferenciais (mesmas quantidades em 31 de dezembro de 2020). **b) Dividendos** O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar, quando aplicáveis, serão destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

22. Receita operacional líquida – A seguir, a composição da receita operacional líquida:

	2021	2020
Receita de pedágios	221.207	197.971
Receitas acessórias	13.576	5.749
Receita de construção	128.283	31.420
Outras receitas	1.053	195
Tributos incidentes	(19.641)	(17.128)
Total	344.478	218.207

23. Gastos por natureza – Abaixo a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	2021	2020
Serviços de terceiros	(19.356)	(30.087)
Com pessoal	(20.707)	(17.303)
Amortização e depreciação	(30.133)	(27.845)
Constituição de provisão para manutenção	(55.775)	(44.221)
Custo de contrato concessão	(13.756)	(8.571)
Outros	(1.859)	(2.928)
Total	(141.586)	(130.955)

Custo dos serviços prestados (137.462) (125.391)
Despesas administrativas e gerais (I) (4.124) (5.564)
Custo de construção (128.283) (31.420)

(I) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

24. Resultado financeiro líquido – As receitas e despesas financeiras incorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram:

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.513	3.771
Total das receitas financeiras	2.513	3.771

Despesas financeiras
Juros sobre financiamentos e debêntures (I) (127.824) (69.143)
Outras despesas financeiras (3.711) (16.276)
Total das despesas financeiras (131.535) (85.419)
Resultado financeiro líquido (129.022) (81.648)

(I) Aumento devido ao pagamento e atualização de saldo de empréstimos (principal + juros) e debêntures (juros).

25. Resultado por ação – Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação: **Memória de cálculo do resultado por ação**

	Quantidade de ações (em mil unidades)	Resultado por ação (em R\$ mil) – expresso em reais
2021	(60.853)	499.000.000 (0,12195)
2020	(41.807)	499.000.000 (0,08378)

26. Instrumentos financeiros – a) Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Notas	2021	2020
31 de dezembro de 2021			
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8	845	758
Aplicação financeira	9	27.810	63.851
Contas a receber de clientes	10	16.563	13.606
Outros créditos		602	3.199
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	14	35.405	28
Debêntures	15	767.203	688.680
Fornecedores e partes relacionadas passivas	16	114.929	65.417

b) Mensuração do valor justo: Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2021. **c) Gerenciamento dos riscos financeiros:** A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco de crédito. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **i) Estrutura do gerenciamento de risco:** O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **ii) Risco de liquidez:** A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir: **Cronograma de amortização da dívida:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	Fluxo	Acima
Em 31/12/2021	Contábil	de 2023
Empréstimos e financiamentos	34.533	38.489 38.489
Debêntures	755.533	2.388.824 48.467 2.340.357
Fornecedores e partes relacionadas passivas	114.929	114.929 114.929
Total	916.665	2.541.567 201.210 2.340.357

	Em 31/12/2020	Con-	Fluxo	Acima
		tábil	2021	de 2023
Empréstimos e financiamentos	28			
Debêntures	688.681	1.289.439	40.854 41.142	1.207.443
Fornecedores e partes relacionadas passivas	65.417	65.417	65.417	-
Total	754.126	1.354.856	106.271 41.142	1.207.443

iii) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2021 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente, não apresenta exposição aos riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados às crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). **Perfil:** Na data das informações do período, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era: O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. **Análise de sensibilidade:** Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA e do CDI, principal exposição de risco de mercado da Companhia. As avaliações de

Instrumentos	Exposição 31/12/2021	Risco	Provável Valor	Aumento do índice em 25%	Valor	Aumento do índice em 50%	Valor
Debêntures	767.203	Aumento IPCA	10,06% (43.521)	12,58% (54.401)	15,09% (65.282)		
Empréstimos e financiamentos	35.405	Aumento CDI	9,15% (3.956)	11,44% (4.945)	13,73% (5.934)		
Total dos passivos financeiros	837.544		(47.477)	(59.346)	(71.216)		
Impacto no resultado do período apresentado			(47.477)	(59.346)	(71.216)		

Instrumentos	Exposição 31/12/2021	Risco	Provável Valor	Redução do índice em 25%	Valor	Redução do índice em 50%	Valor
Debêntures	767.203	Redução IPCA	10,06% 43.521	7,55% 32.641	5,03% 21.761		
Empréstimos e financiamentos	35.405	Redução CDI	9,15% 3.956	6,86% 2.967	4,58% 1.978		
Total dos passivos financeiros	837.544		44.935	33.701	22.468		
Impacto no resultado do período apresentado			44.935	33.701	22.468		

Instrumentos	Exposição 2020	Risco	Provável Valor	Aumento do índice em 25%	Valor	Aumento do índice em 50%	Valor
Debêntures	688.680	Aumento IPCA	4,52% (31.128)	5,65% (38.910)	6,78% (46.693)		
Total dos passivos financeiros	688.680		(31.128)	(38.910)	(46.693)		
Impacto no resultado do período apresentado			(31.128)	(38.910)	(46.693)		

Instrumentos	Exposição 2020	Risco	Provável Valor	Redução do índice em 25%	Valor	Redução do índice em 50%	Valor
Debêntures	688.680	Redução IPCA	4,52% 31.128	3,39% 23.346	2,26% 15.564		
Total dos passivos financeiros	688.680		31.128	23.346	15.564		
Impacto no resultado do período apresentado			31.128	23.346	15.564		

Risco de preço e valor de mercado: A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente. **Gestão do capital social:** O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. **27. Cobertura de seguros** – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Maio/2021 a maio/2022	60.267
Garantia ampliação	Maio/2021 a maio/2022	97.209
Operacionais	Maio/2021 a maio/2022	2.185.720
Responsabilidade civil	Maio/2021 a maio/2022	37.900

Em virtude da aquisição de dois veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

28. Benefícios aos empregados – A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale alimentação. Não é política da empresa conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

29. Risco regulatório – A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível

sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas a seguir:

	Risco	31/12/2021	31/12/2020
--	-------	------------	------------

Instrumentos de taxa variável
Debêntures IPCA 767.203 668.680

iv) Seleção dos riscos: A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA. **v) Seleção dos cenários:** A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA e CDI de acordo com as projeções obtidas pelo Bacen – Relatório, ambas em 31 de dezembro de 2021. Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA e CDI foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário II) e de 50% como cenário extremo (Cenário III). **vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros:** A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA é apresentada na tabela na próxima página. **vii) Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – depreciação das taxas:** A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das informações financeiras em 31 de dezembro de 2021. **viii) Risco de preço e valor de mercado:** A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. **ix) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

	Exposição 31/12/2021	Risco	Provável Valor	Aumento do índice em 25%	Valor	Aumento do índice em 50%	Valor
Debêntures	767.203	Aumento IPCA	10,06% (43.521)	12,58% (54.401)	15,09% (65.282)</		

... continuação

ViaRondon Concessionária de Rodovia S/A

Intangível: Nota Explicativa nº 13 – Ativo intangível: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: O direito de exploração da concessão, representado contabilmente pelo ativo intangível da concessão, apresenta valores expressivos em relação ao conjunto das demonstrações contábeis da Companhia. O ativo intangível é formado, substancialmente, pelo direito da outorga da concessão de rodovia e pelos gastos incorridos na construção ou melhoria da infraestrutura, utilizada para prestação dos serviços, que englobam operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo de concessão. Focamos nossos procedimentos nas análises de como a Companhia vem amortizando os valores do ativo intangível e as respectivas premissas e estimativas adotadas na capitalização dos gastos. Dessa forma, consideramos esse assunto, novamente, como significativo em nossos trabalhos de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Entre outros procedimentos, avaliamos as principais premissas e julgamentos adotados pela administração da Companhia para a identificação, elegibilidade e registro dos gastos incorporados ao ativo intangível, e a consequente estimativa da taxa de amortização aplicada. Para tal, envolvemos nossos especialistas em finanças corporativas e em avaliações de mercado, os quais avaliaram e desafiaram as estimativas e premissas utilizadas pela administração da Companhia, bem como reperformaram os cenários apresentados, com base em premissas próprias trazidas de estudos de mercado e, também, em comparação com operações similares as prestadas pela Companhia. Os resultados de nossos procedimentos nos demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **2. Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágios: Nota Explicativa nº 22 – Receita operacional líquida: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria:** A Companhia reconhece receita de acordo com a utilização dos pedágios pela passagem e pagamento dos usuários. Essas transações são de alto volume transacional, registradas por sistemas operacionais próprios considerando-se as transações por cabines e praças de pedágio. Em relação ao preço, estes são pactuados nos contratos de concessão e sofrem reajustes anuais de acordo com cada contrato. Após o fechamento diário das operações pelas cabines de pedágio, o sistema integra as informações com os sistemas financeiros para o registro contábil das transações. Essa área foi considerada como relevante em nossa auditoria, pois o processo de reconhecimento da receita envolve alto volume de transações em localidades diferentes. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o

entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a integração das informações do sistema operacional para os sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema operacional durante o exercício e os sistemas financeiro, contábil e com os registros fiscais da Companhia. Também aplicamos procedimentos de confirmação junto a terceiros para validar o volume saldos em aberto para recebimento em 31 de dezembro de 2021. Nossos procedimentos de auditoria demonstram que o processo de reconhecimento das receitas e as informações divulgadas estão consistentes com os dados e documentos obtidos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis

adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluimos sobre

a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 25 de março de 2022

Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP-239.472/O-2
Grant Thornton
Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1



Viação Piracicabana S.A.

CNPJ/ME nº 54.360.623/0001-02 – NIRE 35.300.490.169

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de fevereiro de 2022

Data, Hora e Local: Em 01/02/2022, às 14h00min, na sede social da Companhia, localizada na Estrada Antônio Abdalla nº 235, bairro Jardim Califórnia, na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, CEP 13424-700 (“Companhia”). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei 6.404, de 15/12/1976 (“Lei das S.A.”), em vista da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Composição da Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Ricardo Constantino que convidou a mim, Sr. Joaquim Constantino Neto, para secretariar os trabalhos. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a destituição de Diretor Operacional. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Declarada aberta a sessão, o Presidente iniciou os trabalhos, e depois de discutidos os assuntos previstos na ordem do dia e oferecidos os esclarecimentos necessários, os acionistas, por unanimidade, deliberaram e após aprovaram a destituição imotivada do diretor operacional, Sr. Moisés de Lima e Silva. Em razão dessa deliberação, fica a Diretoria da Companhia, cujo prazo de mandato estende-se até 16/02/2025, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 06/12/2021, da qual a ata encontra-se arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob nº 213/22-6, em 03/01/2022, vigendo com a seguinte composição: (a) **Maria Zélia Rodrigues de Souza França**, brasileira, casada, gestora financeira, portadora da CI/RG nº 37.521.997-3 SSP/SP e inscrita no CPF/ME nº 442.337.286-04, domiciliada na Rua Funchal, nº 551, 10º andar, bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04551-060; (b) **Paulo Sérgio Coelho**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da CI/RG nº 426.172 IIPC/MG e inscrito no CPF/ME nº 162.329.256-53, domiciliado na Rua Funchal, nº 551, 10º andar, bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04551-060; e (c) **José Efraim Neves da Silva**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da CI/RG nº 3.800.555-4 SSP/SP e inscrito no CPF/ME nº 080.434.698-49, domiciliado na Rua Funchal, nº 551, 10º andar, bairro Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04551-060; eleitos para o cargo de Diretores Administrativos integrantes do Bloco “A”; (d) **Fausto Mansur**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da CI/RG nº MG-1.615.882 IIPC/MG e inscrito no CPF/ME nº 351.945.886-15, domiciliado no ST SGO, Quadra 06, Lote Único, Bloco A, Setores Complementares, na cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP 70610-660; (e) **Tomaz Ferreira Nunes**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da CI/RG nº 09.091.589-59 SSP/BA e inscrito no CPF/ME nº 950.598.225-91, domiciliado na Avenida Dom Jaime de Barros Câmara, nº 300, bairro Planalto, na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, CEP 09895-400; (f) **Alceu Cremonesi Junior**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da CI/RG nº 7.875.953-5 SSP/SP e inscrito no CPF/ME 049.412.598-58, domiciliado na Rua Francisco Emílio de Sá Junior, nº 335, Parte, bairro Vila Jockey Clube, na cidade de São Vicente, estado de São Paulo, CEP 11360-150; (g) **José Mendes**, brasileiro, casado, contador, portador da CI/RG nº 12.770.994-0 SSP/SP e inscrito no CPF/ME 038.229.838-10, domiciliado na Avenida Dom Jaime de Barros Câmara, nº 300, bairro Planalto, na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, CEP 09895-400; e (h) **Fernando José Vincenzo**, brasileiro, casado, tecnólogo mecânico, portador da CI/RG nº 8.833.907-5 SSP/SP e inscrito no CPF/ME 770.756.928-87, domiciliado na Avenida Dom Jaime de Barros Câmara, nº 300, bairro Planalto, na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, CEP 09895-400; (i) **Ricardo Rodriguez Canton**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da CI/RG nº 23.694.341-8 SSP/SP e inscrito no CPF/ME 173.452.038-83, domiciliado na Avenida Dom Jaime de Barros Câmara, nº 300, bairro Planalto, na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, CEP 09895-400; (j) **Henry Hardt**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da CI/RG nº 19.148.738-7 SSP/SP e inscrito no CPF/ME 213.251.068-79, domiciliado na Avenida Dom Jaime de Barros Câmara, nº 300, bairro Planalto, na cidade de São Bernardo do Campo, estado de São Paulo, CEP 09895-400; (k) **Edival Delamuta**, brasileiro, casado, administrador de empresa, portador da CI/RG nº 18.408.544-5 SSP/SP e inscrito no CPF/ME 105.844.118-39, domiciliado na Rua Francisco Emílio de Sá Junior, nº 335, Parte, bairro Vila Jockey Clube, na cidade de São Vicente, estado de São Paulo, CEP 11360-150; eleitos para ocuparem o cargo de Diretores Operacionais integrantes do Bloco “B”. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrado os trabalhos, suspendendo a sessão para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e aprovada em sua integralidade, foi assinada, pelos Conselheiros da Companhia: Joaquim Constantino Neto, Constantino de Oliveira Junior e Ricardo Constantino; por mim Secretário – Joaquim Constantino Neto e pelo Presidente – Ricardo Constantino. A presente é cópia fiel da ata que se encontra lavrada em livro próprio. Piracicaba (SP), 01/02/2022. Mesa: **Ricardo Constantino** – Presidente; **Joaquim Constantino Neto** – Secretário. Conselheiros Presentes: **Ricardo Constantino**, **Joaquim Constantino Neto** e **Constantino de Oliveira Junior**. JUCESP – Registrado sob o nº 96.701/22-5 em 16/02/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

100% dos bancos brasileiros colocam cibersegurança como prioridade, diz Febraban

Os bancos brasileiros têm a segurança cibernética e a inteligência artificial como prioridades absolutas em seus investimentos em tecnologia neste ano: 100% deles pretendem expandir essas tecnologias em 2022. O dado está na Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2022, que tem a primeira etapa divulgada nesta terça-feira, 5.

O levantamento foi realizado, na parte quantitativa, com 24 bancos (23 na pergunta destacada acima), que representam 90% dos ativos bancários do País. Além disso, 34 executivos que atuam na área de tecnologia do setor foram entrevistados na pesquisa qualitativa. O levantamento, divulgado anualmente pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban), foi realizado pela Deloitte.

Em termos operacionais, para 78% dos bancos, a análise e a exploração dos dados obtidos através do Open Fi-

nance é uma prioridade para 2022. Em igual porcentagem, as instituições consideram que a transformação cultural é um dos projetos mais importantes para o ano. Outras prioridades, que refletem a digitalização do setor, são a criação de superapps (39%), consultoria financeira baseada em dados (35%) e a reformulação das agências (30%).

Quanto ao Open Finance, que entrou em vigor em fevereiro do ano passado, os executivos entrevistados apontaram que a prioridade é melhorar a busca por oportunidades de negócio através da análise dos dados compartilhados. A percepção, de acordo com o levantamento, é de que o sistema cria oportunidades para que os bancos tomem decisões com rapidez e segurança.

Outra das prioridades do setor, o investimento em soluções de computação via nuvem, é visto como uma ferramenta para tornar pro-

cessos mais ágeis. A pesquisa destaca que alguns bancos têm aplicações nativas na nuvem, enquanto outros estão migrando sistemas legados, e um terceiro grupo adota soluções híbridas.

“Não iniciamos ontem. Foram os bancos brasileiros, e não as fintechs ou as startups, que, ao longo das últimas três décadas, estiveram e continuam na vanguarda da tecnologia bancária mundial”, afirma o presidente da Febraban, Isaac Sidney. “A infraestrutura bancária no Brasil é uma das maiores do mundo, capaz de suportar mais de 100 bilhões de transações a cada ano com segurança.”

De acordo com informações da entidade, os bancos aplicam cerca de 10% de seu orçamento de tecnologia da informação, ou R\$ 2,5 bilhões, em segurança cibernética todos os anos.

Isto é Dinheiro

Brasileiros de 25 e 26 anos aparecem em lista de novos bilionários da Forbes

A Forbes divulgou nesta terça-feira (5) uma lista de novos bilionários na qual constam dois brasileiros fundadores da startup Brex. Pedro Franceschini, 25 anos, e Henrique Dubugras, 26

anos, tiveram suas fortunas avaliadas em US\$ 1,5 bilhão cada um – são os mais jovens novos bilionários do mundo.

A Brex, startup de serviços financeiros baseada em São Francisco, Califórnia (EUA), foi avaliada em US\$

12,3 bilhões.

No total, 30 startups tornaram-se “decaórnio” em 2021, com avaliação acima de US\$ 10 bilhões – o dobro do registrado em 2020. A Grammarly, ferramenta de correção gramatical, foi

desenvolvida por dois ucranianos e avaliada em US\$ 13 bilhões por investidores em novembro.

Apesar do surgimento de novas startups, há 87 bilionários a menos em 2021 em comparação a 2020, além de

terem US\$ 400 bilhões a menos do que em 2020.

“Um total de 236 pessoas se tornaram bilionários ao longo dos últimos 12 meses”, afirma a publicação.

Isto é Dinheiro

Publicidade Legal

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/ME nº 09.074.183/0001-64 – NIRE: 35.300.346.238 | Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2022

1. Data, Hora e Local: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 12:30 horas, realizada na sede social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na Cidade de Lins, Estado de São Paulo, na Rodovia Transbrasiliana, BR 153, S/N, KM 183 mais 800, Parque Industrial, CEP 16400-972. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: os Srs. Carlo Alberto Bottarelli, João Villar Garcia e Roberto Solheid da Costa de Carvalho. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolheu o Sr. José Garcia Neto para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a aprovação, nos termos do inciso (vii), artigo 23, do estatuto social da Companhia, da outorga, pela Companhia, de cessão fiduciária (a) de todos e quaisquer direitos creditórios, presentes e futuros, decorrentes e/ou relacionados às receitas da tarifa de pedágio da Companhia, bem como os direitos emergentes do "Contrato de Concessão de Serviço Público, Precedida da Execução de Obra Pública, entre a União, por Intermediário da Agência Nacional de Transportes Terrestres, e a Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.", celebrado entre a Companhia e a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("Poder Concedente"), em 14 de fevereiro de 2008, conforme aditado em 17 de outubro de 2017 ("Contrato de Concessão") e quaisquer valores que eventualmente venham a se tornar exigíveis pela Companhia em face do Poder Concedente, incluindo, mas não se limitando, a eventuais indenizações decorrentes da extinção do Contrato de Concessão, respeitado o disposto no artigo 28 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada, nos termos a serem previstos no "Contrato de Cessão Fiduciária Sob Condição Suspensiva em Garantia e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário (conforme abaixo definido) ("Contrato de Garantia da TBR"), os quais serão depositados na Conta Centralizadora (conforme a ser definida no Contrato de Garantia da TBR) e transferidos para a conta corrente de titularidade da Companhia, nº 95054-2, na agência 329, administrada exclusivamente pelo QI Sociedade de Crédito Direto S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 32.402.502/0001-35 ("Banco Depositário"), não movimentável pela Companhia ("Conta Vinculada da TBR"), nos termos do Contrato de Conta Centralizadora (conforme a ser definido no Contrato de Garantia da TBR), no Contrato de Conta Vinculada (conforme a ser definido no Contrato de Garantia da TBR) e no Contrato de Garantia da TBR, bem como da totalidade dos recursos depositados na Conta Centralizadora e na Conta Vinculada da TBR; (b) todos os direitos creditórios detidos pela Companhia contra o Banco Santander (Brasil) S.A., instituição financeira, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 90.400.888/0001-42, na qualidade de banco depositário da Conta Centralizadora, e contra o Banco Depositário em relação à titularidade da Companhia sobre a Conta Vinculada da TBR, nos termos a serem previstos no Contrato de Conta Centralizadora e no Contrato de Garantia TBR; e (c) todas e quaisquer indenizações a serem recebidas a título de lucros cessantes e danos morais, nos termos das apólices de seguro a serem descritas no Contrato de Garantia da TBR ("Apólices de Seguro"), contratadas nos termos do Contrato de Concessão ("Cessão Fiduciária TBR" ou "Garantia da TBR"), em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia, pelas Fadoras e pela Mercúrio, relativas à 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia, no valor total de R\$ 275.400.000,00 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais), nos termos a serem previstos no "Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora, a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (CNPJ/ME nº 03.014.553/0001-91), a BRVias Holding TBR S.A. (CNPJ/ME nº 09.347.081/0001-75) e a Juno Participações e Investimentos S.A. (CNPJ/ME nº 18.252.691/0001-86), na qualidade de fiadoras, e, ainda, a Simplifac Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (CNPJ/ME nº 15.277.994/0004-01) ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário e representante da comunhão de debenturistas. Fica certo e ajustado que não serão objeto da Cessão Fiduciária TBR: (i) os direitos creditórios advindos das demais receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia objeto do Contrato de Concessão, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive decorrentes de publicidade; e (ii) as indenizações a serem recebidas a título de recomposição dos prejuízos materiais efetivamente sofridos pela Companhia, nos termos das Apólices de Seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão; **5.1. Aprovar** a outorga, pela Companhia, da Garantia da TBR, ficando certo e ajustado que não serão objeto da Cessão Fiduciária TBR: (i) os direitos creditórios advindos das demais receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia objeto do Contrato de Concessão, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive decorrentes de publicidade; e (ii) as indenizações a serem recebidas a título de recomposição dos prejuízos materiais efetivamente sofridos pela Companhia, nos termos das Apólices de Seguro contratadas nos termos do Contrato de Concessão; **5.7. Em decorrência** da deliberação acima tomada, autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos, negociar, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta reunião do conselho de administração, para a outorga da Garantia da TBR, conforme aplicável, inclusive assinar os documentos necessários para tanto que incluem, mas não se limitam, ao Contrato de Garantia TBR, e quaisquer eventuais aditamentos a tais instrumentos; e **5.8. Ratificar** todos atos relacionados às deliberações acima já praticados pelos administradores e/ou procuradores da Companhia relacionados às deliberações acima. Por fim, restou deliberado que todo o material de suporte anexo à presente reunião deverá ser rubricado pelo advogado da Companhia e secretário da reunião, Sr. José Garcia Neto. **6. Encerramento:** Não havendo nada mais a ser discutido, o Sr. Presidente da Reunião, após ter agradecido a contribuição de todos, finalizou o conclave. O secretário lavrou a presente ata na forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. **Mesa:** Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; José Garcia Neto – Secretário. **Conselheiros Presentes:** Srs João Villar Garcia, Carlo Alberto Bottarelli e Roberto Solheid da Costa de Carvalho. **Certifico e dou fé que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio assinada por todos e arquivada na sede da Companhia.** São Paulo/SP, 25 de março de 2022. Mesa: Ass.: Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; José Garcia Neto – Secretário Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 159.580/22-5 em 30/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Empregados da Eletrobras pedem a TCU para participar de debate sobre venda

A Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel) enviou ofício ao Tribunal de Contas da União (TCU) apoiando a decisão do ministro do órgão Aroldo Cedraz de ouvir especialistas sobre o setor elétrico brasileiro e a capitalização da Eletrobras, e pediu para participar do debate.

"Cabe registrar que a Aeel conta no seu quadro de associados com profissionais com larga experiência no setor elétrico, formação profissional diversificada e

titulação de graduação, mestrado e doutorado em relevantes instituições do País", argumentou no documento, ressaltando que a Aeel tem acompanhado de perto todo o processo também no Legislativo.

O TCU marcou para quinta-feira, 7, o debate sobre a modelagem de venda da Eletrobras. O painel terá a participação de autoridades, gestores, especialistas de mercado, sociedade civil organizada e acadêmicos.

Isto é Dinheiro

Mercurio Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 21.042.857/0001-44 – NIRE 35.300.470.281

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2022

1. Data, Hora e Local: Aos 25 (vinte e cinco) dias de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 13h00 horas, realizada na sede da Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conj. 142/143, sala "L", CEP 04551-000. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em virtude da presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinaturas constantes do livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidida por Carlo Alberto Bottarelli e secretariada por Marcela Chaves Simões Palma. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a aprovação da outorga, pela Companhia e pela TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (CNPJ/ME nº 03.014.553/0001-91) ("TPI"), de (a) alienação fiduciária da totalidade das ações de suas titularidades, e de emissão da Juno Participações e Investimentos S.A. (CNPJ/ME nº 18.252.691/0001-86) ("Juno"), nos termos do "Primeiro Aditamento, Sob Condição Suspensiva, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária Sob Condição Suspensiva em Garantia e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia, a TPI, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das TBR, dos titulares das Debêntures TPI e dos titulares das Debêntures BRVias (conforme termos abaixo definidos), e o FIDC BRV – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 42.043.665/0001-22 ("FIDC BRV", "Alienação Fiduciária de Ações da Juno" e "Contrato de Garantia TPI e Mercúrio", respectivamente), e (b) cessão fiduciária de (1) todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes da participação societária que elas detêm no capital social da Juno, bem como qualquer distribuição de capital feita e efetivamente paga pela Juno à Companhia e à TPI, incluindo, sem limitação, valores pagos por meio de distribuições realizadas na forma de dividendos (incluindo o dividendo mínimo obrigatório), reduções de capital, juros sobre capital próprio, resgate, recompra ou amortização de ações, ou cancelamento de adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), bem como pagamentos decorrentes de eventuais mútuos celebrados entre a Juno e a Companhia e/ou a TPI, que sejam ou venham a ser depositados e mantidos, no futuro, na Conta Vinculada da TPI (conforme a ser definida no Contrato de Garantia TPI e Mercúrio), bem como quaisquer rendimentos relacionados a tais valores; (2) todos os direitos creditórios detidos pela TPI e pela Mercúrio contra o Banco Depositário em relação à titularidade da TPI e da Mercúrio sobre a Conta Vinculada da TPI, bem como os rendimentos relacionados à integralidade dos valores depositados na referida conta ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente da TPI e da Mercúrio" e "Cessão Fiduciária da TPI e da Mercúrio", respectivamente, sendo a Alienação Fiduciária de Ações da Juno e a Cessão Fiduciária da TPI e da Mercúrio, em conjunto, denominadas de "Garantias da TPI e da Mercúrio"), em garantia das Obrigações Garantidas TBR, em garantia do fiel, integral e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (CNPJ/ME nº 09.074.183/0001-64) ("TBR"), pelas Fiadoras (conforme definido abaixo) e pela Companhia, no âmbito da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da TBR, no valor total de R\$ 275.400.000,00 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) ("Debêntures TBR" e "Emissão TBR", respectivamente), nos termos nos termos a serem previstos no "Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora, a TPI, a BRVias Holding TBR S.A. (CNPJ/ME nº 09.347.081/0001-75) ("BRVias") e a Juno, na qualidade de fiadoras, e, ainda, a Simplifac Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (CNPJ/ME nº 15.277.994/0004-01) ("Juno" e, quando em conjunto com a TPI e a BRVias, as "Fiadoras") ("Agente Fiduciário" e "Obrigações Garantidas TBR", respectivamente). Para fins desta ata: (i) "Debêntures TPI" significarão as debêntures da 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, da TPI; e (ii) "Debêntures BRVias" significarão as debêntures da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, da BRVias; (iii) a aprovação do compartilhamento das Garantias da TPI e da Mercúrio entre as Debêntures TBR, as Debêntures BRVias e as Debêntures TPI ("Compartilhamento"); (iii) a autorização à Diretoria da Companhia e/ou aos seus procuradores a praticar todo e qualquer ato necessário à negociação, celebração, estruturação, operacionalização e formalização das Garantias da Juno, e adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação e formalização das deliberações tomadas nesta Assembleia, incluindo a celebração (a) do Contrato de Garantia TPI e Mercúrio; (b) da Escritura de Emissão TBR; e (c) quaisquer eventuais aditamentos a tais instrumentos, bem como a celebração de demais contratos, declarações, requerimentos, formulários e outros instrumentos necessários e/ou convenientes para a constituição das Garantias da TPI e Mercúrio e formalização da Emissão TBR; e (iv) a ratificação de todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores relacionados às deliberações "(i)" a "(iii)" acima. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária e discutidas as matérias, as acionistas da Companhia, representando a totalidade do capital social, resolveram, autorizando expressamente, de forma irrevogável e irretroatável, o seguinte: **5.1. Aprovar** a outorga, pela Companhia, das Garantias da TPI e Mercúrio; **5.2. Aprovar** o Compartilhamento; **5.3. A autorização** à Diretoria da Companhia e/ou aos seus procuradores a praticar todo e qualquer ato necessário à negociação, celebração, estruturação, operacionalização e formalização das Garantias da TPI e Mercúrio, e adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação e formalização das deliberações tomadas nesta Assembleia, incluindo a celebração (a) do Contrato de Garantia TPI e Mercúrio; (b) da Escritura de Emissão TBR; e (c) quaisquer eventuais aditamentos a tais instrumentos, bem como a celebração de demais contratos, declarações, requerimentos, formulários e outros instrumentos necessários e/ou convenientes para a constituição das Garantias da TPI e Mercúrio e formalização da Emissão TBR; e **5.4. Por fim,** ficam ratificados todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores relacionados às deliberações acima. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a os trabalhos, do qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Carlo Alberto Bottarelli (Presidente) e Marcela Chaves Simões Palma (Secretária) Acionistas: TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (p. Carlo Alberto Bottarelli) e Carlo Alberto Bottarelli. **Confere com a original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 25 de março de 2022. Mesa: Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; Marcela Chaves Simões Palma – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 159.578/22-0 em 30/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Derramamentos de petróleo da Shell na Nigéria dobram em volume em 2021

A Shell disse nesta terça-feira que o volume de vazamentos de petróleo causados por sabotagem no Delta da Nigéria, rico em petróleo, mais que dobrou para 3.300 toneladas no ano passado, um nível visto pela última vez em 2016.

Enquanto o volume de derramamentos aumentou, o número de grandes derramamentos caiu para 106 em 2021, de 122 incidentes no ano anterior, disse a Shell em seu relatório de sustentabilidade.

A empresa disse que em 2020, os vazamentos de pe-

tróleo na Nigéria foram de 1.500 toneladas.

A Shell é a operadora da principal joint venture terrestre de petróleo e gás da Nigéria, SPDC, que luta há anos para conter vazamentos no Delta causados por incidentes operacionais, roubo e sabotagem.

Um tribunal nigeriano no mês passado impediu a Shell de vender quaisquer ativos na Nigéria até que uma decisão seja tomada sobre o recurso da empresa de uma multa de quase 2 bilhões de dólares por um suposto derramamento de óleo.

Reuters

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

4,6394 / R\$ 4,6400 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,6590 / R\$ 4,6610 *

Turismo - R\$ 4,6870 / R\$

4,8170

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: 1,12%

OURO BM&F

R\$ 286,200

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -1,97%

Pontos: 118.885

Volume financeiro: R\$

28,378 bilhões

Maiores altas: Multiplan

ON (2,10%), 3R Petrole-

um ON (1,45%), Minerva

ON (1,29%)

Maiores baixas: Banco

Inter UNT (-8,89%),

Qualicorp ON (-7,34%),

Locaweb ON (-6,73%)

S&P 500 (Nova York):

-1,26%

Dow Jones (Nova York):

-0,80%

Nasdaq (Nova York):

-2,26%

CAC 40 (Paris): -1,28%

Dax 30 (Frankfurt):

-0,65%

Financial 100 (Londres):

0,73%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,19%

Hang Seng (Hong Kong):

2,10%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,94%

CSI 300 (Xangai e Shen-

zhen): 1,27%

Merval (Buenos Aires):

-1,51%

IPC (México): -1,36%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Fevereiro 2021: 0,86%

Venda de veículos despensa 22,5% em março sobre um ano antes



A comercialização de carros, comerciais leves, caminhões e ônibus novos no Brasil em março recuou 22,5% sobre um ano antes, para 146,8 mil unidades, informou a associação de distribuidores, Fenabreve, nesta terça-feira.

Na comparação com fevereiro, mês mais curto, as vendas de março avançaram 10,95%, segundo os dados da entidade.

Com isso, no primeiro trimestre, os emplacamentos de veículos no país acumularam queda de 23,15% na comparação com os três primeiros meses de 2021, para 405,6 mil unidades.

A indústria vem citando problemas com capacidade de entrega das fábricas, prejudicada por escassez de componentes que incluem sistemas eletrônicos. Na véspera,

a fabricante de caminhões e ônibus Mercedes-Benz anunciou 15 dias de férias coletivas para 5,6 mil funcionários em São Paulo e Minas Gerais para lidar com o problema de falta de peças.

“A variante Ômicron afetou a produção de diversos componentes industriais e a venda de veículos, no início do ano”, afirmou o presidente da Fenabreve, José Maurício Andreta Jr., em comunicado à imprensa.

“Em seguida, houve o conflito entre Rússia e Ucrânia, que deixou muitos consumidores preocupados, especialmente, com os preços dos combustíveis... Esta elevação (nos preços dos combustíveis) impacta na decisão de compra dos consumidores de veículos e reflete no desempenho do setor”, acrescentou.

A Fenabreve resolveu

manter suas projeções divulgadas em janeiro para 2022. Com isso, a entidade segue esperando que as vendas de carros e comerciais leves este ano subam 4,4%, para 2,06 milhões de unidades. A expectativa para caminhões é de expansão de 7,3%, para 136,6 mil veículos, enquanto para ônibus a estimativa é de venda de 19.180 unidades, crescimento de 8% ante 2021.

Em março, todos os segmentos cobertos pela Fenabreve, que ainda incluem motocicletas e implementos rodoviários, apresentaram crescimento de vendas frente a fevereiro, com destaque para altas de 51,3% em ônibus e de cerca de 25% em caminhões. Os licenciamentos de motocicletas tiveram expansão de 47% no mês passado ante fevereiro, para 110,1 mil unidades, segundo os dados da Fenabreve.

Minas flutuantes no Mar Negro colocam em risco comércio de grãos e petróleo

O risco de encontrar minas flutuantes na principal rota marítima do Mar Negro está aumentando os perigos para os navios mercantes que navegam na região, e os governos devem garantir uma passagem segura para manter as cadeias de suprimentos em funcionamento, dizem autoridades marítimas.

O Mar Negro é fundamental para o transporte de grãos, petróleo e derivados. Suas águas são compartilhadas por países como Bulgária, Romênia, Geórgia e Turquia, assim como Ucrânia e Rússia, que estão em guerra desde que o presidente Vladimir Putin invadiu seu vizinho ao sul em 24 de fevereiro.

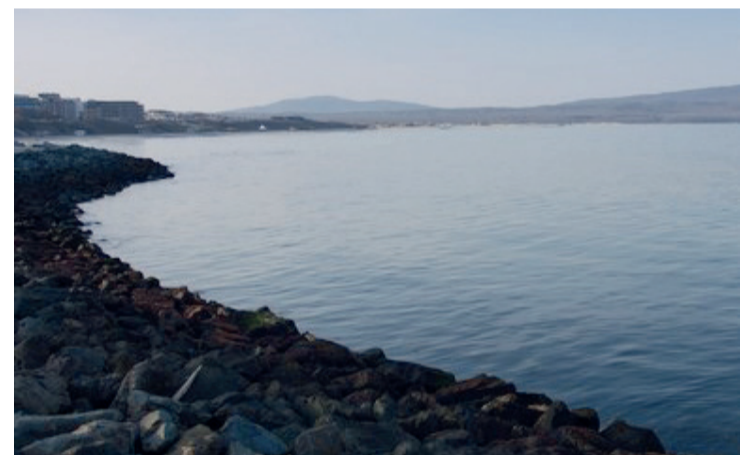
A Ucrânia e a Rússia se

acusaram mutuamente de colocar minas no Mar Negro e, nos últimos dias, equipes de mergulho militares turcas e romenas desativaram minas perdidas em suas águas.

O sindicato da Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes (ITF) e o Grupo de Negociação Conjunta de empregadores marítimos disseram que estão tentando encontrar maneiras de garantir que os navegantes e seus navios não se tornem “danos colaterais no conflito contínuo na Ucrânia”.

Dois marinheiros foram mortos e cinco navios de mercadoria foram atingidos por projéteis —que afundaram um deles— na costa da Ucrânia desde o início do conflito, disseram autoridades marítimas.

Reuters



IFC manterá ritmo no Brasil com foco ambiental, independente de resultado da eleição



O International Finance Corporation (IFC), braço do Banco Mundial para o setor privado, deve manter o ritmo de investimentos no Brasil com foco em aspectos ambientais, a despeito do resultado das eleições presidenciais deste ano, disse um executivo do órgão nesta terça-feira.

“Mesmo que o governo não estiver apoiando a agenda ambiental ativamente, temos mantido nossos planos de investimentos com empresas privadas enfatizando que isso é importante para que elas sejam mais resilientes aos efeitos das mudanças

climáticas”, disse à Reuters o diretor do IFC para América Latina e Caribe, Martin Spicer.

Os comentários de Spicer sublinham a disposição do IFC de manter sua política de ter a sustentabilidade ambiental como sua principal régua para desembolsos no país. Cerca de 60% dos cerca de 2,8 bilhões de dólares aplicados anualmente pelo órgão na região têm essa pré-condição, ante 35% em outros países.

Segundo o executivo, além dos investimentos em andamento em projetos de energia limpa, o IFC enxerga novas oportunidades de participar em empreendimentos ligados a saneamento básico no país, após a aprovação de novo marco no setor, o que tem multiplicado planos de

privatizações e parcerias público-privadas (PPPs).

No ano passado, a entidade já havia liberado um financiamento de 300 milhões de reais para a companhia gaúcha de saneamento, Corsan, para ações de redução de perdas de água e eficiência energética.

Alvo frequente de cobranças para fortalecer a agenda de preservação ambiental, o governo de Jair Bolsonaro, em campanha para entrar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), enviou carta ao órgão em janeiro, afirmando que está comprometido em implementar políticas alinhadas às metas de combate a mudanças climáticas. Em fevereiro, o país teve desmatamento recorde na floresta amazônica para o mês.

Reuters